



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 005 QUINTA-FEIRA, 05 DE FEVEREIRO DE 2015

## MESA DO SENADO FEDERAL

### PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

### 1º VICE-PRESIDENTE

VAGO

### 2º VICE-PRESIDENTE

VAGO

### 1º SECRETÁRIO

VAGO

### 2º SECRETÁRIO

VAGO

### 3º SECRETÁRIO

VAGO

### 4º SECRETÁRIO

VAGO

### SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - VAGO

2º - VAGO

3º - VAGO

4º - VAGO

### EXPEDIENTE

<p><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial</p>	<p><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p><b>Quésia de Farias Cunha</b> Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

<b>1 – ATA DA 2ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE FEVEREIRO DE 2015</b> .....	7
1.1 – ABERTURA.....	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	7
<b>1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação</b> .....	7
<b>1.2.1.1 – Término de prazos</b>	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 7, 13, 17, 54, 68, 73, 85, 87, 122 e 125/2014. ....	7
<b>1.2.1.2 – Comunicações</b>	
Da Liderança do PT no Senado Federal, de indicação do Senador Humberto Costa como Líder do referido Partido ( <b>Ofício nº 2/2015</b> ).....	7
Da Liderança do PCdoB no Senado Federal, de indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Líder do referido Partido ( <b>Ofício nº 1/2015</b> ). ....	8
<b>1.2.1.3 – Avisos do Tribunal de Contas da União</b>	
Nº 1.379/2014, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 3.585/2014, proferido nos autos do processo TC 010.934/2013-8, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.....	8
Nº 26/2015, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 60/2015, proferido nos autos do processo TC 006.232/2008-8, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.....	8
Nº 27/2015, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 114/2015, proferido nos autos do processo TC 006.232/2008-8, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam .....	9
<b>1.2.1.4 – Avisos de Ministros de Estado</b>	
Nº 3/2015, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 775/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.....	9
Nº 3/2015, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 921/2014, de autoria do Senador Walter Pinheiro.....	9
Nº 22/2015, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 796/2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço .....	9
Nº 903/2014, na origem, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 956/2014, de autoria do Senadora Ana Amélia .....	9
Nº 46/2015, na origem, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 956/2014, de autoria do Senadora Ana Amélia .....	9
<b>1.2.1.5 – Ofícios de Ministros de Estado</b>	
Nº 2/2015, na origem, do Ministro de Estado da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 842/2014, de autoria do Senador Ataídes Oliveira .....	9
Nº 7/2015, na origem, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 706/2014, de autoria do Senadora Vanessa Grazziotin .....	9
Nº 73/2015, na origem, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 874/2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço .....	9
Nº 328/2014, na origem, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 799/2014, de autoria do Senador Roberto Requião.....	9
Nº 391/2015, na origem, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 873/2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço .....	9
<b>1.2.1.6 – Requerimentos</b>	
Nº 7/2015, de autoria da Senadora Simone Tebet, solicitando voto de louvor pela inauguração da primeira Casa da Mulher Brasileira. ....	9

Nº 8/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vivaldo Barros da Frota. ....	11
Nº 9/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos para a Rede Globo de Televisão. ....	11
Nº 10/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aristófares Castro Filho. ....	12
Nº 11/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à Srª Alessandra Campelo da Silva. ....	12
Nº 12/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Conselho Nacional de Combate a Pirataria (CNCP). ....	13
Nº 13/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Aloysio Campos da Paz. ....	13
Nº 14/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos a Srª Carolina Toledo. ....	14
Nº 15/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar atos, fatos, normas, gestão e procedimentos atinentes à execução da transposição do rio São Francisco. ....	14
<b>1.2.1.7 – Retificação da lista de proposições arquivadas</b>	
Retificação da lista de proposições arquivadas ao final da legislatura passada, para constar o arquivamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 63, 68, 70 e 92/2007; 9/2008; dos Projetos de Lei da Câmara nºs 39 e 118/2007; dos Projetos de Lei do Senado nºs 185/2004; 297 e 301/2006; 284, 285, 327, 371, 374, 375, 437, 465, 470, 481, 548, 635, 637 e 674/2007; 21, 43 e 93/2008; e dos Projetos de Resolução nºs 32, 34 e 56/2007. ....	15
<b>1.2.1.8 – Abertura de prazo</b>	
De sessenta dias, por um terço da composição da Casa, para continuidade da tramitação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 63, 68, 70 e 92/2007; 9/2008; dos Projetos de Lei da Câmara nºs 39 e 118/2007; dos Projetos de Lei do Senado nºs 185/2004; 297 e 301/2006; 284, 285, 327, 371, 374, 375, 437, 465, 470, 481, 548, 635, 637 e 674/2007; 21, 43 e 93/2008; e dos Projetos de Resolução nºs 32, 34 e 56/2007. ....	15
<b>1.2.1.9 – Projetos de Lei do Senado</b>	
Nº 13/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, que altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento e água. ....	15
Nº 14/2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que acresce o § 5º ao art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para esclarecer que o descumprimento de medida protetiva de urgência, prevista nesta Lei, configura crime de desobediência (art. 330 do Código Penal). ....	18
Nº 15/2015, de autoria do Senador Ivo Cassol, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, altera o Decreto -Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais. ....	20
<b>1.2.2 – Oradores</b>	
SENADORA ANA AMÉLIA – Comentários sobre a reação do mercado financeiro à renúncia da Sra. Graça Foster e de cinco diretores do comando da Petrobras; e outro assunto. ....	22
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Críticas ao modelo de gestão da Petrobras. ....	25
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comentários sobre as previsões negativas da imprensa brasileira acerca do futuro do País; e outros assuntos. ....	27
SENADOR OTTO ALENCAR – Defesa da revitalização das nascentes do Rio São Francisco. ....	30
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Defesa do Governo da Presidente Dilma Rousseff. ....	35
SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Reflexões em defesa da família; e outros assuntos. ....	40
SENADOR PAULO PAIM – Críticas à impunidade dos responsáveis pela “Chacina de Unai”, ocorrida em 2004; e outros assuntos. ....	44
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Preocupação com a saúde pública no Estado de Roraima. ....	46
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE – Discurso de posse de S. Exª. ....	48
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Considerações sobre os reflexos da crise econômica mundial no Brasil. ....	50
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Agradecimento ao Ministério da Justiça por interceder no processo de desobstrução da BR-163, em Mato Grosso, a qual estava ocupada por uma tribo indígena. ....	52
<b>1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)</b>	
Prorrogação do prazo de inscrição de chapas que concorrerão na eleição dos cargos da Mesa Diretora. ....	52

<b>1.2.4 – Oradores (continuação)</b>	
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Exposição do posicionamento de S. Ex <sup>a</sup> em relação à eleição para a Mesa do Senado.....	53
SENADORA SANDRA BRAGA – Destaque ao compromisso de S. Ex <sup>a</sup> com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas; e outro assunto.....	55
SENADOR VALDIR RAUPP – Breves considerações sobre questões que S. Ex <sup>a</sup> considera fundamentais para o futuro do Brasil.....	57
<b>2 – ATA DA 3ª REUNIÃO PREPARATÓRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 4 DE FEVEREIRO DE 2015</b> .....	59
2.1 – ABERTURA.....	59
2.2 – FINALIDADE DA REUNIÃO	
Destinada à eleição e posse dos Vice-Presidentes, Secretários e Suplentes de Secretários da Mesa do Senado Federal que exercerão o mandato no biênio 2015/2016.....	59
<b>2.2.1 – Comunicação da Presidência</b>	
Explicações a respeito do procedimento de votação.....	59
<b>2.2.2 – Pronunciamento</b>	
Senador Cássio Cunha Lima.....	59
<b>2.2.3 – Questão de Ordem</b>	
Suscitada pelo Senador Ronaldo Caiado, respondida pela Presidência e apresentado recurso por aquele, tendo o Senador Romero Jucá proferido o <b>Parecer nº 2/2015-PLEN. Mantida a decisão da Presidência</b> , com votos contrários do PSDB, DEM e PSB, tendo usado da palavra os Senadores Eunício Oliveira, Cássio Cunha Lima, Acir Gurgacz, Lúcia Vânia, Aloysio Nunes Ferreira, Humberto Costa, Aécio Neves, José Agripino, Lídice da Mata, Tasso Jereissati, Luiz Henrique e João Capiberibe ( <b>votação nominal</b> ).....	61
<b>2.2.4 – Pronunciamento</b>	
Senador Cássio Cunha Lima.....	79
<b>2.2.5 – Questão de Ordem</b>	
Suscitada pelo Senador Antonio Carlos Valadares e indeferida pela Presidência. ....	79
<b>2.2.6 – Pronunciamentos</b>	
Senador Benedito de Lira .....	82
Senador Flexa Ribeiro .....	82
Senador Waldemir Moka.....	83
Senador José Agripino.....	83
Senador Cássio Cunha Lima.....	83
<b>2.2.7 – Leitura das indicações de nomes para comporem a Mesa do Senado Federal, pelo Senador Fernando Collor</b> .....	85
<b>2.2.8 – Indicação da Senadora Maria do Carmo para ocupar a 1ª Suplência na Mesa do Senado Federal</b> .....	85
<b>2.2.9 – Retirada da candidatura do Senador Paulo Bauer para o cargo de 1º Secretário da Mesa do Senado Federal</b> .....	85
<b>2.2.10 – Retirada da candidatura da Senadora Maria do Carmo Alves para o cargo de Suplente de Secretário da Mesa do Senado Federal</b> .....	88
<b>2.2.11 – Retirada da candidatura do Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de 3º Secretário da Mesa do Senado Federal</b> .....	90
<b>2.2.12 – Eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Suplentes de Secretários da Mesa do Senado Federal</b> .....	91
<b>2.2.13 – Proclamação dos Senadores Jorge Viana, Romero Jucá, Vicentinho Alves, Zezé Perrela, Gladson Cameli, Angela Portela, Sérgio Petecão, João Alberto Souza e Douglas Cintra 1ª Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º, 2º, 3º e 4º Secretários, Suplentes de Secretários, respectivamente, da Mesa do Senado Federal</b> .....	94
2.1 – ENCERRAMENTO.....	94
<b>3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 4.2.2015</b> .....	94
<b>4- DOCUMENTOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO</b>	
3.1 – COMUNICAÇÕES	
Das Lideranças do PSDB e do DEM no Senado Federal, de formação do Bloco Parlamentar da Oposição composto pelos referidos Partidos ( <b>Ofício nº 11/2015</b> ).....	94
Das Lideranças do PSDB e do DEM no Senado Federal, de indicação do Senador Alvaro Dias como Líder do Bloco Parlamentar da Oposição ( <b>Expediente s/n/2015</b> ).....	95

**SENADO FEDERAL****4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação .....	96
Bancadas dos Partidos .....	97
Por ordem alfabética .....	98

<b>5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>99</b>
---	-----------

<b>6 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>100</b>
-----------------------------	------------

<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>100</b>
--	------------

**8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos .....	102
CAS – Comissão de Assuntos Sociais .....	104
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania .....	104
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte .....	105
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle .....	107
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa .....	108
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional .....	110
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura .....	112
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo .....	113
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária .....	115
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática .....	116
CSF – Comissão Senado do Futuro .....	116

**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) .....	117
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) .....	118
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) .....	119
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) .....	119
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) .....	119
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) .....	120
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) .....	121
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) .....	122
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) .....	124
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) .....	125
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) .....	126
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) .....	127

**CONGRESSO NACIONAL****10 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) .....	128
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) .....	134
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) .....	135
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) .....	135
CMCLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) .....	136
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) .....	136

**11 – CONSELHOS E ÓRGÃO**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) .....	137
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) .....	138
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999) .....	139

## Ata da 2ª Sessão, Não Deliberativa, em 4 de fevereiro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros, da Srª Vanessa Grazziotin e dos Srs. Paulo Paim e Acir Gurgacz

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 17 horas e 50 minutos.)

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

### TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 3 de fevereiro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 7, 13, 17, 54, 68, 73, 85, 87, 122 e 125 de 2014.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

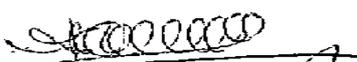
### COMUNICAÇÕES

Ofício nº 002/2015 – GLDPT

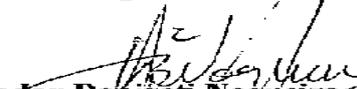
Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

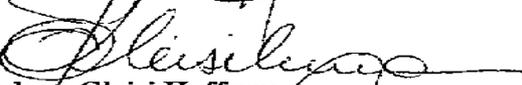
Comunicamos a Vossa Excelência que o Partido dos Trabalhadores - PT indica o Senador **Humberto Costa** como Líder da Bancada nesta Casa.

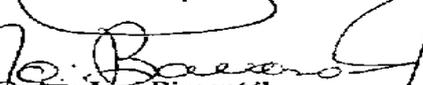
  
Senadora **Angela Portela**

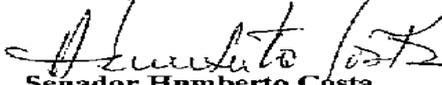
  
Senador **Delcídio do Amaral**

  
Senador **Donizeti Nogueira**

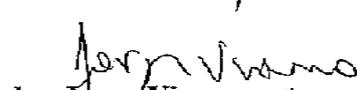
  
Senadora **Fátima Bezerra**

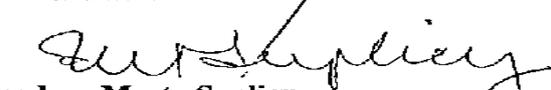
  
Senadora **Gleisi Hoffmann**

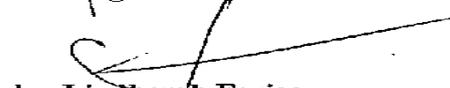
  
Senador **José Pimentel**

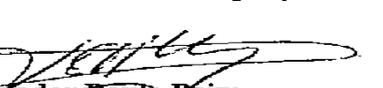
  
Senador **Humberto Costa**

  
Senador **Paulo Rocha**

  
Senador **Jorge Viana**

  
Senadora **Marta Suplicy**

  
Senador **Lindbergh Farias**

  
Senador **Paulo Paim**

  
Senadora **Regina Sousa**

  
Senador **Walter Pinheiro**

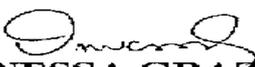
OFÍCIO GLPCdoB Nº 001/2015

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

Senhor Presidente,

Comunico, na forma do § 6º, do art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, que exercerei a liderança do Partido Comunista do Brasil – PC do B, nesta Casa.

Atenciosamente,

  
Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**  
Líder do PC do B

**AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

– **Aviso nº 1.379-Seses-TCU-Plenário, de 2014**, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 3.585/2014, proferido pelo Plenário do Tribunal, acerca de auditoria nas renegociações da dívida agrícola;

– **Avisos nºs 26 e 27-Seses-TCU-Plenário, de 2015**, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia dos Acórdãos nºs 60/2015 e 114/2015, proferido pelo Plenário do Tribunal, acerca de levantamento sobre as obras do Projeto Gasene – Implantação do Gasoduto Cacimbas-Catu.

São os seguintes os avisos:

Aviso nº 1379-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 9 de dezembro de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atendimento ao Ofício “Presidência nº 194/2013/CINDRA” de 23/4/2013, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 010.934/2013-8, na Sessão Extraordinária de 9/12/2014, acompanhado do Relatório e do Voto o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado.

Respeitosamente,  
  
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES  
Presidente

Aviso nº 26-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 21 de janeiro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 006.232/2008-8, na Sessão Ordinária de 21/1/2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas.

Respeitosamente,

  
AROLDU CEDRAZ  
Presidente

Aviso nº 27-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 006.232/2008-8, na Sessão Ordinária de 28/1/2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas.

Respeitosamente,

  
AROLDÓ CEDRAZ DE OLIVEIRA  
Presidente

Os avisos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

#### AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- **Nº 3, de 9 de janeiro de 2015**, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao **Requerimento nº 775, de 2014**, de informações, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;
  - **Nº 3, de 19 de janeiro de 2015**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao **Requerimento nº 921, de 2014**, de informações, de autoria do Senador Walter Pinheiro;
  - **Nº 22, de 15 de janeiro de 2015**, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao **Requerimento nº 796, de 2014**, de informações, do Senador Ricardo Ferraço;
  - **Nº 903, de 30 de dezembro de 2014**, e **nº 46, de 30 de janeiro de 2015**, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao **Requerimento nº 956, de 2014**, de informações, da Senadora Ana Amélia.
- As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes. Os requerimentos vão ao arquivo.

#### OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- **Nº 2, de 29 de janeiro de 2015**, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao **Requerimento nº 842, de 2014**, de informações, do Senador Ataídes Oliveira;
  - **Nº 7, de 6 de janeiro de 2015**, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, em resposta ao **Requerimento nº 706, de 2014**, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;
  - **Nº 73, de 14 de janeiro de 2015**, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em resposta ao **Requerimento nº 874, de 2014**, de informações, do Senador Ricardo Ferraço;
  - **Nº 328, de 30 de dezembro de 2014**, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em resposta ao **Requerimento nº 799, de 2014**, de informações, do Senador Roberto Requião;
  - **Nº 391, de 15 de janeiro de 2015**, do Ministro de Estado da Defesa, em resposta ao **Requerimento nº 873, de 2014**, de informações, do Senador Ricardo Ferraço;
- As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes. Os requerimentos vão ao arquivo.

#### REQUERIMENTOS

##### REQUERIMENTO Nº 7, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Louvor pela inauguração da primeira Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, em 3 de fevereiro de 2015.

##### Justificação

A inauguração da primeira Casa da Mulher Brasileira, na capital do Mato Grosso do Sul, vem na melhor hora. Melhor, no contraponto de um dos piores momentos da história do País, quando o assunto é a violência contra a mulher.

Esse tipo de violência tem se configurado como um dos problemas mais alarmantes no cenário mundial. O Brasil não foge à regra. Segundo o Mapa da Violência, elaborado e editado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, dentre 84 países pesquisados,

ocupamos o nada confortável 7º lugar, com uma taxa anual de 4,4 “feminicídios” para cada 100 mil mulheres. Isso, sem contar todos os outros tipos de violência contra a mulher que, como se sabe, provocam as mais diferentes e doloridas mazelas físicas e psicológicas. Este número é assustador: são mais de 70 mil casos por ano, segundo dados do Ministério da Saúde, utilizados no mesmo trabalho citado.

O que agrava ainda mais essa situação de violência, verdadeira barbárie, é que quase 70% dos casos de agressão à mulher acontecem na sua própria residência. O que muda são os autores, dependendo da faixa de idade da vítima: nos primeiros anos de vida, os agressores são os próprios pais e demais familiares. Depois, desconhecidos e amigos. A seguir, cônjuges ou companheiros (dois terços dos casos). Finalmente, na idade mais avançada, mais da metade da violência contra a mulher, no âmbito do seu próprio lar, é praticada pelos filhos. Uma violência, portanto, que passa de pai para filho. E que se realimenta depois, de filho para pai.

É bem verdade que, com o advento da Lei Maria da Penha (2006) e dos Estatutos do Idoso e do Adolescente, esses números apresentaram uma visível queda, mas por pouco tempo. Dois anos depois da referida Lei, por exemplo, as estatísticas de violência contra a mulher retomaram os patamares anteriores. Isso significa que o aparato legal e as políticas públicas não têm sido suficientes para coibir tamanhas e tão contundentes práticas de agressão contra a mulher.

Via de regra, esse quadro é associado à tolerância da população, quando se trata da mulher, e à impunidade. Muitas vezes, é atribuída culpa à própria vítima, como indutora dessa mesma violência, numa inversão de valores que não pode passar ao largo das preocupações governamentais.

A Casa da Mulher Brasileira é um projeto, agora frutificado pela primeira vez na Capital do Mato Grosso do Sul, concebido a partir dessa percepção de que a tolerância e a impunidade não podem continuar a moldar esse quadro de violência contra a mulher. E que as estatísticas, embora tão contundentes, ainda assim não revelam, com precisão, a situação de barbárie a que são submetidas parcelas significativas da população feminina do Brasil. Os dados, embora falem por si, omitem o medo de denunciar de muitas mulheres, pela latente represália do agressor, sem contar a falta de confiança em revelar os fatos ao agente público, exatamente pela tolerância, pela impunidade e pela provável atribuição de culpa, ainda que velada, a quem denuncia.

É por isso que a Casa é uma ação que se insere no *Programa Mulher Viver sem Violência*, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Brasília, Vitória, Fortaleza, São Paulo, Salvador e São Luiz serão sedes das próximas unidades a serem instaladas. Campo Grande, portanto, é pioneira.

A partir de agora, as mulheres sul-mato-grossenses terão um espaço público para se sentirem, verdadeiramente, cidadãs, ao receberem um atendimento humanizado, integrado e multidisciplinar, em todos os aspectos da vida. A Casa pode abrigar até 108 pessoas em trabalho simultâneo, com capacidade que ultrapassa a quatro mil atendimentos mensais, nas áreas de apoio psicossocial, Delegacia 24 horas, Juizado, Ministério Público, Defensoria Pública, promoção de autonomia econômica, além de prover cuidados para as crianças, por meio de brinquedotecas didáticas, alojamento de passagem e central de transportes.

Como se vê, não se trata apenas de um trabalho assistencial de cunho conjuntural e imediato, mas uma forma de proporcionar condições de enfrentamento da violência e de orientação para emprego e renda. Enfim, uma maneira de garantir a verdadeira e devida cidadania à mulher, em um processo que os sociólogos denominam “empoderamento”.

A Casa da Mulher Brasileira é muito mais que um local de chegada. Ela é um ponto de recomeço. Não mais as mulheres como objeto da violência, e sim como sujeito da história.

Particpei, ativamente, enquanto Vice-Governadora do Estado do Mato Grosso do Sul, e Secretária de Governo responsável pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, de todas as etapas desse projeto que agora se torna real. Uma construção coletiva dos governos federal, estadual e municipal. E que não poderia ter chegado a esse bom termo não fosse, também, a participação das mulheres do meu Estado.

Junto esperança e fé no sentido de que a unidade de Campo Grande seja o embrião de muitas outras, para que elas se constituam, de fato, na “Casa da Mulher Brasileira”, dando números diferentes às estatísticas de barbárie contra a mulher, nestes nossos tempos.

Neste sentido, peço o apoio de todas as Senadoras e Senadores a este Voto de Louvor, pela sua importância não só para o Mato Grosso do Sul, mas para todas as unidades da Federação aqui representadas. Para o Brasil, enfim.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2015.

Senadora  **SIMONE TEBET**  
PMDB/MS

(Encaminhe-se)

**REQUERIMENTO Nº 8, DE 2015**

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ilustre Advogado Vivaldo Barros da Frota, bem como seja encaminhado o referido voto a viúva Senhora Magnólia Frota, no seguinte endereço: OAB: Rua Paraíba, 2000, Manaus – AM, 69057-021.

**Justificação**

Faleceu no dia 16 de Janeiro, o ex-governador do Amazonas Vivaldo Barros Frota, que estava internado no Hospital Beneficente Portuguesa, no Centro de Manaus.

Vivaldo tinha 86 anos. Ele foi governador entre 1990 e 1991, e também deputado federal por três mandatos. Depois de passar pelo governo, se afastou da vida política e atuava como advogado e professor de Direito nos últimos anos de vida.

No dia 2 de abril de 1990, Vivaldo Frota chegou ao ápice da vida pública no Estado como governador. Eleito vice de Amazonino Mendes três anos antes, assumiu o governo após o então governador renunciar para concorrer ao Senado.

Natural de Boca do Acre, Vivaldo Barros da Frota foi eleito duas vezes deputado federal pelo Amazonas em 1980 e 1982. Advogado, formado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Vivaldo trabalhou no Departamento Estadual de Segurança Pública, onde foi delegado e corregedor entre o fim da década de 1950 e início dos anos 1960.

Entrou na política em 1962, quando foi escolhido chefe do Gabinete Civil do então governador Gilberto Mestrinho. No mesmo ano, foi elevado ao posto de secretário do Interior e Justiça substituto. Em 1963, chegou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM) como auditor. No órgão, chegou ao posto de conselheiro suplente em 1971. Vivaldo Frota também presidiu a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Amazonas entre os anos de 1967 e 1969.

Pela Aliança Nacional Renovadora (Arena) foi eleito primeiro suplente de deputado federal em 1974 e deputado federal em 1978. Ingressou no Partido Democrático Social (PDS) e foi reeleito em 1980 e em 1982. Com as bênçãos de Gilberto Mestrinho foi escolhido candidato a vice na chapa ao Governo do Estado encabeçada por Amazonino Mendes. Nos últimos anos de vida, Vivaldo Frota advogava em um escritório em Manaus.

Foi um grande homem público. Homem simples, humilde e cordial. Vai o ser humano, fica o exemplo. Descanse em paz mestre. Deus o acolha e console sua família. Meus sentimentos, e meus sinceros pesar.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

*(Encaminhe-se)*

**REQUERIMENTO Nº 9, DE 2015**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a Rede Globo de Televisão, que está comemorando 50 anos, bem como seja encaminhado o referido voto aos seus filhos Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto, no seguinte endereço: Rua Von Martius, 22 – Jardim Botânico, CEP: 22460-900 Rio de Janeiro – RJ.

**Justificação**

Em 26 de abril de 1965, Roberto Marinho fundou no Rio de Janeiro a Rede Globo, que viria a se tornar a maior emissora do país e a quarta maior do mundo – perdendo apenas para as americanas ABC, CBS, e NBC. Com mais de 120 afiliadas pelo país, sua programação é assistida por cerca de dois terços da população brasileira – além dos telespectadores no exterior, que podem conferir pela TV Globo Internacional.

A concessão do canal foi cedida para a Rádio Globo pelo presidente Juscelino Kubistchek em 1957, mas só em 1962, Marinho assinou um acordo com o grupo Time-Life, que lhe garantiu US\$ 6 milhões de dólares para comprar equipamentos e investir em infraestrutura, em troca de 30% de todos os lucros. Aos poucos, os domínios foram se expandindo: em 1966, o sinal chegou a São Paulo e, em 1968, a Belo Horizonte até que, em setembro de 1969, nascia o “Jornal Nacional”

Nos primeiros anos, ela ainda não era líder de audiência. A mudança no gosto do público começou a ocorrer a partir de 1970, quando a transmissão da Copa do Mundo (na qual o Brasil conquistou o tri) e da novela “Irmãos Coragem”, de Janete Clair, cativaram o público. Com o fim da TV Excelsior (que teve a concessão cassada pelo Governo Militar) e a decadência gradual da TV Tupi (que tinham a hegemonia na produção de ótimas novelas na época) ela foi galgando seu espaço.

O plim-plim, som que nos faz identificar de imediato que televisor está ligado na Globo, tocou pela primeira vez em 1971. Um ano depois, “Selva de Pedra” consegue a façanha de atingir 100 pontos de audiência. A primeira novela brasileira colorida foi “O Bem-Amado”, em 1973. Mas a partir de 1976 é que a grade que vemos até hoje no ar – e que garante a fidelidade do público – começou a ser montada. A tradicional “novela das 8” foi fixada, antecedida pelo “JN” e por outra novela. “Gabriela” e “A Escrava Isaura” durante um bom tempo a mais vendida para o exterior, e campeã de reprises ajudam a fixar o telespectador em frente à TV. Desde então o que se chamou de “Padrão Globo de Qualidade” foi implantado.

O programa mais antigo ainda no ar é a “Santa Missa”, que passa aos domingos. Está no ar desde 1965. Enquanto mantinha o público preso através da teledramaturgia, o restante da programação não foi esquecido. Com o passar dos anos foram criados humorísticos, programas de auditório e telejornais, a maioria no ar até hoje, como o “Fantástico” e o “Globo Repórter”.

Nos anos 80, veio a consolidação junto ao público infantil com “Balão Mágico” (1983-1986) e “Xou da Xuxa” (1986-1992). Minisséries e seriados como “Armação Ilimitada”, e programas de humor como “TV Pirata” também marcam época. Nas novelas, “Roque Santeiro” e “Vale Tudo” são talvez os maiores sucessos da década.

Em 1989, Faustão estreia seu “Domingão” e a Globo enfrenta a polêmica de ter beneficiado Fernando Collor na edição do debate realizado para presidência, exibido no “Jornal Nacional”.

O Projac, considerada a “Hollywood Brasileira”, foi inaugurado em 1995 e desde então toda a produção de telenovelas e alguns seriados foi centralizada no amplo espaço.

Com 50 anos no ar, a emissora do “Plim Plim” é líder em audiência, lucratividade e faturamento, o que fez da Globo a maior rede do Brasil, da América Latina e a quarta maior do mundo. Parabéns a Rede Globo pelos 50 anos trazendo muita alegria e emoção aos seus telespectadores.

Sala das Sessões, em de abril de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

*(Encaminha-se)*

#### REQUERIMENTO Nº 10, DE 2015

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Ex Presidente da OAB Aristófanés Castro Filho, bem como seja encaminhado o referido voto aos seus filhos Aristófanés Castro Neto e Margaux Guerreiro de Castro, no seguinte endereço: OAB: Rua Paraíba, 2000, Manaus – AM, 69057-021.

#### Justificação

Morreu no dia 30 de Janeiro, vítima de câncer, o advogado e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Amazonas (OAB-AM), Aristófanés Bezerra de Castro Filho, de 66 anos.

Segundo familiares, ele estava internado desde o dia 27.01 na Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (FCecon), Zona Oeste, onde faleceu às 5h30. Aristófanés foi diagnosticado com câncer de próstata em novembro de 2014 e chegou a fazer uma cirurgia como parte do tratamento. Em dezembro, porém, a doença se agravou e no dia 19.01 foi diagnosticado com leucemia.

Com mais de 40 anos de carreira, o advogado Aristófanés Castro Filho foi presidente da OAB-AM por três mandatos, sendo dois consecutivos, no período de 1985 a 1989, e novamente no triênio 2007-2009. Ele também atuou como secretário geral adjunto do Conselho Federal da OAB por duas vezes.

Minhas sinceras condolências aos familiares, amigos e aos colegas do Aristófanés Castro Filho. Esse voto de pesar é uma singela, mas justa homenagem, a este grande homem. Que Deus conforte o coração de cada um de vocês.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

*(Encaminha-se)*

#### REQUERIMENTO Nº 11, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a Alessandra Campelo da Silva, que é a única Deputada Estadual do Estado do Amazonas, bem como seja encaminhado o referido, no seguinte endereço: Aleam: Av. Mário Ypiranga Monteiro – nº 3.950, Edifício José de Jesus Lins de Albuquerque, Parque Dez – Manaus – Amazonas, CEP 69.050-030.

### Justificação

Nascida em Manaus, Alessandra Campelo da Silva tem 40 anos. É jornalista formada pela Universidade Federal do Amazonas, mãe de dois filhos, e pós-graduada em Orçamento e Gestão Pública.

Sua trajetória política começou nos movimentos sociais. Foi presidente do DCE/UFAM, e ficou conhecida como uma das responsáveis pela consolidação da lei da meia entrada para estudantes nos espetáculos culturais e esportivos. Como líder estudantil, ela defendeu a Universidade pública, gratuita e de qualidade justamente no período que a privatização pautava a agenda política nacional.

Em 2007, assumiu a Secretaria Executiva Adjunta de Administração e Finanças da Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror). De março a junho de 2011, foi subsecretária da mesma pasta.

Em fevereiro de 2012, Alessandra Campêlo tornou-se Secretária de Estado da Juventude, Desporto e Lazer (Sejel), entregou o cargo em abril de 2014 para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa. Em apenas dois anos como titular da Sejel, Alessandra revolucionou o esporte amazonense com o apoio aos atletas, paratletas, federações, associações e ligas de bairros, além dos projetos sociais da capital e interior e comunidades rurais.

E no dia 05 Outubro de 2014, Alessandra ganhou as eleições pelo Partido Comunista do Brasil com 25.361 votos (1.55%) se tornando a única Deputada Estadual do Amazonas.

Parabéns minha querida e amiga Deputada Alessandra Campelo, que Deus te acompanhe nessa nova jornada e que você faça um excelente mandato voltado prioritariamente para a defesa dos interesses das mulheres, do desporto, da saúde, educação e do desenvolvimento do Amazonas. Parabéns minha Deputada Alessandra Campelo.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

*(Encaminhe-se)*

### REQUERIMENTO Nº 12, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o Conselho Nacional de Combate a Pirataria – CNCP, que está comemorando dez anos, bem como seja encaminhado o referido ao Sr. Flávio Croce Caetano, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, Ed. Sede, 3º andar, sala 301, Brasília, DF. CEP: 70064-900

### Justificação

O Conselho Nacional de Combate a Pirataria está comemorando 10 anos ele foi criado no dia 14 de outubro de 2004 na estrutura do Ministério da Justiça pelo Congresso Nacional, proveniente da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria (CPI da Pirataria). O CNCP é uma entidade governamental composta por integrantes do poder público e privado, representando os principais setores prejudicados pela pirataria no país.

O CNCP surgiu para articulação e implantação de políticas públicas de combate à pirataria, e que ele também fosse responsável pela formulação de um Plano Nacional de Combate à Pirataria.

O CNPC é o órgão responsável, em nível federal, por elaborar e propor as diretrizes para a formulação de políticas públicas de enfrentamento da pirataria e demais delitos contra a propriedade intelectual. Parabéns CNPC pelos relevantes serviços prestados ao combate à pirataria e a ilegalidade podendo assim contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

*(Encaminhe-se)*

### REQUERIMENTO Nº 13, DE 2015

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do médico Aloysio Campos da Paz, bem como seja encaminhado o referido voto a sua esposa Elsitá, no seguinte endereço: Hospital Sarah, SMHS Quadra 301 Bloco A; CEP: 70335-910 Brasília/DF.

### Justificação

Morre aos 80 anos, Campos da Paz casado com a bibliotecária Elsitá Campos, com quem tinha três filhos e quatro netos na capital federal. Dr. Campos, acreditava no ser humano e, sobretudo, na capacidade de superação e reabilitação de seus pacientes.

Aloysio Campos da Paz Júnior nasceu no Rio de Janeiro em 1934. Graduou-se em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1960. Recém formado, ele integrou a primeira equipe médica do Hospital Distrital de Brasília em 1960, implantando a Unidade de Traumatologia-Ortopedia.

Em 1961, assumiu a Direção do então Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek. Realizou Pós-Graduação em Ortopedia e Reabilitação na Oxford University – Inglaterra em 1963/1964 e Doutorado em Ortopedia e Traumatologia na Universidade Federal de Minas Gerais em 1966.

No ano de 1975, Campos da Paz criou o “Plano para desenvolvimento de um programa regional de ortopedia e reabilitação” que originou o Instituto

Nacional de Medicina do Aparelho Locomotor – SARAH. Coordenou também o Comitê de Saúde da Assembleia pré-Constituinte Comissão Affonso Arinos.

Em 1982, iniciou a expansão do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek com a fundação de uma nova unidade hospitalar em Brasília. Participou também dos projetos de implantação das unidades SARAH em São Luís/MA, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Macapá, Belém e Rio de Janeiro. Em 1995, o Dr. Campos da Paz recebeu da Câmara Legislativa o título de cidadão honorário de Brasília por seus relevantes serviços prestados à saúde no Distrito Federal.

Minhas sinceras condolências aos familiares, amigos e aos colegas do Dr. Aloysio. Esse voto de pesar é uma singela, mas justa homenagem, a este grande homem. Externo minha solidariedade à família Campos da Paz. Que Deus conforte o coração de cada um de vocês.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 2015. – Senadora **Vanessa Graziotin**, PCdoB/Amazonas.

*(Encaminhe-se.)*

#### REQUERIMENTO Nº 14, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a Srta. Carolina Toledo, que venceu o concurso de Miss Amazonas 2015, bem como seja encaminhado o referido voto a mesma, no seguinte endereço: Avenida Uruará, 590, Bairro: Cachoeirinha, CEP: 69065-180.

#### Justificação

No dia 30 de Janeiro foi realizado a 60ª edição do concurso de Miss Amazonas que aconteceu em duas etapas, Primeira etapa foi realizada na concessionária de veículos Kia Import, para a escolha do melhor traje típico, a segunda etapa aconteceu no Vasco Vasques onde foi escolhida a nossa Miss com direito a dois trajes um de praia e o outro de gala, confeccionados pelo estilista das Misses Caleb Aguiar. No final foi eleita com o maior número de pontos Carolina Toledo que agora passa a representar a beleza da mulher Amazonense no concurso oficial da Miss Brasil, uma das convidadas foi à eterna Miss Brasil Marcia Gabrielle.

Parabéns para a mulher mais linda do Amazonas e futuramente a mulher mais linda do Brasil. O Amazonas está muito orgulhoso de você. Desejo muito sucesso nessa nova caminhada, que Deus te abençoe.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015. – Senadora **Vanessa Graziotin**, PCdoB/Amazonas.

*(Encaminhe-se)*

#### REQUERIMENTO Nº 15, DE 2015

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Temporária Externa, composta de 05 (cinco) membros Titulares e igual número de Suplentes, com prazo de funcionamento de 12 (doze) meses, destinada a **acompanhar atos, fatos, normas, gestão e procedimentos atinentes à execução das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecido como “Transposição do Rio São Francisco”, bem assim o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, tendo poderes para realizar audiências públicas, diligências externas, requerer informações, bem como proceder a outros atos que julgar essenciais aos fins propostos à Comissão.**

#### Justificação

O projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional atingiu em finais de 2014 cerca de dois terços de implementação, segmentados nos eixos Norte e Leste, o qual envol-

ve cerca de 12 milhões de habitantes, quatro Estados da Federação e reúne um conglomerado de trezentos e noventa municípios, estendendo-se, a iniciativa, por quase quinhentos quilômetros, empregando atualmente onze mil trabalhadores em seus canteiros de obras.

Em vistas do impacto trazido pelo projeto, assume-se de alto relevo que o Senado Federal, no seu mote fiscalizatório, acompanhe *pari passu* o último terço de execução das obras, sobretudo, na aferição dos seus impactos, correção de distorções, oitiva dos atores sociais envolvidos e desenvolvimento de soluções, em conjunto com os organismos da iniciativa.

Nesse momento, tem-se por necessário aumentar os conhecimentos sobre os impactos, acompanhamento mais perspicaz e concomitante do desenvolvimento final das etapas. Por esse matiz, é fundamental a criação de uma nova Comissão Especializada que dedique seu tempo primazmente a seguir de forma pontual e potencial os efeitos da água recebida pelos cidadãos beneficiados, em termos de geração de renda, propulsão econômica à mesorregião englobada pelas obras, bem como, a qualidade de vida ocasionada e os benefícios/recuperação geoambientais no escopo Revitalização.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (2004)<sup>1</sup> elenca, na mesma nau, cinco princípios básicos para aferição dos impactos ou medição da efetividade de projetos de transferências de águas entre bacias hidrográficas, assim: a) comprovação da escassez da região receptora; b) recursos hídricos da região originária satisfazerem de forma suficiente a demanda da transferência sem ocasionar obstáculos ao crescimento futuro dessa região; c) impactos ambientais mínimos para as regiões; d) benefícios sociais consonantes com o aporte de recursos; e) impactos compartilhados. Dessa forma, na etapa atual do Projeto, denotam-se factualmente os dois primeiros princípios; os três últimos estão passíveis de acompanhamento, bem porque os efetivos testes técnicos, ainda em fase primeira, devem ser reforçados e acompanhados com o intuito de verificar a consonância entre os impactos/realizações sociais propostos e efetivados pelo Projeto.

Tem-se ainda o desafio de se avaliar as estratégias adotadas pelo Governo Federal no que toca às incisões na biodiversidade, verificar a pertinência e adequação do número de unidades de conservação implantadas na Região, acompanhar a amenização dos processos de desertificação de algumas regiões intra Projeto, bem como monitorar a destinação dos recursos para a Revitalização.

Nesse rol, interessa-se o alto grau de relevância da fiscalização Senatorial para os Projetos, tanto a conclusão no escopo da Transposição, bem como, ora com foco mais perspicaz, aos impactos sociais e econômicos, no mesmo prumo que à implementação das soluções para os pontos críticos de erosão.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015. – Senador **Humberto Costa**.

*(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.)*

## RETIFICAÇÃO DA LISTA DE PROPOSIÇÕES ARQUIVADAS

Retificação da lista de proposições arquivadas ao final da legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno, publicada em Suplemento ao Diário do Senado Federal de 23 de dezembro de 2014, para constar o arquivamento das **Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 63, 68, 70 e 92, de 2007; e 9, de 2008; dos Projetos de Lei da Câmara nºs 39 e 118, de 2007; dos Projetos de Lei do Senado nºs 185, de 2004; 297 e 301, de 2006; 284, 285, 327, 371, 374, 375, 437, 465, 470, 481, 548, 635, 637 e 674, de 2007; 21, 43 e 93, de 2008; e dos Projetos de Resolução nºs 32, 34 e 56, de 2007.**

## ABERTURA DE PRAZO

Poderá ser solicitada a continuidade da tramitação das matérias acima referidas, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno, requerida por um terço da composição da Casa e aprovada pelo Plenário, até sessenta dias após a publicação desta comunicação no *Diário do Senado Federal*.

## PROJETOS DE LEI DO SENADO

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2015

**Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 1º .....  
 .....  
 VII – nenhuma água de boa qualidade deverá ser utilizada em atividades que tolerem águas de qualidade inferior, salvo quando houver elevada disponibilidade hídrica.” (NR)

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 7º .....  
 .....  
 Parágrafo único. Nas metas previstas no inciso IV do *caput* devem constar fontes alternativas de abastecimento de água, como água de reúso e água de chuva, a fim de atender o disposto no art. 1º, inciso VII, desta Lei.” (NR)

Art. 3º O art. 45 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45. ....  
 .....  
 § 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes, exceto por:  
 a) aproveitamento de água de chuva;  
 b) abastecimento com água de reúso;  
 c) demais alternativas aprovadas pela entidade reguladora.  
 § 3º Nos casos previstos no § 2º do *caput*, a água servida deverá ser tratada e atender os parâmetros de qualidade para o uso pretendido.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Em resposta à crise hídrica que se acirrou em 2014, o Poder Público deve apresentar soluções que protejam o povo brasileiro de uma situação de desabastecimento de água. Uma das estratégias para solucionar o problema é a elevação da oferta hídrica, por meio de fontes alternativas de abastecimento, como água de reúso e água de chuva, que apresentam amplo potencial de expansão em cenários de escassez hídrica.

Segundo diretriz adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), “a não ser que haja grande disponibilidade, nenhuma água de boa qualidade deverá ser utilizada em atividades que tolerem águas de qualidade inferior”. Esse princípio já é adotado por diversas nações e em Israel, por exemplo, desde 2007 reaproveitam-se mais de 70% dos efluentes gerados. O mais usual é reutilizar o efluente tratado (chamado de “água de reúso”) em atividades menos restritivas e com alta demanda, como atividades agrícolas, paisagísticas e industriais.

Por meio deste Projeto de Lei, propõe-se alterar a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 – que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos –, para inserir o princípio preconizado pela ONU no ordenamento jurídico brasileiro e, também, para determinar que os Planos de Recursos Hídricos contemplem as fontes alternativas de abastecimento na fase de estabelecimento de metas para a bacia hidrográfica. Assim, espera-se que a água tratada e potável seja cada vez menos consumida por finalidades menos exigentes e que, em substituição, seja encorajado o uso de fontes alternativas.

A matéria pretende, ainda, alterar a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com vistas a permitir que as edificações urbanas permanentes possam ser abastecidas por fontes alternativas, mesmo nas áreas em que haja abastecimento público de água. Essa alteração legislativa contribuirá para o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias que elevem a oferta de água local e, por conseguinte, poderá reduzir a pressão de demanda nos sistemas públicos de abastecimento de água.

Certo da importância desta proposição para a segurança hídrica do País, solicito o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**.

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

**Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.**

O Presidente Da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

**Da Política Nacional De Recursos Hídricos**

## CAPÍTULO I

**Dos Fundamentos**

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

- I – a água é um bem de domínio público;
- II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

## SEÇÃO I

**Dos Planos De Recursos Hídricos**

Art. 6º Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos.

Art. 7º Os Planos de Recursos Hídricos são planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos e terão o seguinte conteúdo mínimo:

- I – diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;
  - II – análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;
  - III – balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;
  - IV – metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;
  - V – medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;
  - VI – (VETADO)
  - VII – (VETADO)
  - VIII – prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
  - IX – diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
  - X – propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.
- Art. 8º Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007

**Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO VII

### Dos Aspectos Técnicos

Art. 43. A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Parágrafo único. A União definirá parâmetros mínimos para a potabilidade da água.

Art. 44. O licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água considerará etapas de eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental, em função da capacidade de pagamento dos usuários.

§ 1º A autoridade ambiental competente estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades a que se refere o caput deste artigo, em função do porte das unidades e dos impactos ambientais esperados.

§ 2º A autoridade ambiental competente estabelecerá metas progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda aos padrões das classes dos corpos hídricos em que forem lançados, a partir dos níveis presentes de tratamento e considerando a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.

Art. 45. Ressalvadas as disposições em contrário das normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 46. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

*(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; em decisão terminativa)*

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2015

**Acresce o § 5º ao art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para esclarecer que o descumprimento de medida protetiva de urgência, prevista nesta Lei, configura crime de desobediência (art. 330 do Código Penal).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 22. ....

§ 5º O descumprimento das medidas protetivas de urgência impostas ao agressor configura crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal, ainda que aplicadas outras sanções cumulativamente.” (NR)

Art. 2º Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

### Justificação

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o descumprimento de medida protetiva de urgência, prevista da Lei Maria da Penha, não configura crime de desobediência, tipificado no art. 330 do Código Penal.

Ao analisar recurso especial de um réu em Minas Gerais (Recurso Especial 2013/1.374.653), o Relator Ministro Sebastião Reis Junior afirmou que, se for cominada sanção pecuniária, com fulcro no art. 22 §4º, da Lei nº11.340/2006, para o caso de inexecução de medida protetiva de urgência, o descumprimento não enseja prática do crime de desobediência. O Ministro destacou, ainda, que a previsão em lei de penalidade administrativa ou civil para a hipótese de desobediência afasta o crime previsto no art. 330 do CP, salvo a ressalva expressa de cumulação.

Referido entendimento não está em consonância com o espírito da norma. Com efeito, a Lei busca assegurar mecanismos de combate efetivo à violência contra a mulher, devendo haver a disponibilização de todos os meios que possam inibir a ocorrência de violência, como a ameaça de configuração do crime de desobediência.

Ademais, consoante entende parte dos tribunais pátrios, as medidas legais que podem ser aplicadas no caso da prática de violência doméstica e familiar, sejam as previstas na legislação processual civil, sejam previstas na legislação processual penal, não têm caráter sancionatório, mas se tratam, em verdade, de medidas de natureza cautelar. Assim, também por esse motivo, a conveniência do esclarecimento da tipificação do crime de desobediência.

Portanto, diante do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que tende a se tornar unânime e influenciar os demais tribunais do país, é necessário que seja tornada expressa a previsão do crime de desobediência, para as hipóteses de descumprimento das medidas protetivas de urgência pelo agressor.

Contamos com o apoio do ilustres Pares para aprovação deste projeto, pois nos parece que o entendimento acima destacado traz um evidente esvaziamento da Lei Maria da Penha, que tanto tem contribuído para a redução da violência contra a mulher.

Sala das Sessões, – Senadora **Gleisi Hoffmann**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### LEI N° 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

.....  
Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III – proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

#### DECRETO-LEI 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

#### **Desobediência**

Art. 330 – Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena – detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2015**

**Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 5º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º-A.

.....  
 II – adequação ambiental do projeto, atendida, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

O drama da escassez de água – tragédia crônica no Nordeste, mas que passou a ocorrer em todas as Regiões do País, tendo acometido neste ano a maior cidade brasileira – exige crescente atenção do poder público e da sociedade.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), até 2025 nada menos que 3 bilhões de pessoas estarão sujeitas a estresse hídrico caso sejam mantidas as condições atuais de disponibilidade, gestão e utilização da água. No Brasil, embora haja grande disponibilidade hídrica, os problemas de abastecimento desse recurso natural decorrem de fatores tais como o consumo intensivo, o desperdício e a degradação de mananciais, entre outros.

A utilização de água potável para limpeza de calçadas, irrigação de jardins e descargas sanitárias, entre outras formas impróprias de utilização, constitui notório exemplo de que devem ser adotadas medidas de racionalização do uso da água e de conscientização da população para a importância deste já escasso recurso natural. Usos dessa natureza podem ser atendidos pela captação e reserva de águas pluviais, medida que, a par de mostrar-se muito mais razoável, contribui para atenuar o fluxo da drenagem em situações de chuvas intensas.

Diversos municípios vêm adotando normas legais que obrigam a adoção desses dispositivos em novas construções, a exemplo do Rio de Janeiro, de Curitiba e de São Paulo, entre outros. No âmbito da União, cuja competência constitucional nesse campo limita-se ao estabelecimento de normas gerais, também experimentamos alguns avanços.

O Estatuto da Cidade, por exemplo, por força da Lei nº 12.836, de 2 de julho de 2013, passou a incluir entre as diretrizes da política de desenvolvimento urbano a serem observadas pelos Municípios o “estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais”.

De outra parte, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, de autoria do Senador João Durval, que altera a Lei do Saneamento (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007) com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.

Nesse passo, a presente proposição altera as normas do Programa Minha Casa, Minha Vida, implementado com recursos orçamentários da União, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais em suas edificações. Trata-se de medida que consideramos de efetivo estímulo à adoção, no âmbito municipal, de medidas de uso racional dos recursos hídricos.

Em face de sua relevância social, estamos certos de que a presente iniciativa merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Ivo Cassol**.

LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009

**Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.**

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 5º-A. Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU, deverão ser observados: [\(Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011\)](#)

I – localização do terreno na malha urbana ou em área de expansão que atenda aos requisitos estabelecidos pelo Poder Executivo federal, observado o respectivo plano diretor, quando existente; [\(Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011\)](#)

II – adequação ambiental do projeto; [\(Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011\)](#)

III – infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e [\(Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011\)](#)

IV – a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público. [\(Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011\)](#)

DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941

**Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.**

**O Presidente da República**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Rio de Janeiro, em 21 junho de 1941, 120º da Independência e 53º da República. – **Getulio Vargas, Francisco Campos.**

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964

**Vide Decreto nº 91.152, de 1985**

**Vide Lei 8.692, de 1993**

**Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Brasília, 21 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República. – **H. CASTELLO BRANCO, Milton Campos, Erneto de Mello Baptista, Arthur da Costa e Silva, Vasvo da Cunha, Octavio Gouveia de Bulhões, Juarez Távora, Hugo de Almeida Leme, Flávio Suplicy de Lacerda, Arnaldo Susselcind, Nelson Lavenére Wanderley, Raynundo de Brito, Mauro Thibau, Daniel Faraco, Roberto Campos, Osvaldo Cordeiro de Farias.**

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964

**Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências**

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do parágrafo 3º, do Artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Brasília, 29 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República. – **H Castello Branco**.

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

**Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Brasília, 11 de maio de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **Fernando Collor, Zélia M. Cardoso De Mello, Antonio Magri, Margarida Procópio**

Este texto não substitui o publicado no *DOU* de 14.5.1990 e retificado em 15.5.1990

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.197-43, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

**Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Brasília, 24 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso, José Gregori, Pedro Malan, Francisco Dornelles, Martus Tavares, Gilmar Ferreira Mendes**.

Este texto não substitui o publicado no *DOU* de 27.8.2001

*(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; em decisão terminativa)*

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Iniciando os trabalhos nesta tarde, segunda sessão não deliberativa, quarta-feira, dia 4 de fevereiro de 2015, eu gostaria de iniciar, convidando, pela ordem, os oradores inscritos para fazerem seus pronunciamentos da tribuna do Senado Federal, lembrando que, às 16 horas, temos sessão marcada para a eleição dos membros da Mesa, visto que tivemos a eleição, até o momento, somente da Presidência, do Presidente Renan Calheiros.

Então, eu convido para fazer uso da palavra a Senadora do PP, do Estado do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, que falará como primeira oradora inscrita. Já começa o ano de 2015 como encerrou 2014: com muita assiduidade, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a V. Exª.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Democracia Participativa/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada. Isso eu atribuo, minha Presidente Vanessa Grazziotin, à solidariedade feminina nesta Casa; felizmente, uma bancada ampliada agora, com mais Senadoras participando das decisões nacionais.

Cara Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, a renúncia de Graça Foster e de mais cinco dirigentes da Petrobras foi, claro, muito festejada pelo mercado e isso se refletiu imediatamente sobre as cotações das ações da maior estatal brasileira com presença no mundo e uma empresa que é conhecida e reconhecida. Um patrimônio dos brasileiros que precisa a todo custo ser preservado.

Será essa renúncia a luz no fim do túnel? Será o fim da crise? Ou apenas um fato relevante que vai ocultar outros problemas que vemos que estão por acontecer?

Enquanto as ações ordinárias da empresa foram vendidas hoje a R\$10,58, com alta de 6,9%, os papéis preferenciais foram negociados a R\$10,70, com aumento de 7%. Na terça-feira, o simples rumor sobre a saída da ex-presidente da maior estatal brasileira fez os valores das ações dessa companhia subirem até 15,74% na Bolsa de Valores de São Paulo.

Ainda assim, essa alta está muito longe daqueles valores alcançados pela Petrobras há cinco ou seis anos. Para termos uma lembrança, em 2008, por exemplo, para um trabalhador comprar ações da empresa era pre-

ciso desembolsar mais de R\$40,00, quatro vezes mais que os valores pagos hoje. Entre 2000 e 2010, os papéis da Petrobras valorizaram mais de 600%.

Sejamos francos sobre as aplicações financeiras. Quando um fundo de investimento perde um pouco, não nos preocupamos, e isso é natural, pois existem profissionais especializados que calculam riscos, sabem o que estão fazendo, avaliam com critério suas posições e as opções disponíveis no mercado compensam pela composição de uma carteira.

Mas, quando as perdas atingem os trabalhadores, os assalariados, isso é injusto e até inaceitável! Diferente do investidor experiente, o iniciante ou minoritário está no começo, aprendendo aos poucos como fazer a sua poupança render!

É preciso lembrar que muitos trabalhadores foram estimulados pelo Governo a investirem suas poupanças do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas ações da Petrobras. Leis foram criadas para permitir a ampliação desses investimentos nos recursos do pré-sal, inclusive para pessoas físicas e, claro, para os trabalhadores.

Os brasileiros que sonhavam em comprar a casa própria, pagar a faculdade dos filhos ou aumentar a reserva familiar com as aplicações na Petrobras estão, hoje, a “ver navios”. Aquele trabalhador que investiu boa parte de seus recursos na Petrobras está sem esperança, totalmente descrente e até desanimado. Um mercado desanimado e sem credibilidade é como uma “quitanda falida”!

A Força Sindical já prepara ação contra a Petrobras, exigindo, inclusive, ressarcimento de perdas geradas a pelo menos 300 mil trabalhadores que investiram recursos do FGTS na compra das empresas da estatal.

Em 2013, a presidente Graça Foster – agora, ex-presidente – esteve nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado, a meu pedido e do Senador Humberto Costa, e também do agora Governador do Piauí, o nosso ex-Senador Wellington Dias.

Naquela oportunidade, exatamente, eu perguntei à Sr<sup>a</sup> Graça Foster se os trabalhadores que haviam investido na Petrobras deveriam continuar apostando na empresa. E a resposta que ouvi da presidente da estatal, na época, foi: “Sim”.

Hoje, o que vemos é uma companhia sem direção, com balanços duvidosos e não concluídos, e uma gestão totalmente desacreditada. Isso para a maior estatal brasileira, com ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York.

Não é à toa que a CPI da Petrobras, a ser instalada na Câmara Federal, já recebeu o apoio de 186 assinaturas para que sejam investigados atos ilícitos e irregularidades na gestão financeira da empresa entre os anos de 2005 a 2015. Os reflexos da má gestão já são sentidos por todos, basta ver os preços dos combustíveis, que estão mais caros só no Brasil, enquanto os preços do petróleo caíram em todo o mundo.

Além disso, muitos funcionários dedicados, aplicados, comprometidos e que amam a Petrobras, que fizeram carreira na empresa, estão virando, lamentavelmente, alvos de piada e, também, chacota. Profissionais dedicados, engenheiros, todos os técnicos que trabalham na empresa, das diversas especialidades, dos mais simples aos mais graduados, que ajudaram a construir a empresa, um patrimônio nacional, infelizmente, hoje, estão escondendo os seus crachás, sentem até vergonha, temendo julgamentos. Imaginem como se sente, hoje, cada um desses profissionais dedicados, que ajudaram a construir essa importante empresa nacional.

A imagem que muitos políticos sempre passaram, quando colocaram as mãos no petróleo, hoje, lamentavelmente, nos dá a ideia de que aquelas mãos estavam, na verdade, não de petróleo, mas estavam, ali, levando para uma situação de descontrole da nossa empresa.

Por isso, os ativos e valores da Petrobras, simplesmente, estão virando pó, derretendo, enquanto as perdas da estatal com corrupção – o chamado petrolão – e má gestão superam os R\$88,6 bilhões. Com esse dinheiro, seria possível construir 6,285 mil hospitais de 8,5 mil metros quadrados.

Um hospital com essa área construída para atender uma população de 40 mil pessoas, com 160 leitos, 12 UTIs, pronto-socorro, triagem, farmácia, cozinha e lavanderia custaria, em média, a preços normais, sem superfaturamento ou desvios, cerca de R\$14 milhões, já incluindo os custos com central de ar-condicionado, rede elétrica, telefone, água e esgoto. Estamos, mais uma vez, pagando muito caro o preço pela má gestão.

Como disse o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot: “O escândalo da Petrobras é como um incêndio que está consumindo a empresa”. Por isso, precisamos de muita cautela com relação à Medida Provisória 666, que já está aqui, no Congresso, e que abre um crédito extra para a Petrobras no total de 17,9 bilhões – cerca de 15,9 bilhões são para a Petrobras fazer investimentos. Não podemos, por isso, dar um cheque em branco, enquanto a empresa não apresentar um claro e transparente plano de recuperação. A empresa é de capital aberto, de todos os brasileiros e acionistas que continuam acreditando na estatal.

O Governo não é dono da Petrobras; a União é a maior acionista. Portanto, tudo o que se espera dessa empresa – agora sob novo comando, que esperamos tenha profissionalismo, seriedade, credibilidade, com-

prometimento e ética na gestão, transparência, governança – é que a mesma seja qualificada e competentemente bem administrada. Essa é a expectativa da população brasileira, que quer ver a Petrobras no topo das petroleiras do mundo, lugar que ela sempre ocupou. Essa posição da Petrobras é importante para todos nós, mesmo para aqueles que não são acionistas...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – ... dessa empresa. Afinal, o pré-sal depende de uma Petrobras sadia. Aliás, o futuro dela está intimamente ligado ao meu Estado, o Rio Grande do Sul. No Polo Naval de Rio Grande, que está, neste momento, vivendo dias de muita tensão, desemprego de milhares de trabalhadores que acreditaram, muitos vindos do Nordeste, porque não havia sequer lá em Rio Grande, Senador Paulo Paim, número suficiente de funileiros, de soldadores, capazes de atender à demanda das plataformas marítimas, agora há incerteza.

Tomara que a mudança no comando seja um sinal, um sinal de que a empresa retoma com segurança e com transparência uma gestão que vai garantir que aqueles empregados do Polo Naval de Rio Grande comecem a sentir a esperança de que seus empregos voltarão a ser garantidos e que os projetos ali...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – ... desenvolvidos continuem. *(Fora do microfone.)* Estou terminando, Srª Presidente.

Que aqueles servidores do Polo Naval de Rio Grande tenham a certeza e a confiança.

Por fim, Senadora Vanessa Grazziotin, e já que falei nisso, também me preocupa, no caso da Petrobras, a situação do Fundo Petros, que é o fundo de previdência complementar da Petrobras. É preciso que também no Fundo Petros haja um cuidado e uma transparência. O Fundo Petros representa a garantia de uma aposentadoria dos seus servidores. E os funcionários correm o risco de, por uma gestão temerária, politizada e não técnica, acabe resultando em processos que nós já tivemos a história lamentável, como é o caso do fundo Aerus.

Por isso, aproveitando esta deixa, quero cumprimentar a Justiça, porque ela tarda, mas não falha. Graças a uma decisão da Justiça, Senador Paulo Paim...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – ...o fundo Aerus está recebendo agora um total de R\$179 milhões, que serão compartilhados pelos integrantes do fundo Aerus, graças a uma ação que foi garantida e assegurada pelo...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – ... Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a transferência, pela Caixa Econômica Federal, do valor depositado judicialmente pela União, para a conta bancária do Instituto Aerus de Seguridade Social. Esse valor vai retribuir aquilo de direito que eles tinham.

A União cumpre agora, parcialmente, a decisão por meio da Lei 13.062/2014 e da qual eu fui relatora na votação do Orçamento, através do PLN 31, e que abriu um crédito especial de R\$248 milhões para o orçamento da Seguridade Social do Ministério...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – ...da Previdência Social... *(Fora do microfone.)* ...Vanessa Grazziotin, porque este tema é relevante. O Senador Paulo Paim foi muito envolvido com isso. O Senador Alvaro Dias, da mesma forma.

Na Câmara, o Deputado Rubens Bueno – apenas para lembrar um dos Líderes desse processo –, lutaram muito.

Quero, com essa notícia, em nome da Graziela Baggio, depositar aí que vale a pena lutar por uma causa justa, por uma demanda necessária e que fez justiça, graças à ação da Justiça Federal aqui, da 1ª Região.

Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – A Mesa é que cumprimenta a Senadora Ana Amélia pelo seu pronunciamento.

Dando sequência, antes de convidar o próximo orador, Senador Aloysio Nunes, que já se dirige à tribuna, comunico que fiz a minha inscrição para usar da palavra no período de breves comunicações.

Passo a palavra, portanto, agora, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador do PSDB pelo Estado de São Paulo.

Com a palavra V. Exª, Senador.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente Vanessa Grazziotin, receba a minha saudação amiga e a manifestação do meu apreço por V. Ex<sup>a</sup>, permanente.

Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, ontem as ações da Petrobras, como foi mencionado pela minha ilustre antecessora nesta tribuna, subiram 15% mediante o simples anúncio de que a Presidente Graça Foster e a diretoria da Petrobras seriam substituídas. É uma prova de que a simples ideia de que possa haver no horizonte uma solução administrativa correta já provoca, imediatamente, um clima de confiança. Mostra a que ponto os problemas brasileiros, que são tão graves, poderiam ser grandemente mitigados se houvesse uma direção, neste País, capaz de suscitar confiança e entusiasmo em torno de um projeto de regeneração política, de crescimento econômico e de justiça social efetiva.

Graça Foster saiu e, eu diria, o bode expiatório ideal. Ela é uma pessoa discreta, técnica de longa experiência e longa vivência na Petrobras, amiga da Presidente da República, leal a ela, não tem ambições políticas, possui comportamento discreto. É, portanto, reitero, o bode expiatório ideal.

Não que os governantes atuais não tentassem encontrar outro bode expiatório: Gabrielli. A primeira tentativa foi jogar nas costas do ex-presidente Gabrielli os desmandos e, especialmente, as decisões erradas na compra de Pasadena. Mas receberam o troco imediatamente. O ex-presidente Gabrielli disse: alto lá! A gestão da Petrobras é solidária. Essas decisões são tomadas de comum acordo.

Tentaram jogar nas costas do célebre Cerveró, mas logo depois se recompuseram. Chegaram até a fornecer um *media training* para que Cerveró pudesse ter um bom desempenho aqui, perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Graça Foster parece que será o bode expiatório ideal. Vai para o sacrifício sem tugar nem mugir. Agora, por que ela perdeu o seu posto? É uma questão que, talvez, não terá nunca um esclarecimento cabal por parte do Governo, que transforma a Petrobras, para repetir o chavão, em caixa-preta. Nada se sabe sobre a Petrobras, a não ser aquilo que os juízes, os promotores, a Polícia Federal e a imprensa conseguem apurar, e que o governo busca esconder.

Mas, em todo o caso, tenho para mim que Graça Foster não caiu porque fez vistas grossas com a corrupção, embora tendo sido alertada de problemas na área da diretoria do abastecimento pela ex-gerente de abastecimento, Venina Velosa da Fonseca, e nada fez.

Mas, afinal de contas, a Presidente Dilma Rousseff, quando era chefe da Casa Civil recebeu um *e-mail* do Paulo Roberto Costa, então diretor da Petrobras, alertando-a para o fato de que o Tribunal de Contas da União havia tomado decisão que consistia em determinar a supressão ou a suspensão dos envios de recursos para a continuidade da construção da Refinaria Abreu e Lima, em função de irregularidades constatadas.

A chefe da Casa Civil agiu, mas agiu exatamente ao contrário do interesse público. Agiu sobre o Congresso Nacional, para que a decisão da Comissão Mista de Orçamento, que vetava o envio de recursos enquanto não tivessem sido corrigidos os problemas apontados pelo TCU, não fosse aprovada, e desta forma evitar veto do dispositivo pelo Presidente Lula.

Ela não caiu porque concordou com a operação de Pasadena, US\$1 bilhão de prejuízo, já que a Presidente Dilma também concordou. Ela não caiu por ter vindo a público diversas vezes, dando más notícias, a notícia de fiasco na perfuração de poços, por exemplo. Ela não caiu porque mentiu perante a Comissão Mista do Congresso, ao dizer que a auditoria interna da Petrobras não havia apurado nada em relação à denúncia de propina da empresa holandesa a funcionários da Petrobras no fornecimento de sondas; ela, quando no dia seguinte, o ministério público do Holanda, que afirmou haver tido, sim, pagamento de propina.

Nada disso, acho, levou a Presidente Dilma a exonerar Graça Foster, porque nenhum desses fatos era desconhecido da Presidente. A Presidente não gostou quando Graça Foster, num lampejo de responsabilidade, talvez premida pelos acionistas minoritários, presentes em reunião do Conselho de Administração da Petrobras, assumisse claramente que o balanço da empresa deveria ser abatido de uma importância estimada, pois não se sabe exatamente se é esse o volume real do prejuízo causado pela corrupção, mas de uma importância estimada de R\$88 bilhões. Não gostaram, seguramente, quando ela determinou o cancelamento de dois empreendimentos temerários, as refinarias Premium I e Premium II, cuja construção foi decidida pelo Presidente Lula, com o aval da Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff – que alegava saber tudo em matéria de energia –, para contar com o apoio de partidos políticos no Ceará e no Maranhão. Não caiu, também, por ter tomado essas atitudes, que foram corretas, no sentido de frear o volume de investimentos previstos, em cerca de 30%, para adequar a perspectiva de investimento à real situação de caixa e de endividamento da empresa, decisões corretas, amargas e corretas, apenas tardias.

Ela, na verdade, foi solidária com outros dirigentes, inclusive com a ex-presidente do Conselho de Administração, atual Presidente da República, por prejuízos muito graves causados à empresa. A empresa esta em

frangalhos, numa situação que espera que alguém grite: olha, o último que sair apagar a luz – se é que a luz não vai apagar antes, em razão da falência do modelo energético em vigor.

Os números são conhecidos de todos: rombo de R\$88 bilhões, aventado pela Presidente Graça Foster, que equivale a 77% do valor atual da empresa hoje, que é de R\$114 bilhões. Uma perda de cerca de 60% de seu valor patrimonial, Srs. Senadores, entre 2010 e 2014. É preciso ser muito competente na inépcia para causar tamanho prejuízo a uma grande empresa nacional. A dívida líquida, que, em 2009, era de R\$70 bilhões, hoje já chega a R\$206 bilhões, e a dívida bruta, a R\$330 bilhões.

Com o risco de cansá-los com números, queria lembrar que o prejuízo para os cofres da Petrobras, decorrentes da decisão populista e demagógica de usar o preço da gasolina para segurar a inflação – além da hipoteca gravíssima que fez pesar sobre o Proálcool –, foi de R\$70 bilhões. Se nós somarmos esses R\$70 bilhões aos R\$88 bilhões, chegamos a cerca de R\$160 bilhões. Somando tudo, temos o seguinte: perda de R\$160 bilhões e uma dívida de R\$206 bilhões. Essa é a maior prova da incompetência da atual gestão e que não é apenas da Presidente Graça, como, no jogo interno do poder, não é apenas do Presidente Lula, mas é também da Presidente Dilma. É uma soma de duas gestões desastrosas, tendo como pano de fundo uma decisão profundamente errada, combatida por nós aqui, nesta Casa, que foi a mudança do marco regulatório da extração do petróleo.

A mudança do regime de concessão para o regime de partilha acarretou pura e simplesmente a paralisia dos leilões do pré-sal. O País ficou cinco, seis anos sem leilões do pré-sal, esperando, talvez, que o preço do petróleo bruto desabasse, como, de fato, desabou. Essa ideia de que a Petrobras deva ser a operadora exclusiva dos campos do pré-sal afastou outros investidores, num mercado em que a concorrência é muito grande, em que há investidores e empresas aptas, como já provaram, explorando diversos campos de petróleo no Brasil, a explorar o pré-sal. Essa ideia contrasta profundamente, inclusive, com a situação de caixa da Petrobras, com a dramática situação financeira da empresa.

Como se atribui a uma empresa com dificuldades financeiras, que já estavam no horizonte, à responsabilidade de operação exclusiva do pré-sal?

Outra decisão incluída na mudança do marco regulatório é decorrente, talvez, de uma obsessão ideológica que consistiu em atribuir, de maneira arbitrária, a exigência de 37% do conteúdo nacional para toda cadeia produtiva do petróleo e do gás, sem saber se a indústria brasileira tinha efetivamente condições de atender a essa exigência. Não seria o caso de fazer isso de maneira mais gradativa, de maneira mais prudente, ir habilitando aos poucos nossa indústria a esses fornecimentos? Não, optou-se 37%, imediatamente.

Aí, começam a inventar coisas estranhas. Uma das mais estranhas foi a criação de uma empresa chamada Sete Brasil para produzir sondas a preço de ouro para extrair petróleo do pré-sal. Essas sondas seriam alugadas para a Petrobras a R\$500 mil por dia, quando a oferta no mercado internacional permite que esse preço seja de R\$200 mil/dia.

Agora, a Sete Brasil se transformou em caso de polícia. Puseram lá um tal Barusco, que confessou ter desviado, apenas ele, US\$100 milhões. Resultado: os sócios da empresa, – além da Petrobras, pois ela foi sócia dessa empresa, além de ser a sua patrocinadora política-, e os demais investidores tiraram o corpo fora. Como consequência, para não paralisar, não levar o desastre ao paroxismo, agora o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES são chamados para socorrer a Sete Brasil, em vultosas somas, para evitar que essas sondas afundem, levando com elas uma boa parte da indústria naval brasileira.

Esse é o resultado, meus amigos! E mais: os estaleiros que construíram a sonda começaram a ser pagos antes até de as sondas serem entregues à Petrobras. Quer dizer: é negócio de mãe para filho, de pai para filho.

Eu não quero falar do gigantismo da empresa. São 90 mil empregados efetivos e 310 mil terceirizados. É impossível administrar um gigante desse tamanho, que quer produzir tudo aquilo que ela mesma consome em termos de insumos, gerando com isso graves problemas de distorção de preços, reserva de mercado dentro da própria empresa? É o modelo da PDVSA, venezuelana, que talvez tenha inspirado esse tipo de megalomania.

Meus caros colegas Senadores, penso que a mudança da diretoria por si só, evidentemente, não resolve o problema. Ninguém tem essa ilusão. Mesmo o chamado mercado, agora entusiasmado com a mudança, vai esperar para ver como é que vai se comportar a Presidente na nomeação dos novos diretores. Será que os diretores da Petrobras vão entrar naquela conta apresentada, vão entrar no balcão que foi estendido perante a Câmara dos Deputados e o Senado da República pelo Ministro Mercadante, dizendo “Olha aqui, vai começar agora a distribuição de cargos do segundo escalão”? Será que vai acontecer isso?

Se for assim, corremos o risco de ter um novo Paulo Roberto Costa. Quando o Presidente da República nomeia diretor de abastecimento da Petrobras alguém indicado pelo ex-Deputado José Janene, já falecido, que todos conhecem, todos sabem o que ele fazia e o que diziam dele; quando o Presidente da República nomeia alguém para esse cargo não é para cuidar apenas do abastecimento de gás e petróleo. Será que não sabiam

que estava lá para roubar? Evidentemente. E, se nada fizeram, é porque foram coniventes. Nada fizeram porque foram desidiosos e têm culpa, respondem por culpa sim!

O tamanho do prejuízo ao Erário torna passível de enquadramento na Lei de Improbidade aqueles que cometeram e que foram coniventes, foram omissos, que foram relapsos na defesa do patrimônio que lhes foi confiado na qualidade de gestores.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Eu vou ler apenas, para encerar, o art. 10º da Lei de Improbidade:

*Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao Erário, qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das empresas referidas no art. 1º desta lei... [Entre as quais, esta Petrobras. É evidente.]*

Lembro-me que, antigamente, quando o menino se ajoelhava no confessionário para tentar expiar as suas culpas, os padres de antanho perguntavam: “Este pecado cometeu sozinho ou com mais alguém?” Esse tipo de pecado ninguém comete sozinho – ninguém comete sozinho.

É preciso que, agora, haja efetivamente a continuidade dos trabalhos de investigação no Congresso Nacional para descobrir quem são os chamados inimigos internos da empresa a que se referiu a Presidente da República. Quem são eles? Até que ponto esta teia criminosa se infiltrou no organismo da empresa, e ainda esta lá? Será que fica apenas no nível da diretoria em conluio com as empresas e com partidos políticos, ou isso tem ramificações mais profundas? Quem é que vai assumir a direção deste poço sem fundo, cujo passado é incerto, não apenas o futuro é incerto, sem saber até que ponto vão as ramificações deste tipo câncer organizacional?

E mais, Srs. Senadores, a Petrobras no modelo de gestão atual...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – ... é um exemplo a não ser seguido.

Todos conhecem a Suma Teológica de Tomás de Aquino, que era uma espécie de guia, de resumo dos pontos mais importantes para quem quisesse se aventurar, aprofundar-se no conhecimento da ciência e da teologia. Esta é uma suma *corruptione*. Fizeram na Petrobras um manual da corrupção, um manual dos ladrões. Ali se juntou tudo: patrimonialismo, demagogia, populismo, corrupção e uma profunda, uma monumental inépcia.

Cabe ao Governo, ao Ministério Público...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – ... e ao Congresso Nacional mobilizar todos os remédios que tenhamos à mão para livrar dos males que assolam esta grande e extraordinária empresa, que é orgulho do povo brasileiro.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Cumprimentamos o Senador Aloysio pelo pronunciamento.

Convido o Senador Paim para continuar na direção dos trabalhos, para que eu possa fazer uso da palavra. Senador Paim.

*A Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. PT – RS) – Passamos a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, que está recebendo, neste momento, aqui, na tribuna, a nossa querida ex-Senadora Serys Slhessarenko – caprichei na pronúncia aqui, porque ficava chato: Serys Slhessarenko.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – A quem eu quero dar boas-vindas e, mais uma vez, destacar o trabalho importante que a ex-Senadora Serys fez aqui na Casa, sobretudo na luta e levantando forte a bandeira da igualdade de gêneros, Senadora. Graças à luta de V. Exª e de tantas outras mulheres que por aqui passaram e aqui se encontram, a gente vem conseguindo alguns avanços, nesses últimos anos, apesar de muito aquém ainda não da necessidade das mulheres, mas das necessidades da própria sociedade brasileira e da própria democracia.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, eu quero, no dia de hoje, mais uma vez, tecer alguns comentários acerca das notícias que vêm dominando a imprensa nacional nos últimos tempos. Ontem, por exemplo, grande parte dos meios de comunicação do País, ao divulgar, ao noticiar a abertura dos trabalhos do Congresso Nacional e a mensagem encaminhada pela Presidenta da República, o fez num es-

paço, por exemplo, bem inferior do tomado para outras matérias que, em meu entendimento, teriam menor importância e significado para o presente e para o futuro do Brasil. Mas, no geral, as matérias publicadas pela imprensa são extremamente negativas, não só em relação ao quadro atual, mas também em relação à previsão do futuro próximo de nosso País – todas as previsões catastróficas.

Aliás, Senador Paim, isso não é de agora, isso acontece já desde antes do período eleitoral, quando setores da imprensa brasileira se mostraram com pouca ou quase nenhuma boa vontade – ou talvez até isenção –, e não apenas se preocuparam em noticiar, mas em fazer previsões que são, no geral, extremamente danosas à Nação e ao povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, apesar de falarmos tanto desses dados aqui, foi exatamente esse o debate que predominou na disputa eleitoral, uma disputa que levou à vitória da Presidenta Dilma. E digo que a vitória da Presidenta Dilma se deu na política, deu-se por uma decisão majoritária, consciente da maioria do povo brasileiro, que disse sim para a continuidade com mudanças, como ela própria fez questão de trazer como principal, como o carro-chefe de sua campanha, a necessidade de um Governo novo, ideias novas e mudanças necessárias. Então, é um debate que vem desde o período eleitoral, mas é necessário que repitamos, porque, enquanto uma inverdade ou uma previsão não compatível com a realidade é dita, falada milhares e milhares de vezes, ela acaba se tornando, para o senso comum, para a maioria do povo brasileiro, uma realidade. E não é esse o caso do Brasil. O Brasil, obviamente, como todos os outros países do mundo, passa e vive uma crise econômica profunda, crise essa que vem sendo agravada até, em nosso caso, por questões locais, conjunturais, climatológicas – e aqui eu me refiro à escassez de água nas grandes regiões metropolitanas do País, que traz não só problemas no abastecimento de água, mas traz também problemas profundos, sérios na geração de energia, cuja maior parte tem como matriz hídrica a água para gerar nossa energia.

Mas, Sr. Presidente, antes de falar alguns dados, eu gostaria de tecer alguns comentários acerca também dessas análises em relação aos fatos revelados, nesses últimos tempos, decorrentes de ações de corrupção que giram em torno da maior empresa pública brasileira, que é a Petrobras.

Destaco, com muita ênfase, Sr. Presidente, que nós somos absolutamente contra qualquer ato de corrupção. Entendemos que ela tem de ser combatida, e, mais do que isso, entendemos que todos aqueles que têm qualquer grau de envolvimento direto ou indireto com esses atos de corrupção, atos que prejudicam o País e o povo brasileiro, têm de ser punidos, rigorosamente punidos – rigorosamente –, não só para estancar esse processo, mas para evitar que processos continuem a ocorrer.

Então, quando nos deparamos com notícias gravíssimas e com revelações gravíssimas como essas, o que precisamos fazer? Como temos de agir? Em primeiro lugar, punir, buscar punição para aqueles que praticaram – repito – os atos de corrupção, Senador Paim. Em segundo lugar, o que mais temos de fazer são as reformas. Temos de blindar o Estado brasileiro para que, cada vez mais, ele sofra menos impacto e seja menos suscetível a esses atos de corrupção.

E o que vemos e ouvimos são apenas discursos, discursos, discursos. Acabamos de ouvir um, por exemplo, que dizia o seguinte: “Tanto tempo se roubou na Petrobras, mas nada se fez.” E por que nada se fez? Porque se concordava com a corrupção? E aí, Sr. Presidente, eu quero fazer a mesma indagação.

Tenho aqui uma matéria, já antiga, do dia 14 de dezembro de 2014, do Portal G1, que diz o seguinte: “Polícia Federal conclui inquérito do cartel dos trens, em São Paulo, e indicia 33 pessoas.” E olha o subtítulo da matéria: “Inquérito foi encaminhado para a Justiça Federal – casos aconteceram entre 1998 e 2008.” Aí cabe a pergunta: Mas, se sabiam da roubalheira, por que não fizeram nada? O atual governo – que, aliás, reelegeu-se no Estado de São Paulo –, o governo anterior, que sabia do cartel da roubalheira que estava acontecendo, nada fez. Foi por que participaram também?

Então, veja: o que nós não podemos aceitar – e o povo não aceita, porque, como dizem, o povo não é idiota; alguns podem até pensar que é, mas não é – são esses tais pronunciamentos parciais: corrupção tem de ser punida aqui, mas ali, não; ali, vamos fazer de conta que ela não existe. Não, aquele caso é local, aquele caso não é nacional.

A corrupção é parte do sistema capitalista, infelizmente. E a corrupção não é algo que deva ser combatida e enfrentada uma ou outra vez; é algo para ser combatida e enfrentada permanentemente – permanentemente.

Com que tipo de ações? A transparência. É muito importante que tudo seja transparente, porque o Brasil e qualquer sociedade não necessitam só de um Ministério Público, de um Tribunal de Contas; o que nós queremos é que a população brasileira tenha cada vez mais instrumentos para que ela seja o próprio Tribunal de Contas, para que ela seja o próprio Ministério Público; o Parlamento, que também tem a obrigação de fiscalizar o ato do Poder Executivo; a câmara de vereadores; as assembleias legislativas.

Então, veja, Senador Paim: a diferença que existe é que, agora – não só agora, porque não estou falando do ano passado para cá; estou falando desses últimos tempos –, vimos experimentando avanços profundos, e avanços importantes, sim, no que diz respeito principalmente à transparência no tocante a investigações. Aí dizem: “Ah, mas dizer que o Ministério Público é isento é chover no molhado, porque o Ministério Público

tem que ser isento. Essa é uma atribuição constitucional do Ministério Público". Mas nem sempre foi assim; no passado, não era exatamente assim. No caso da Polícia Federal, também; no passado, ela não tinha a liberdade que tem hoje para desenvolver todas as ações que faz.

Então, Sr. Presidente, o que nós temos que discutir é o eixo do problema, o centro, o coração da problemática e atacar isso. Nós não podemos admitir que uma campanha eleitoral continue custando o que custa. O povo brasileiro tem que prestar atenção nisso. Para um Senador se eleger, quantos milhões são gastos na campanha eleitoral? As campanhas eleitorais de rádio e TV, que deveriam servir para mostrar as propostas para o povo, viraram peças teatrais – não digo teatrais, mas cinematográficas –, com um custo de produção elevadíssimo. Aí dizem: "Ah, mas, se acabar o financiamento por parte de empresas, como vamos fazer campanha?" Vamos fazer campanha barata. Vamos para a frente da televisão, vamos para o rádio e vamos falar. Não precisa haver aquelas produções lindas, maravilhosas. Vamos falar para o povo o que nós defendemos e mostrar o passado de cada candidato. É disso que o Brasil precisa.

É isto que o povo brasileiro espera do Parlamento brasileiro: mudanças profundas, e não apenas discursos para justificar iniciativas ou tentativas de derrubar um governo. Isso não resolve o problema. Vamos resolver o problema. O que adianta falar contra a corrupção, mas manter a mesma prática política do Brasil: empresa privada dando dinheiro para candidatos e para partidos fazerem campanhas?

Digamos que esses candidatos...

**O Sr. Telmário Mota** (PDT – RR) – Senadora Vanessa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Concedo um aparte a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. PT – RS) – Senador Telmário, infelizmente, nesse período, não é permitido aparte. Na verdade, a Senadora teria cinco minutos só, porque ela está em comunicação inadiável. E já tem Senador que mandou a lembrança para a Mesa, corretamente. Eu dei dez minutos, e seriam cinco. Mas dei dez porque os outros dois Senadores também falaram em torno de quinze minutos.

**O Sr. Telmário Mota** (PDT – RR) – Como eu tenho dez minutos daqui a pouco, quero apartear. Como o assunto é muito empolgante, eu não queria deixar passar o momento. Mas eu queria registrar agora para depois abordar. Obrigado.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. PT – RS) – Meus cumprimentos pela vontade já de participar do bom debate, Senador.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – E o problema é que mandaram um alerta para a Mesa, não para mim, não ao orador.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. PT – RS) – Para mim!

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Então, Sr. Presidente, quero aqui me justificar com meus pares, porque eu não havia percebido o tempo.

Inclusive não fui muito correta com a Senadora Ana Amélia. Eu dirigia a sessão enquanto ela falava e coloquei o tempo dela inferior ao que efetivamente ela teria direito, não é, Senadora? Já mandei um bilhete pedindo desculpas. Ela tem um saldo, Senador Paim, que poderá ser usado ainda, porque, por falha de quem dirigia a Mesa naquela altura, que era eu, ela teve seu tempo suprimido. Então, peço, mais uma vez, desculpas a V. Exª.

Sr. Presidente, creio que são essas as medidas e esse o debate que nós temos que travar.

Ouvi o Senador que me antecedeu, com muita atenção, quando abordava assuntos da Petrobras, dizer o seguinte: "Tem que mudar, não pode continuar..."

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – ... como está, a lei garantindo que a Petrobras seja a única operadora da exploração de petróleo. Não se pode manter o novo regime de partilha".

Pelo contrário, isso tudo tem que ser mantido e tem que ser fortalecido, porque a Petrobras não é gigante só nos números dos funcionários que tem; é gigante nos recursos que pode aportar à Nação brasileira, para que esses recursos sejam aplicados em educação, em saúde, na geração de empregos e no nosso desenvolvimento efetivo, Sr. Presidente.

Eu aqui quero repetir... Aliás, quero cumprimentar daqui o ex-Senador Vital, pela posse, no dia de hoje, no Tribunal de Contas da União. Ele dizia, em determinado momento... O ex-Senador Vital, Ministro Vital hoje, tem como profissão a Medicina; ele é médico e advogado. Pois bem, ele dizia o seguinte, lembrando um ex-Conselheiro do Tribunal de Contas: para buscar a solução...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – ... do problema, ele não preferia fazer necropsia, e, sim, biópsia.

Então, há muita gente que utiliza a bandeira da ética, da defesa da Petrobras, para encaminhar seu verdadeiro objetivo, que é privatizar a Petrobras ou, no mínimo – no mínimo, Senador Paim –, mudar a lei que, corajosamente, quando o Presidente Lula era Presidente deste País, o Congresso Nacional teve a coragem de aprovar, em benefício do povo e da Nação brasileira. É a Lei da Partilha, Sr. Presidente, que nos garantirá recursos significativos para serem aportados à educação e a outros setores importantes.

Concluo meu pronunciamento, pedindo as desculpas não só de V. Exª, mas de todos os meus pares. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem, Senadora. Parabéns pelo pronunciamento.

Senador Otto Alencar, PSD da Bahia. Terá um tempo como orador inscrito de dez minutos. Em seguida, Senador Ataídes e, na sequência, Senadora Gleisi Hoffmann.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, como nós temos aqui um quórum pequeno, eu queria fazer a saudação a todas as Senadoras – Ana Amélia, Gleisi Hoffman –, ao Telmário Mota, à Vanessa, que acabou de falar aqui; e aos meus dois colegas Deputados Federais da Bahia, Deputado Bacelar, que chega também pela primeira vez aqui no Congresso Nacional, e o Tony Brito, dois amigos baianos; e agora também o Senador José Medeiros, de Mato Grosso.

Eu venho da Bahia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, e começo por agradecer ao povo baiano, que, nas urnas de 5 de outubro, deram-nos a vitória consagrada para o Senado. Chego aqui com muita responsabilidade e também com muitos compromissos de várias reuniões, vários entendimentos na construção de um projeto que vou procurar desenvolver no Senado com toda dedicação e com todo o esmero.

Quero agradecer ao povo e, além disso, a toda a classe política que nos acompanha, aos vereadores, prefeitos, ex-prefeitos, vice-prefeitos, deputados federais e estaduais; à aliança que fizemos com o Governador Jaques Wagner, hoje Ministro da Defesa, com o atual Governador Rui Costa, com a Presidente Dilma. Agradeço também o apoio decisivo que tivemos lá do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Chegamos com a convicção de que teremos aqui que desenvolver um trabalho por aquilo que nós acertamos.

Vou começar, inclusive, pela proposta de modificação do fator previdenciário, defendida pelo Senador Paulo Paim; pela reforma política, pela reforma tributária, superimportante para os Estados e Municípios, que envolvem também o Pacto Federativo, a reforma do Código Penal – a população brasileira clama por isso.

Sobretudo, neste mandato, eu espero ter saúde e força para trabalhar por uma coisa que vai ser motivo de várias discussões, e voltarei a esta tribuna quantas vezes forem necessárias: quero defender a questão da água, das nascentes, dos rios tributários, dos afluentes, de todo o Brasil, mas, acima de tudo, defender um dos rios mais importantes para o Brasil e para a nossa região, a Região Nordeste. Refiro-me aqui ao Rio São Francisco, chamado anteriormente pelos índios de Opará, que na Bahia se chamava Rio dos Currais.

Recebi um livro que me foi encaminhado por um grande amigo que me é muito caro, uma das figuras mais importantes do Ministério Público de Minas e também do Brasil, porque está aqui no Conselho do Ministério Público de Minas, o Dr. Jarbas Soares, que está aqui conosco, sentado na tribuna, e o Dr. Ciro, também Soares. Ele me mandou uma dedicatória, Presidente, inclusive errou na dedicatória e me chamou de governador, e eu era vice.

Vou ler a dedicatória do chefe do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Diz o seguinte:

*Governador Otto Alencar, o outrora formoso, viscoso, caudaloso e generoso Rio São Francisco, que tanto orgulho e alimento trouxe aos ribeirinhos e, em geral, ao povo brasileiro, vai-se tornando, como dizia Drummond sobre as montanhas de Minas, apenas um retrato na parede. Uma bela obra como esta, como este livro, guardada para as próximas gerações por Alain Dhomé.*

*O rio clama por nós, pede socorro, morre numa rapidez inimaginável. [É verdade.] Senador Alencar, já é tarde, mas diz o ditado popular “antes tarde do que nunca”. Vamos dar as mãos e lutar pela revitalização, num último suspiro do Rio São Francisco.*

*Conte com Minas Gerais, com o Ministério Público, com admiração e esperança,  
Jarbas Soares.*

Ele está ali sentado, do Ministério Público, trabalhou muito em Minas Gerais, inclusive fez um trabalho associado com o Governo de Minas e mostrou que é possível, perfeitamente possível, com poucos recursos, revitalizar o Rio São Francisco.

Esse trabalho foi feito no rio que divide a Bahia com Minas Gerais, que é o Rio Carinhanha, que hoje tem – um rio bonito, formoso – as suas matas ciliares preservadas, livres da poluição e livres da erosão e do assoreamento.

Só para que tenham uma ideia os Senadores e as Senadoras, o Rio São Francisco nasce no Estado de Minas Gerais, na Serra da Canastra, no Município de São Roque de Minas. Esse rio tem praticamente 75% das suas águas no Estado de Minas Gerais e é formado por várias bacias de rios tributários ou afluentes. O principal deles é o Rio das Velhas, que talvez seja o mais caudaloso de todos os rios, mas hoje é um rio que tem problemas seriíssimos, como erosão, desmatamento de matas ciliares, e é também muito poluído por uma série de Municípios que ainda não têm o tratamento adequado de esgoto. Belo Horizonte tem, mas, a partir de Belo Horizonte, não há tratamento, e aí ele já chega ao São Francisco altamente comprometido por toda a parte de esgotamento sanitário que não é feito nessa localidade.

Chegou aqui uma grande amiga minha, a Senadora Lídice da Mata, por quem tenho uma admiração e apreço muito grandes. Uma Senadora que honra a Bahia, como honrou quando foi Prefeita, enfim, com todas as suas ações políticas. Cedo a ela um aparte.

**A Sr<sup>a</sup> Lídice da Mata** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores presentes nesta sessão, temos aqui a presença de dois deputados federais pela Bahia, assistindo a este primeiro pronunciamento do Senador Otto Alencar, e, na verdade, é motivo de grande alegria para nós, para mim, para Pinheiro, que estejamos hoje com a presença do Senador Otto Alencar nesta Casa. O Senador Otto Alencar foi nosso grande parceiro na campanha de 2010, na chapa em que nos elegemos, eu e o Senador Pinheiro; ele ajudou a construir a nossa vitória, ajudou não só com o seu voto pessoal, mas com a força de sua militância política na Bahia, um dos mais destacados líderes políticos do nosso Estado. O Senador Otto Alencar já passou por todas as posições ou pelo menos pelas posições políticas mais importantes do nosso Estado. É médico, começou a sua vida e se fez conhecido em nosso Estado por seus trabalhos profissionais de médico. Não há cidade a que se chegue na Bahia, de norte a sul, de leste a oeste, que não tenha um paciente seu, de quem ele consertou uma perna, um braço, uma mão. Quando nós descemos de qualquer avião, para uma campanha ou uma visita a uma cidade, logo se apresenta um ex-paciente do Senador Otto Alencar, sempre muito emocionado. Não há cidade do nosso Estado em que um amigo do Senador Otto Alencar, seja ex-paciente, seja colega de trabalho, não se apresente imediatamente. E médico que paciente recebe com alegria, sem dúvida nenhuma, é um médico de qualidade. Começou sua carreira política não muito jovem. Começou sua carreira política depois de já ter o seu nome feito em sua região, em todo o Estado, como médico e como profissional. Foi deputado estadual brilhante, foi presidente da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas dos Municípios, onde esteve durante muitos anos, até que foi requisitado pelo Governador Jaques Wagner, que sempre diz que buscou do lado de lá o seu melhor jogador. E nós nos beneficiamos de sua presença no nosso, digamos assim, na nossa aliança política em nosso Estado. Ele é bom jogador da política e bom jogador também no futebol. Apesar de torcer pelo time adversário, é um torcedor apaixonado pelo seu time e um companheiro de jornada política, de lutas políticas das mais importantes, tanto pela forma aguerrida como se coloca em cada causa, mas também pela forma companheira, divertida em que ele sempre promove a nossa convivência. Portanto, para nós, para mim, para Pinheiro, que nesses anos tivemos, depois da campanha, a chateação de não ter Otto no avião, já que a lei não permite que o vice viaje com o Governador, e ele sempre foi um fator de agregação e de divertimento da nossa chapa. E agora poder conviver aqui, e eu tenho certeza que isso vai fazer com que a Bahia se firme muito mais forte no cenário federal, porque contamos nós com a sua disposição de luta e a sua disposição sempre também de buscar a agregação, a concordância, as posições por consenso...

*(Soa a campainha.)*

**A Sr<sup>a</sup> Lídice da Mata** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – ... que a presença de Otto nos garante. Portanto, eu, especialmente, fico muito feliz de poder tê-lo como companheiro e como parceiro dessa honra que é para todos nós, para mim, para Pinheiro e para o senhor, representar nesta Câmara Maior o nosso Estado, a razão de ser da nossa vida política. Muito obrigada.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. PT – RS) – A exemplo dos outros Senadores, vou dar uma tolerância de cinco minutos.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Pois é... *(Risos.)*

**A Sr<sup>a</sup> Gleisi Hoffmann** (PT – PR) – Permita-me um aparte, Senador?

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Pois não, Senadora Gleisi Hoffmann.

**A Srª Gleisi Hoffmann** (PT – PR) – O meu vai ser muito rápido. Eu já pensava em lhe fazer uma saudação, mas, depois dessa intervenção da Senadora Lídice, fiquei mais animada, não conhecia todas essas características e sua trajetória.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Só faltou aí professor assistente de Ortopedia na Universidade e também professor de capoeira.

**A Srª Gleisi Hoffmann** (PT – PR) – Ah, muito bem! De capoeira é muito interessante.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Todo baiano bom tem de jogar capoeira.

**A Srª Gleisi Hoffmann** (PT – PR) – É... Então, temos de respeitá-lo muito aqui. Mas, Senador, eu queria também, em nome da Bancada do PT, do Partido dos Trabalhadores, saudar V. Exª nesta Casa: seja bem-vindo. Tenho certeza de que sua trajetória, suas experiências e suas propostas enriquecerão muito o debate aqui no Parlamento. A gente já possuía referências a respeito de sua pessoa, como também do resultado na eleição da Bahia, com a eleição de nosso Governador Rui Costa, como também as palavras de nosso ex-Governador e atual Ministro da Defesa, Jaques Wagner que corroboraram para esse seu currículo que a Senadora Lídice acabou de nos relatar. Então, seja muito bem-vindo.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Obrigado.

**A Srª Gleisi Hoffmann** (PT – PR) – Conte conosco. Tenho certeza de que sua pessoa enriquecerá muito os debates aqui no Senado da República.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Agradeço, Senadora.

Voltando ao assunto que será debatido e que quero colocar como prioridade em meu mandato, sobre o Rio São Francisco. Como eu falava, Presidente, ele é formado, praticamente, 75% de suas águas são formadas em Minas Gerais por várias bacias: o Rio das Velhas, o mais caudaloso e o mais importante; o Rio Paracatu, também com problemas de erosão e de contaminação; o Rio Paraopeba; o Rio Pará; o Rio Abaeté, vários rios da Bacia do Rio São Francisco... Eu trago aqui o mapa da estimativa de erosão na Bacia do Rio do São Francisco, no Estado de Minas. Está aqui, estas marcas todas escuras são marcas de grande erosão no Rio São Francisco, não só pela contaminação por esgoto, que não é tratado, como pelo desmatamento das matas ciliares do Rio São Francisco, erosão, assoreamento e uma série de dificuldades enfrentadas pelo Rio São Francisco, que chega na Bahia, como eu falei antes, na divisa da Bahia com o Rio Carinhonha. E, aí, entra na Bahia e recebe, na margem esquerda, o Rio Corrente e o Rio Grande, que também tem como afluente o Rio das Ondas. Mas, a partir daí, nós encontramos em nosso Estado uma situação que chama muito a atenção e deve ser o motivo de o Governo Federal, através da Codevasf...

E isso é uma coisa tão importante que me leva a pensar, inclusive, que o Governo Federal, a partir dos Ministros responsáveis, diante da crise de falta de água que se estabeleceu em São Paulo, fato que chamou a atenção do Brasil, já que o maior Estado da Federação não fez um planejamento para o abastecimento de água... No nosso Estado, fizemos isso ao longo dos anos. E embora também esteja faltando água em Minas Gerais e no Rio de Janeiro se fala somente em transposição de bacias, em fazer de alguma forma a transposição, mas não se fala na recuperação e revitalização das nascentes.

A primeira vez que a nascente do Rio São Francisco secou, na Serra da Canastra, foi agora no ano de 2014. A nascente do Rio São Francisco secou no Município de São Roque de Minas.

Portanto, é muito grave o Governo não voltar seus olhos para a questão das nascentes e da recuperação dos afluentes, pois se não fizer isso de nada valerá – daqui a pouco concedo o aparte ao Senador Walter Pinheiro – a transposição do Rio São Francisco. Se não houver água, de nada valerá.

Só na Bahia, na margem direita do Rio São Francisco, temos quatro rios que hoje só existem na lembrança; são caminhos de areia...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – ... o Rio Paramirim, o Rio Verde, o Rio Jacaré e o Rio Santo Onofre. Quando eu era jovem, passei por todos esses rios e os vi correndo 365 dias por ano. Hoje, são caminhos de areia. Falo isso só para que se observe a gravidade da questão.

A Barragem de Sobradinho, prezado amigo Walter Pinheiro, que deveria estar agora com 40% da sua capacidade, está com apenas 18%, com a geração de energia chegando somente a 30%. Todas as hidrelétricas juntas deveriam produzir, na sua maior capacidade, em torno de 8 mil megawatts, mas estão produzindo apenas 30% disso. Uma crise que ninguém pode mensurar.

E mais, essa questão vem sendo debatida há muito tempo sem nenhuma providência no que se refere a um fato que chama a atenção de todos nós: a recuperação das nascentes dos rios tributários.

Eu tenho uma admiração muito grande por um religioso e por sua luta: o Bispo da Barra do Rio Grande, Dom Luís Cappio – que fez um trabalho, que fez inclusive greve de fome em defesa do Rio São Francisco, na

época da transposição –, ele me chama sempre a atenção para isso: não se está olhando para a recuperação das nascentes dos rios tributários.

Eu vou ceder aqui o aparte ao Senador Walter Pinheiro e ao Senador Antonio Carlos Valadares, do Estado de Sergipe. O Rio São Francisco divide Sergipe e Alagoas; de um lado, Propriá, do outro Penedo e Barra Grande, naquela área que andei conhecendo bem.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – Senador Otto Alencar, primeiro a minha satisfação em tê-lo aqui conosco e, ao mesmo tempo, estreando. A preocupação de muita gente era: “Como Otto vem?” Não! Eu disse que Otto vai estreiar como veterano. Afinal de contas, é um sertanejo velho, calejado, acostumado ao sol do sertão e, principalmente, na lida disso que V. Exª tão bem começa a tocar aí. V. Exª não fala de ouvir falar, nem fala sem viver, não fala desse assunto sem ter passado pela experiência. Estou aqui com dois companheiros da Bahia. Antonio Brito, nosso companheiro e, inclusive, um dos brilhantes Deputados nesta Casa na área da saúde, e João Carlos Bacelar, que também estreia no Congresso Nacional. Eu tive a oportunidade de dividir as tarefas na Câmara de Vereadores de Salvador de 1993 a 1996 – portanto, já estamos bem passados!

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – Mas, meu caro Senador Otto, há uma coisa importantíssima nisso que V. Exª levanta. O debate terminou sendo da transposição sem exatamente ir na raiz do problema. Quem se levantava contra isso... Eu me lembro que sofri muito, porque nos diziam: “Vocês estão contra porque os baianos não querem liberar a água para o Nordeste setentrional.” Não era isso! Eu comentava há pouco com o Deputado Antonio Brito e com o Deputado João Carlos Bacelar que na época cheguei, inclusive, a fazer estudos para mostrar que, do ponto de vista da hidroeletricidade iríamos cometer erros. Essa eletricidade você não armazena, você armazena água. É a água que se guarda! E nos períodos, inclusive, de mais longa estiagem, é a manobra do lago que determina você fazer um manejo do uso devido, correto dessa água e, consequentemente, geração de energia.

Ora, se a gente criou saídas, mas não resolveu o problema da porta de entrada, como disse muito bem V. Exª, as nascentes... Eu conheço o Santo Onofre, citado por V. Exª, de andar, inclusive, a pé no Santo Onofre.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Paratinga.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – Ali, de Paratinga até a chamada lá... A gente entra ali em volta da serra.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Exatamente.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – Fiz, ali, várias mini barragens, com os mandatos aqui, junto com a Co-devasf. Andava, ali, a pé! Ali, de um lado e de outro, há pequena propriedade, do lado do Santo Onofre. São 70km, mais ou menos, adentro, e aquilo seca de a gente andar no rio. Portanto, isso estou falando de um grande afluente.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Grande afluente.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – Agora, se eu não resolvo esse problema...

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – E foi perene. Foi perene e, hoje, é temporário.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – Temporário. Hoje, eu vou até brincar: o Santo Onofre, agora, virou um riacho.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Um riacho.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – Então, essa coisa é importante para a gente alimentar esses afluentes, para a gente criar uma iniciativa. Aí, eu quero citar um exemplo, pegando o que V. Exª falou, e vou encerrar: há um agricultor chamado Vitu, ali no Vale do Santo Onofre, que produz o queijozinho dele, tem as vacas. Aí, Vitu me dizia assim: “Pinheiro, quando eu era menino, meu pai me levava para a beira do rio para a gente, exatamente, desmatar na beira do rio, para fazer a roça na beira do rio, porque era o lugar mais apropriado para pegar a irrigação.”

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Exato.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – “Hoje, eu estou levando o meu filho para dizer a ele que se a gente não plantar na beira do rio...”

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Exato.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – “... para a gente botar a mata ciliar de volta, nós não vamos continuar, aqui, produzindo, tampouco tirando da agricultura de subsistência.” Então, na realidade, esse não é um debate qualquer. Não é um debate só de transposição. Transposição de água é uma coisa normal. A água que nós bebemos em Salvador, meu caro Senador Otto Alencar, é transposta.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – É transposta.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – Transposta.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Da Pedra do Cavallo.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – Pronto, mas não é assim que a banda toca, há uma hora em que seca. Então, o primeiro debate é a revitalização, cuidar das nascentes, trabalhar na integração de bacias, que é outro tema importante para, depois, você ver como é que nós vamos chegar na transposição, e em canais de irrigação. Eu não posso transpor o que não tem capacidade sequer de alimentar ali, quanto mais avançar desse porte. Então, portanto, é correto fazer a transposição, mas é correto tomar conta desses espaços...

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Exatamente.

**O Sr. Walter Pinheiro** (PT – BA) – ... que V. Ex<sup>a</sup> levanta tão bem na tarde de hoje, aqui no Senado.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Senador Otto Alencar, V. Ex<sup>a</sup> dá início aos seus trabalhos no plenário desta Casa acertando em cheio no tema escolhido para a inauguração dos seus pronunciamentos. O Rio São Francisco, de fato, o rio da integração nacional, tem um papel importante na realização do desenvolvimento em vários Estados do Brasil. Ele é banhado por nove Estados, inclusive os nossos Estados, que se integram através das águas do Velho Chico. Certa vez, quando foram iniciadas as tratativas para a elaboração do projeto de transposição do Rio São Francisco, nós apresentamos, aqui, a chamada PEC da Revitalização do Rio São Francisco, criando um fundo para a manutenção, para os investimentos, visando a esse projeto de revitalização...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – ... antes da transposição. O Senado Federal respondeu positivamente: aprovou, por unanimidade, essa proposta. Ela foi para a Câmara dos Deputados, passou lá seis anos e ainda está lá, dormitando nas gavetas da Câmara dos Deputados. Esse fundo ia, sem dúvida alguma, proporcionar segurança à garantia de que a revitalização tão sonhada e tão necessária seria realizada. Então, essa PEC ainda se encontra lá na Câmara dos Deputados. O último Relator foi o Deputado Federal de Pernambuco Fernando Ferro, do Partido dos Trabalhadores, que empreendeu um bom trabalho, mas não pode levá-lo à frente por causa da resistência do Governo em dizer que a criação de um fundo de apenas 1% ou 2% ia impactar as contas do Governo...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – ... o que eu considero uma justificativa totalmente desarrazoada e desnecessária. Posso dizer a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: o Senado Federal ganha muito com a sua presença aqui...

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Obrigado, Senador.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – ... pela sua experiência, pelo seu passado. Homem que ocupou todos os cargos mais importantes da Bahia, inclusive o de Vice-Governador, o de Secretário de Estado e o de Presidente da Assembleia Legislativa. Então, V. Ex<sup>a</sup> traz uma bagagem, de tal forma que, aqui, com V. Ex<sup>a</sup>, nós vamos aprender. V. Ex<sup>a</sup> não tem nada o que aprender aqui, porque já vem com o conhecimento que foi edificado ao longo de sua vida, com muito esforço, com muito brilhantismo, com muita ética, com muita decência – inclusive, passando, como passou, pelo Tribunal de Contas do Município de Salvador. Por isso, meus parabéns, e que V. Ex<sup>a</sup> continue nesta luta! V. Ex<sup>a</sup> sabe que contará com este sergipano...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – ... que ama, também, a Bahia.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – Pois não. Eu queria agradecer aos meus dois conterrâneos, o Senador Walter Pinheiro e o Senador Antonio Carlos Valadares. Baianos e sergipanos somos irmãos, separados só por uma fronteira pequena ali, e eu tenho uma admiração muito grande pelo povo sergipano, Sr. Presidente.

Então, como eu falava, hoje o Lago de Sobradinho tem apenas 18% da sua capacidade, o que vai dificultar, inclusive, a geração de energia elétrica nas hidrelétricas – temos seis hidrelétricas lá na região. O Rio São Francisco está ameaçado, dentro de 20 anos ou 30 anos, de ser – repetindo aqui, mudando das montanhas de Minas e falando de Drummond – um retrato na parede. Como falei, no Estado da Bahia nós temos já quatro rios importantes que são caminhos de areia, e não vejo outra solução senão investimentos da Codevasf para a recuperação desses rios.

Hoje, eu estou trazendo um diagnóstico e poderia falar sobre essa situação por mais 20, 40 minutos, mas vejo que o meu tempo está se esgotando. Eu queria agradecer aos apartes e, também, dizer que a seca não

me assusta, porque eu nasci na seca, lá no interior da Bahia, no Município de Rui Barbosa – mando um abraço para os meus conterrâneos lá de Rui Barbosa. Então, a seca não me assusta, mas me assusta muito o que pode acontecer com as futuras gerações de todos os Estados brasileiros se não houver uma ação eficiente do Governo Federal para a revitalização das nascentes e para a preservação, inclusive, da Mata Atlântica.

Eu não quero aqui ser o “profeta do apocalipse” e dizer que nós vamos ter grandes problemas já, imediatamente, mas, do ponto de vista mediato e de longo prazo, nós vamos ter.

E o Rio São Francisco já fez muito pelo Brasil...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD – BA) – ... abastecimento humano, animal, irrigação, as hidrelétricas. Fez muito pelo Brasil.

Plagiando o Alain Dhomé, ele diz aqui em seu livro o seguinte: “os generosos sempre fazem mais pelos outros do que por si”. E o Rio São Francisco já fez muito pelo Brasil, pelo Nordeste, e o Brasil ainda não fez nada do que deveria fazer pelo Rio São Francisco. É uma pena isso, mas chamo a atenção do Governo Federal, da responsabilidade de fazer, imediatamente, a revitalização completa do Rio São Francisco.

Voltarei a esta tribuna tantas vezes quantas sejam necessárias, não só para mostrar o diagnóstico como também para, ao lado dos Senadores aqui, estabelecer um tratamento que possa, realmente, ser pragmático e ser de solução para o Rio São Francisco.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem, Senador Otto Alencar. Meus cumprimentos pelo pronunciamento e estreia na Casa. À distância, tive a alegria de participar da sua campanha.

Passamos a palavra à nobre Senadora do PT do Paraná, Gleisi Hoffmann.

Meus cumprimentos aos Deputados presentes, João Carlos e Antonio Brito. Sintam-se em casa.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quem nos ouve pela Rádio Senado ou nos acompanha pela TV Senado, é um prazer estar aqui hoje participando da primeira semana...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. PT – RS) – Senadora, permita-me. Eu não citei o Deputado Benito Gama, que também está presente aqui. S. Exª Foi meu companheiro na Constituinte, e eu não havia citado a sua presença.

Meus cumprimentos, Benito.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – Da calorosa Bancada da Bahia.

Minha saudação também, Deputado, e ao Senado Otto, que aqui me precedeu.

Eu queria dizer do prazer de estar ocupando novamente a tribuna do Senado, no início desta nova Legislatura.

Primeiramente, eu gostaria de dar boas vindas a todos os novos Senadores e Senadoras, que iniciam seus mandatos neste ano. Alguns estão retornando a esta Casa, e outros, inaugurando suas participações no Senado Federal.

Como mulher, eu não poderia deixar de celebrar o aumento, ainda que distante daquilo que seria satisfatório, da bancada feminina nesta Casa.

Saúdo também todos os demais Senadores e Senadoras que, como eu, já estavam na Casa na Legislatura passada, desejando a todos nós um ano de muito trabalho e bons resultados.

Saúdo, igualmente, ao Presidente Renan Calheiros, reeleito para presidir o Senado Federal e o Congresso Nacional nos próximos dois anos.

Neste primeiro pronunciamento que faço, Sr. Presidente, da tribuna, em 2015, eu gostaria de dividir com a Casa e com quem nos assiste e nos escuta algumas reflexões acerca desse início do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff.

É sempre importante lembrar, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores do sistema de comunicação do Senado, que o Brasil vive o maior período democrático da sua história republicana, conquistado com o esforço incrível de vários segmentos da sociedade brasileira depois de uma ditadura de triste lembrança.

O Pleito de 2014 foi a sétima eleição presidencial direta depois da redemocratização. Penso que, desde o primeiro, temos avançado na consolidação da democracia no Brasil. E, sinceramente, espero que assim continuemos, fortalecendo as nossas instituições e, sobretudo, respeitando a decisão soberana da maioria do País.

A Presidenta Dilma venceu as eleições passadas e foi reeleita para um segundo mandato. A maioria da população brasileira decidiu continuar apoiando um projeto de governo iniciado em 2003, com o Presidente Lula, e que, desde então, transformou positivamente a realidade deste País. A oposição tem de aceitar essa realidade e não buscar subterfúgios como recontagem de votos, apoio a golpes ou tentativa de *impeachment*.

Respeito muito o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas sua tentativa de respaldar juridicamente o *impeachment* através de parecer de um conceituado advogado, Dr. Ives Gandra da Silva Martins, que todos sabemos que tem lado e os ideais políticos e filosóficos que professa, é um acinte à democracia. Essa estratégia do ex-Presidente Fernando Henrique atenta contra a sua história. Não é possível dizer que essa é uma matéria técnica. O Direito não é ciência exata. Portanto, ele serve para respaldar teses. A lei que condena, muitas vezes, é a mesma utilizada para absolver.

Eu fico muito triste que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, além de dizer que não sabia que seu advogado tinha pedido um parecer, diga que é um parecer de base técnica e que isso não interessa politicamente neste momento.

Penso que está aí uma não conformação com o resultado das eleições que nós tivemos em 2014. Não existe isenção pela técnica. Se querem criar um caminho para discutir o *impeachment* da Presidenta, tenham coragem para discutir isso abertamente e não através de subterfúgios de pareceres tidos como técnicos e não políticos. Qualquer decisão nesse campo é uma decisão política! Seja quem quer que seja que assine um parecer. Por mais capacitado, por mais preparado que seja o parecerista, como é, no caso, o Dr. Ives, mas tem lado, professa um lado político, um ideal político e filosófico.

Portanto, eu queria lamentar esse posicionamento do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que suja sua biografia nessa tentativa de apresentar à sociedade, revestido de técnica, um parecer propondo o *impeachment* da Presidenta Dilma. A oposição tem que se conformar com o resultado da eleição e com o que quis a maioria dos eleitores deste País.

Falam também em estelionato eleitoral em relação à escolha da nova equipe econômica do Governo. Porém, alguns parecem esquecer que o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, é o mesmo de 2011; o Ministro do Planejamento, Dr. Nelson Barbosa, foi secretário executivo do Ministério da Fazenda em quase todo o primeiro mandato da Presidenta Dilma; e mesmo o novo Ministro da Fazenda, Dr. Joaquim Levy, compôs a equipe econômica do primeiro governo Lula, como secretário do Tesouro Nacional. Qual é o estelionato eleitoral que se pratica aqui? Qual é o estelionato?

Igualmente, têm sido criticadas as medidas tomadas pelo Governo de adequação fiscal em relação à situação econômica do País, que expressa a dificuldade econômica do mundo. Medidas fiscais restritivas sempre foram tomadas pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma, quando necessário, para fortalecer a economia do País nos últimos 12 anos: as metas de inflação, o câmbio flutuante, Banco Central independente e a responsabilidade fiscal. Vale lembrar aqui que fizemos os maiores superávits fiscais da história, e vale também lembrar que resultado fiscal não é um fim em si mesmo; é uma política, é um instrumento de política fiscal.

Muito se fala, e se falou, sobre o controle ou descontrole da inflação, porém, o fato concreto é que a inflação média anual dos governos Lula e Dilma é a menor de todos os governos desde 1980, quando o IBGE começou a calcular o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Enquanto a inflação média anual, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, da oposição que nos critica, de 1995 a 2002, foi de 9,2%, a dos governos Lula e Dilma, de 2003 a 2014, ficou em apenas 5,9%. Isso significa que a inflação daquele governo – daquele governo que diz que a inflação tem que ser baixa – foi de 56% mais, ou seja, 3,3%, do que os do governo Lula e Dilma. E vale registrar que, no Governo Dilma, a média anual da inflação ficou em 6,1%, ainda muito abaixo do que vimos no último governo na era de Fernando Henrique Cardoso e sempre dentro da banda superior da meta.

Aliás, nos últimos quatro anos de mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso – que é da oposição agora, do PSDB, e que muito nos critica por conta da inflação –, de 1999 a 2002, o governo esteve sob o regime de metas de inflação, e, nesse período, estourou o teto da meta por dois anos. Em 2001, o teto era de 6%, e a inflação bateu 7,7%; e, em 2002, o teto foi fixado em 5,5%, e o resultado foi o dobro, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, superior àquele montante, 12,5%.

É preciso lembrar que, naquela ocasião, não houve a grita contra o descontrole da inflação, como acontece hoje, e diga-se que essa era a principal bandeira daquele governo. O controle da inflação era a principal bandeira do governo do PSDB. Dizia-se que era a base de sustentação do Plano Real, era o que sustentava o Plano; aliás, plano esse que, posteriormente, foi salvo pelo Presidente Lula com várias medidas de ajuste fiscal para trazer as condições do desenvolvimento econômico e social.

Enquanto isso, nos últimos 12 anos dos governos Lula e Dilma, só houve estouro da meta da inflação em um ano, justamente o primeiro ano de mandato de Lula, consequência do desarranjo fiscal do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Há, portanto, Srs. Congressistas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, grande compromisso dos governos Lula e Dilma com o controle da inflação e com o equilíbrio fiscal, porém, muito além disso, há priorização absoluta da redução das desigualdades sociais e do bem-estar da população.

É, assim, ao longo de todos os 12 anos de gestão, quando asseguramos, sem vacilar, a ampliação dos programas sociais, a valorização do salário mínimo e o crescimento na geração de empregos.

Os números falam por si só. São dezenas de milhões de brasileiros que abandonaram a pobreza extrema e outras dezenas de milhões que emergiram para a classe média, o que transformou absolutamente o mercado consumidor brasileiro.

De outro lado, se, no passado, sonhávamos com o salário mínimo de US\$100,00, Presidente Paim, que era a reivindicação dos trabalhadores, hoje atingimos cerca de US\$300,00, em decorrência exclusiva de uma política efetiva de governo para a valorização da renda dos trabalhadores neste País, com repercussão direta no crescimento da renda média nacional.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (PSDB – TO) – V. Exª me concede um aparte, Senadora?

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – Na sequência, Senador.

E ainda o desemprego que atingiu, no ano passado, 4,8%, e, neste ano, a primeira medida de desemprego é de 4,3%, o menor índice da série histórica brasileira, num momento em que as taxas mundiais de desemprego ainda figuram como o maior desafio nas principais economias do mundo.

Como falar em bem-estar de uma população que não tem emprego? Por isso, para nós, o emprego é fundamental. Por isso, para nós, o emprego mostra que nós temos, sim, uma economia que está no rumo certo. Podemos estar passando por uma crise, resultado, inclusive, da crise internacional, mas ter desemprego, Senadores, de 4,3% é fundamental e vital para a realidade econômica da Nação. É cuidar do emprego e da renda das pessoas, dos trabalhadores, da população.

Pois foi exatamente essa motivação do Governo Dilma, a despeito da maior crise do capitalismo que estamos vivendo desde 1929, manter emprego e renda no País, defendendo as pessoas que menos têm e mais precisam na sociedade.

Não há dúvidas de que, diante de uma crise dessa magnitude, o desafio de todos os economistas é buscar caminhos para a superação da crise. Porém, há diferentes formas de fazê-lo. Aqui mantivemos empregos e buscamos incentivar e manter a produção nacional, promovendo grandes desonerações. Gostaria de fazer algumas comparações. Quando leio os jornais e as colunas dos analistas econômicos, escuto a oposição, parece que nós estamos numa crise sem precedências na história brasileira, que estamos numa crise e que é impossível resgatar a economia do Brasil, que nada presta, que tudo está no fundo do poço.

Esse pessoal não tem memória? Desconhece a história econômica do nosso País? Não se lembra dos diversos planos e dos arrochos que nós tivemos? Desconhece ou esconde conhecer a crise no mundo, como se o Brasil fosse uma ilha e o único com problemas?

A Europa está mergulhada em uma recessão. A China está com menor crescimento nos últimos dois anos. Os Estados Unidos estão iniciando a sua recuperação, também com preço alto para a situação social daquele país.

Vamos comparar os índices de desemprego, que considero o mais importante numa economia, porque não adianta crescer 10%, 7%, 8% e ter 15% de desemprego, ter metade da população na miséria, ter percentuais alarmantes de população pobre. O Brasil, como eu disse, apresentou a sua última taxa de desemprego de 4,3%. Eu gostaria que os economistas explicassem isso.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – Porque dizem que é uma tragédia a economia deste País. Como uma economia de tragédia apresenta um desemprego tão baixo? A Zona do Euro tem desemprego de 11,4%. A França tem desemprego de 10,4%. A Grécia, meus senhores, tem desemprego de 25,8%. A Itália tem desemprego de 12,9%. Portugal tem desemprego de 13,5%. A Espanha tem desemprego 23,7%. Vou repetir: o Brasil tem desemprego de 4,3%. De 4,3%.

Quando Fernando Henrique deixou o governo, o desemprego era de 12,3%, com uma inflação de mais de 12%, com um juro elevadíssimo e com um desequilíbrio fiscal total. Vou repetir: quem salvou o Plano Real foi Luiz Inácio Lula da Silva. Foi ele quem salvou o Plano Real e colocou as condições de desenvolvimento deste País.

Como ousa hoje o PSDB dizer que estamos em uma crise sem precedentes se nós consertamos a crise deles? Qual foi o menor índice de desemprego do governo Fernando Henrique Cardoso? Eu desafio o PSDB vir aqui dizer que tinha equilíbrio no desenvolvimento social e que tinha emprego e renda no seu tempo. Não tinha. Portanto, não há que se falar que estamos com medidas neoliberais ou com medidas de direita, ou que a Presidenta Dilma reviu o seu discurso. Isso é mentira. A Presidenta Dilma não está tirando nenhum direito dos trabalhadores. Muito pelo contrário: está defendendo, sim, o interesse dos trabalhadores, defendendo o emprego e a renda.

Quero aqui, Sr. Presidente, aproveitar ainda os minutos que me restam para falar sobre as medidas provisórias que foram mandadas ao Congresso Nacional, sobre as quais tem sido feito um alarde na imprensa, sobre

as quais têm sido feitas verdadeiras críticas na voz da oposição e, equivocadamente, de alguns setores da nossa base e até do meu Partido, o PT. Parece que estamos acabando com os direitos trabalhistas. Isso é mentira; não é verdade. A versão está prevalecendo aos fatos, e acho que cabe alguma mediação nessas medidas, sim, mas chamá-las de perda de direitos, de medidas neoliberais não encontra base na realidade dos fatos.

Não estamos tirando direito de trabalhadores, Senador Paim. Eu pergunto se é tirar direito de trabalhador impedir que alguém com pouco mais de 20 anos, sem nunca ter contribuído para a Previdência Social se case por oportunismo com uma pessoa muito mais velha e tenha direito vitalício à pensão por sua morte. Se isso acontece hoje no Brasil, e acontece, está tirando o direito dos milhões de contribuintes da Previdência que têm que pagar durante anos para ter direito. Não é possível que uma jovem de 20, 21 anos receba uma pensão vitalícia porque casou com um senhor de 60, de 70 anos para poder receber, oportunisticamente, a sua pensão, sendo que a maioria dos trabalhadores brasileiros tem que pagar essa conta. Isso tira direito. Portanto, temos que fazer uma adequação.

Para receber o direito à pensão agora, tem que ser casado pelo menos há dois anos, o que não é nenhuma gravidade. Dois anos de casamento é o mínimo que se está exigindo. Onde é que tem retirada de direito de trabalhador aí? E tem que ter contribuído pelo menos dois anos com a Previdência. Onde é que se retira direito? Muito pelo contrário, se resguarda o direito daqueles que contribuem para a Previdência, daqueles que pagam, daqueles que honram com o seu dever e têm que ter idade para ter pensão vitalícia há mais de 44 anos. Não é possível que uma pessoa sadia, com 20, 21 anos tenha direito a pensão vitalícia, seja porque casou com alguém que morreu, seja porque é filha, como já tiramos aqui – inclusive essa era uma situação que abrangia também os militares –, seja porque é filha de alguém que tenha uma situação especial.

Não é possível isso. Agora, a partir de 44 anos, se tem uma expectativa de vida de 30 a 35 anos, é justo que essa pessoa tenha uma pensão vitalícia. E é isso que o Governo está apresentando ao Congresso. Portanto, não é uma medida que retire direito.

Acho, entretanto, que nós temos, sim, Senador Paim, como já conversei com V. Ex<sup>a</sup>, que fazer um ajuste quando se refere ao percentual de pensão aos filhos, uma discussão que nós faremos nesta Casa.

Não acho que seja justo os filhos receberem apenas 50% da pensão. E isso nós temos condições de adequar, resguardando esse direito e, com certeza, ainda fazendo a economia que se precisa.

Devemos sempre nos lembrar de que, nos últimos 12 anos, nós incluímos mais de 30 milhões de pessoas na Previdência Social deste País – 30 milhões de pessoas na Previdência Social deste País.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – É tirar direito adequar o abono salarial à regra do 13º salário pago a todos os trabalhadores do País? Qualquer trabalhador para receber o 13º salário, um salário integral no final do ano, tem que trabalhar 12 meses. Por que quanto ao abono, quando o trabalhador trabalha um mês, ele tem que receber um salário integral no fim do ano?

Estamos adequando a regra ao 13º salário. Se trabalhou um mês, vai receber um e doze avos; se trabalhou seis meses, vai receber seis e doze avos. Assim como acontece em relação ao 13º salário. E é importante lembrar que o abono foi criado num período em que o salário mínimo não tinha poder de compra. Vergonhosamente não perfazia US\$100,00 e em que nós tínhamos um índice de desemprego de mais de 12%. Era uma tentativa de ser fazer um colchão social a quem sofria aqueles problemas.

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – Muito obrigada, Presidenta.

Hoje nós temos desemprego baixo, hoje nós temos renda e hoje nós temos proteção social, seja por meio de benefícios de prestação continuada, seja por meio do bolsa família.

Por isso, acho que é uma medida necessária, assim como o seguro desemprego.

O seguro desemprego é concedido a quem trabalha seis meses em 24, é importante o seguro desemprego. Mas me parece que precisamos ajustar essa regra, principalmente em uma economia que apresenta 4,3% de desemprego. Não é possível essa alta rotatividade. Não é possível! Pode ser que 18 meses em 24 seja alto, vamos discutir. Então, talvez tenhamos que ajustar 12 meses para 24, mas não é possível ficar como está.

Gastar R\$50 bilhões no Orçamento da União para fazer frente a seguro desemprego quando nós temos situações em regiões do País de pleno emprego.

Temos que dar um jeito, sim, com a empregabilidade dos jovens...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – ... que têm uma alta rotatividade, mas não me venha a oposição, o PSDB ou qualquer partido que está fazendo oposição, dizer que se preocupa com os jovens, porque no governo deles nenhuma medida ou nenhuma política para a juventude foi tomada.

Assim como também não acho que é tirar direitos ou ir contra os trabalhadores aumentar o Imposto de Importação; aliás, isso é proteger a indústria brasileira. Nós estamos com muitos produtos importados que pagam menos imposto do que os produtos produzidos aqui, como é, por exemplo, a confecção, que, no meu Estado, tem uma grande área, tem um grande número de indústrias. Portanto, nós temos, sim, que dar força à indústria brasileira. Obviamente que nós não podemos deixar a inflação crescer pelo preço acumulado de produtos, mas está correta essa medida, como está correto também aumentar o imposto sobre as operações financeiras.

Eu quero aqui, para finalizar, Srª Presidenta – portanto, eu peço mais um minuto do tempo –, fazer um apelo aos líderes partidários...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – ... e também aos líderes, principalmente do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores. Nós já vivemos momentos difíceis antes, nesses 12 anos de Governo, e tivemos que adotar medidas duras que foram tomadas pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma, mas que se mostraram necessárias e acertadas para termos os resultados econômicos e sociais que temos nesses últimos 12 anos de Governo.

Não vamos fazer coro com a oposição, que nós sabemos muito bem aonde querem chegar e não tiveram coragem de apresentar de forma clara o seu projeto à Nação brasileira, por isso perderam a eleição, porque, se o tivessem apresentado, perderiam por muito mais, não tinham um projeto de desenvolvimento deste País. Também não podemos fazer coro àqueles que estão ou com visão de direita...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – ... ou fazem um discurso oportunista, falam fácil, mas não têm a responsabilidade de apresentar resultados práticos e a responsabilidade de dar diretrizes e fazer com que haja renda e condições mínimas e dignas de vida a 200 milhões de pessoas neste País.

Portanto, governar é tomar decisões para manter-se no rumo correto, e eu não tenho dúvida nenhuma de que, durante esses 12 anos, nós fizemos o rumo deste País caminhar para melhorar a vida do povo. Nós estamos no rumo correto.

Por isso, faço um apelo a esta Casa para que a discussão das medidas que aqui vieram, mesmo que necessitem de algumas correções, sejam feitas com responsabilidade, e não com discurso fácil.

Agradeço, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, pelo tempo a mais que me foi concedido.

Peço desculpas ao Senador Wilder, porque sei que vai aqui ocupar a tribuna, mas, de fato, eu já estourei o tempo que me restava.

Muito obrigada, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srª Presidenta.

*Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmann, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

Pela ordem.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não, Senador.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com toda vênica, Senadora Gleisi, me surpreende muito V. Exª ir a esta tribuna dizer que este Governo desastroso do PT é extraordinário, que é honesto, que é competente, que está alavancando a economia deste País.

Isto me surpreende muito: dizer que a oposição tem que se conformar com a derrota. Sim, nós nos conformamos, sim, com a derrota, mas 51 milhões de brasileiros disseram “não” a este Governo, e isso é claro e todo mundo sabe. Este Governo conseguiu a reeleição pautado na mentira tão somente. A história do desemprego deste País, de 4,3%, que V. Exª repetiu por diversas vezes nesta tribuna, isso é um engodo, isso não é verdadeiro...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Senador Ataídes.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Um sistema...

Permita-me só um...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Não, Senador Ataídes. É porque...

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Não é um discurso, eu só quero...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – V. Exª pediu a palavra pela ordem. V. Exª poderia fazer a questão de ordem.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Eu estou concluindo.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Mas V. Exª está fazendo um pronunciamento.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Mas é muito rápido. Permita-me.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – O próximo orador inscrito falará no tempo da Liderança...

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Presidente, é porque a Senadora faltou com a delicadeza de me dar aparte.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Então, Senador Ataídes, o Senador Magno garante que, durante o seu pronunciamento, ele concederá a V. Exª o aparte.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Você me permite logo no início, Senador?

Obrigado.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – Senadora Vanessa.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não, Senadora Gleisi.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (PT – PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Pelo art. 14, eu fui citada.

Eu gostaria de pegar a palavra e lamentar que o Senador tenha feito essa colocação numa questão de ordem, em que não cabe esse tipo de discussão, e lembrar ao Senador que o aparte é concedido pela vontade ou não do orador. Nós estávamos já com o tempo extrapolado. Então, eu acho que o Senador tem que se conformar e depois ele usa a tribuna.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Perfeitamente.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Mas eu pedi antecipadamente. Não há problema.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Senadora...

É porque, se der a palavra a V. Exª, à Senadora Gleisi, nós não vamos sair dessa polêmica.

O Senador Magno Malta inicia o seu pronunciamento no período de Liderança.

Senador, em período de Liderança também não há aparte, mas eu até consulto os pares e os colegas, para que possamos abrir essa exceção e encerrar a conversa aqui mesmo.

Com a palavra V. Exª, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu disse à Senadora Gleisi, quando ela passou por mim ali, com todo o respeito que eu tenho a ela – e ela sabe disso: V. Exª deveria ter dado um aparte ao seu colega. Ele lhe pediu, faz muito tempo, e V. Exª disse que daria, e ele aguardou. Mas V. Exª não deu um direito que assiste a ele e V. Exª acaba também perdendo um direito de, na hora em que estiver lá no plenário e alguém atacar o seu Governo da tribuna, V. Exª pedir aparte e eles não darem. V. Exª pode incorporar o aparte de alguém ao seu discurso ou não incorporar. Certamente, ela não incorporaria o aparte do Senador ao seu discurso, porque ela está na defesa do Governo e ele é oposição, claro. Agora, com relação a você dar ou não aparte na hora da Liderança, se cabe aparte ou não cabe, eu posso até não falar aquilo que vim falar, porque vou deixar V. Exª falar.

Minha mãe, Senadora Vanessa, que era analfabeta profissional, dizia: “Meu filho, há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei.” E minha mãe me contava uma história: “Meu filho, um dia a graça marcou um encontro com a lei – a lei é a lei, é legalista, é pontual – às nove horas da manhã, num ponto de encontro. E cinco para as nove a lei chegou, e às nove e cinco a graça não havia chegado. Às dez horas, a lei estava lá, a graça não havia chegado. Meio-dia, dezoito horas, meia-noite, o outro dia, e a graça não havia chegado. Dois, três dias, no quarto dia vem a graça andando devagar. A lei olhou, abriu os braços e falou assim: que irresponsável! Que falta de dignidade! Marcamos há quatro dias. A graça disse: calma, eu estava vindo, e encontrei uma mulher chorando no caminho, porque um filho havia assassinado outro e eu fui socorrer aquela mãe, aquela família enlutada. Eu estava vindo e vi um profeta no calabouço, sem nada merecer, tão somente porque proclamava sua fé e eu fui ao calabouço socorrê-lo. Muito próximo daqui encontrei um jovem de 33 anos crucificado, sem nada dever. A história diz que a natureza entrou em estado de anomalia pelo sofrimento dele, e ele estava só, e eu, então, parei para socorrê-lo. Eis a razão do meu atraso.”

A graça, Senadora, é muito maior do que a lei. O nosso grande drama é que nós não aprendemos que tudo o que começa aqui vem para cá, mas, necessariamente, tudo o que começa do intelecto não vem para o coração.

Então, que aprendamos com a lição desta tarde – não era o meu pronunciamento – que há momentos na vida que, de forma crucial, a graça é maior do que a lei. Se houver tempo, vou falar sobre a vida e sobre uma demanda das mais importantes que nós vamos continuar enfrentando que é a questão do aborto. E, se não puder, vou cunhar a minha frase de hoje: quem defende aborto não tem moral para falar em direitos humanos.

V. Exª, Senador Ataídes, use o tempo que quiser.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (PSDB – TO) – Senador Malta, agradeço profundamente essa sua gentileza. O aparte, como V. Ex<sup>a</sup> disse, é uma prerrogativa do orador. A Senadora Gleisi, que também tem as minhas admirações, disse que iria me conceder aparte, e, depois, ela simplesmente abandona a tribuna sem me dar uma satisfação. Eu acho que esse não é o papel de um Senador da República. Eu pedi também, Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem, e não uma questão de ordem, como a Senadora colocou. Eu queria deixar isso claro. E quero dizer, caro Senador Malta, que nós já aceitamos essa derrota. Cinquenta e um milhões de brasileiros não a aceitaram, mas nós aceitamos a derrota. Agora, essa derrota foi pautada em cima de uma vitória mentirosa. Esse desemprego, que a Senadora acabou de colocar, de 4,3%, vou mostrar que é um engodo, uma mentira. O desemprego, no Brasil, é muito além disso, lamentavelmente. E eu explico aqui, rapidamente, dois pontos: a força de trabalho dos 17 aos 29 anos de idade, hoje, que são os nem-nem, representa mais de 20 milhões de brasileiros, hoje, desempregados, que não têm a oportunidade de trabalhar e estão indo para o crime ou para as drogas, e o Governo nada faz sobre eles. Isso representa 15%. Sobre o salário desemprego, este ano passado, R\$32 bilhões foram gastos com seguro-desemprego. Isso representa quase 18 milhões de brasileiros desempregados, um percentual em torno de 9%. Então, ao se somar 16% mais 9% mais 4,3%, o nosso desemprego, no País, vai para vinte e tantos por cento. Essa é a verdade. Esse desemprego de 4,3% são de trabalhadores com carteira assinada. E nós sabemos que a nossa mão de obra, no Brasil, é desqualificada. O empresário brasileiro não deixa desempregado aquele cidadão que tem o mínimo de qualificação. Então, é um engodo essa história de desemprego – e eu vou provar isso –, como é um engodo essa história do Pronatec, que foi uma bandeira da Presidente Dilma. Eu vou mostrar quem é o Pronatec na semana seguinte. A Presidente Dilma disse que não iria aumentar os impostos. Tornou a meter a mão no bolso do trabalhador. Isso é uma barbaridade! Foi uma mentira para ganhar a eleição. Falou que não ia aumentar a gasolina, aumentou a gasolina. Falou que não ia mexer no direito dos trabalhadores, está mexendo no direito dos trabalhadores. Há recessão. Nós estamos em recessão há mais de seis meses. Então, eu acho muita coragem dos governistas ir à tribuna e dizer que este Governo está no caminho certo, uma vez que nós estamos vivendo um momento de plena desmoralização política e econômica neste País. Uma só empresa, que era o nosso grande orgulho, hoje passou a ser a grande vergonha do Brasil: a nossa querida Petrobras. Os próprios contadores dessa empresa falaram sobre um rombo de mais de R\$88 bilhões. Se houvesse uma forma de pegar esses R\$88 bilhões, não precisaria aumentar esses impostos para tomar mais dinheiro do povo brasileiro. Agradeço, profundamente, Senador Malta, essa oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu, para que eu pudesse aqui falar para o povo brasileiro que tudo isso que os governistas e este Governo estão fazendo é uma verdadeira enganação ao povo brasileiro. Muito obrigado, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Restam-me três minutos. Sei que não terei a isonomia do tempo, mas vou tentar remir o meu tempo. Eu não tenho a capacidade de síntese do ex-Senador Suplicy, mas vou tentar, nesse curto tempo, me adequar.

Quero começar, Senadora Vanessa, cumprimentando e abraçando os novos Senadores e o faço na pessoa da filha de Ramez Tebet, nossa querida Senadora... Estou aqui puxando pela minha mente para me dar o seu primeiro nome, mas ela não quer me dar. É melhor você me dar.

**A Sr<sup>a</sup> Simone Tebet** (PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Simone.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Simone. Na pessoa da Senadora Simone, que Mato Grosso mandou para cá para engrossar as fileiras da vida, as bandeiras de família. Ela é dessas Senadoras que acreditam que não há sociedade boa com família destruída. A família é o pilar de todas as coisas, até porque Deus não criou o Ministério Público, não foi? Deus não criou conselhos tutelares...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – ... nem conselhos de saúde, não é? Deus não criou os conselhos populares que foram criados na União Soviética, que Chávez popularizou na Venezuela e que estão querendo trazer para cá. Deus criou família. A partir da família, tudo; fora da família, nada.

Senadora Simone, novos Senadores e antigos Senadores que integram a Frente da Família no Congresso Nacional, bandeira de família é muito mais importante do que falar em PAC, porque a vida é mais importante do que o PAC. Quem se levanta e se autodetermina, de uma forma ou de outra, até que se sua vida cesse, legalizar o aborto no País, não tem moral para falar em direitos humanos.

E não há nada que se fale, do ponto de vista estrutural, que trate de asfalto, de cimento ou de pedra de bloco...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – ... ou alguma coisa que fale de trem de velocidade *(Fora do microfone.)*, ou comparar o meu governo com o seu: você fez pouco, eu fiz muito. Quem governa não tem que falar nada que é seu porque não fez nada com dinheiro do seu bolso. Simplesmente governou com

o dinheiro do povo. O povo quer saber até onde vai nosso compromisso com a vida e com princípios morais, éticos, que são a grande doença deste País.

Senadora Vanessa Grazziotin, neste ano de 2015, na nova Legislatura, quero reafirmar ao povo do Brasil, que me vê pelas redes de comunicação desta Casa, o meu compromisso no combate ao abuso de crianças, sistematicamente.

Deus me deu a oportunidade e o privilégio, Senadora Simone, de meter o dedo na ferida, instalar aqui a CPI da Pedofilia e revelar para o mundo o crime dos crimes. Se, na verdade, existe crime hediondo, esse é o crime...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – ... hediondo, que é o crime cometido contra a criança. E nós pautamos este País. Avançamos numa legislação, precisamos avançar muito mais – e esse será meu compromisso de vida, sempre, eternamente, enquanto oportunidade eu tiver aqui, enquanto respirar – na defesa dos pequenos, no combate a esses desgraçados, desalmados, que, do alto da sua tara sexual focada numa criança, não medem distância, até porque nosso medo é grande. Porque já há Parlamentares na Câmara dos Deputados dizendo que não têm nada de mais que uma criança seja iniciada sexualmente por um adulto.

Nós vamos resistir. Porque nós já caminhamos para um buraco moral tamanho neste País, e se esse tipo de coisa acontece, eu sou capaz de afirmar, do alto da minha ousadia, que Deus terá que se desculpar com Sodoma e Gomorra. E isso nós não vamos permitir. A Frente da Família...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – ... e que concordam com a morte da vida no ninho, no útero. Mas é interessante como o abortista é contra a redução da maioria penal. A defesa é a seguinte: Se quiser matar no ninho, mata; se quiser destruir, destrói. Agora, se ele conseguir sobreviver... Até 18 anos, pode matar, estuprar, sequestrar. Com 14, 15, 16 anos, faça, que nós protegemos vocês.

Quem defende aborto não tem moral para falar em direitos humanos. O direito à vida, aqueles que não têm a mão do Ministério Público... Com 19 dias, o coração começa a bater.

Eu fui à Marcha pela Vida, Senador Ataídes, em Washington. Em 1971, os Estados Unidos aprovou o aborto. Oitenta e três por cento da população americana hoje querem que a Corte revogue, porque, nos Estados Unidos, pode fazer aborto até no dia de nascer: a criança é degolada no útero, os bracinhos são arrancados, as pernas; os ossos da costela são sugados.

Eu fiquei chocado, em uma marcha de 700 mil pessoas, de ver aqueles telões com vídeos de crianças sendo dilaceradas no útero, em nome da indústria farmacêutica, em nome da arrecadação de milhões de dólares de ricos que financiam ONGs de abortistas no Brasil. E é uma determinação nossa da Frente da Família, Senador Ataídes Oliveira. Vamos levantar as ONGs que recebem dinheiro dos abortistas para emitir dados mentirosos no Brasil na tentativa de chocar e sensibilizar a sociedade brasileira.

Nós vamos combater e vamos enfrentar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – ... se não esses, de estarmos nessa Casa, para onde fomos trazidos com esse propósito de defesa da vida. Não adianta falar que nós, nosso Banco Central, que nós fizemos, fomos nós que consertamos, fomos nós que inventamos o Brasil! Ninguém nunca fez nada! Nós, nós, nós! Que nós?

A vida pertence a Deus. O dinheiro deste País é suor. O dinheiro deste País é impostos cobrados do trabalhador. O homem público precisa bater no peito e dizer: "Eu estou gerindo bem aquilo que é de vocês".

Será que as pessoas estão cegas, com esse escândalo moral da Petrobras, e acham que falar em obra, que eu fiz mais do que você, pode aplacar um negócio como esse?

Nós vamos continuar entendendo – graças a Deus! – que família é macho e fêmea. A família é constituída por Deus.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Homem não tem útero de borracha. Aliás, a adoção é a única chance (*Fora do microfone.*) que um homem tem de dar à luz. Eu sou pai adotivo, e as pessoas que adotaram são aquelas que descobriram que o coração tem útero.

A nossa grande luta na Comissão Parlamentar da Família é para melhorar a legislação, Senadora, de adoção no País.

O País tem mais gente querendo adotar do que criança para ser adotada. E por que os abrigos estão cheios, Senador Ataídes? Por que os abrigos estão cheios, Senadora Simone? Porque a legislação protege o

adulto, não protege a criança. E as crianças fazem dez, doze anos dentro de um abrigo e, depois de dez anos, ninguém mais quer adotá-las. Elas saltam o muro e vão para as ruas se drogar, prostituir-se, delinquir.

Nós temos uma legislação... Por exemplo, há uma fila. Você se inscreve e entra na fila para adotar. O sujeito é da Paraíba, a criança é do Espírito Santo e, então, tem de esperar essa família vir de lá.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Porque a família do Espírito Santo que se apaixonou pela criança, porque foi ao abrigo, já botou a criança no coração (*Fora do microfone.*), a criança entrou no coração dela; e, se o da Paraíba disser “eu quero levar”, ele leva.

Então, essa lei que constituiu a fila foi para proteger adulto, não foi para proteger criança. Temos que nos levantar, que nos insurgir. O PL 122, que tanto foi combatido, a chamada Lei da Homofobia, que nós não temos tipificação de crime de homofobia no Brasil... O que é homofobia? Então, quer dizer que eu não posso falar contra? Eu sou cristão, orgulho-me disso. A palavra de Deus condena – tenho orgulho disso –, e eu não posso mais falar. Quem é o homofóbico? O homofóbico é quem quer matar, destruir a honra de alguém, atentar contra a sua integridade física. E eu não quero nada disso.

A única coisa de que precisamos é tolerância e respeito, é a regra da boa convivência: respeitamos os homossexuais e eles nos respeitam. Agora, aprovar casamento vai enfrentar a Frente da Família o tempo inteiro, e essa balela nós não aprovaremos.

A Frente da Família...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone*) – ... continuará enfrentando e defendendo sua bandeira.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Para concluir, Senador. Mais dois minutos, para que V. Exª possa concluir.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – E eu quero dizer que são (*Fora do microfone.*) 1.100km abertos de fronteira com o Paraguai, no Estado da Senadora Simone; 700km abertos com a Bolívia, onde passam todos os carros roubados para serem trocados por pasta de cocaína – e querem uma bandeira do seu país, que deve ser a sua bandeira –; 3.000km abertos na Amazônia, e os nossos vizinhos não gostam de ordenamento jurídico, e a prática do tráfico de drogas parece que é uma coisa que faz parte para eles.

Legalizar a maconha neste País é fazer do Brasil o paraíso da contravenção. Nós temos portos, aeroportos, fronteiras, cercas, os contraventores já virão viver aqui dentro. E por que o Sr. George Soros, um dos grandes investidores do mundo, está investindo em legalização de maconha em tudo quanto é lugar, patrocinando isso? Será que é por nada? Não, é por alguma coisa.

E aí aqueles que são militantes da legalização das drogas usaram as pessoas que têm enfermidade e que dependem do canabidiol, tentaram fazer essa a sua luta na tentativa de aprovar a maconha...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – ... para plantar maconha para uso recreativo. Eu nunca ouvi falar em uso de droga recreativo. É igual falarmos: “Não, eu bebo por esporte.” Bebe por esporte? Eu nunca ouvi dizer que esporte tem alguma coisa a ver com bebida. Uso recreativo!

Esta Casa criou uma comissão, Senadores Moka, Cássio e eu, tratamos com a Anvisa. É muito fácil, ninguém precisa legalizar maconha para dar canabidiol. A Anvisa, então, cadastrou aqueles que tinham necessidade, importou o canabidiol, e eles recebem o remédio na mão ou deverão receber. Se depender da Frente Parlamentar contra a Legalização das Drogas, da qual serei o Presidente e o Senador Romário o Vice-Presidente – este País não tem vocação, aliás, nenhum outro, muito menos nós, por conta das nossas fronteiras –, a família brasileira ficará em paz, porque terão aqui gente, terão pessoas, Senadores... E eu reitero o meu compromisso de que nós lutaremos para que essa desgraça...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – ... trinta e cinco anos da minha vida...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco união e Força/PR – ES) – ... tirando drogado da rua, tenho uma entidade chamada Projeto Vem Viver e já devolvi milhares às suas famílias. Conheço os dois lados do balcão. Presidi a CPI do Narcotráfico deste País, e o Brasil sabe aquilo que foi feito e o que foi construído.

Pois bem, reitero o meu compromisso: aquilo que de nós depender – e estou falando olhando para aqueles que militam, os militantes da legalização das drogas – tirem o cavalo da chuva, porque nós não vamos permitir. Ficam reiterados as bandeiras, os compromissos, os valores. Tudo mais é supérfluo e tudo mais é perfumaria.

Aquilo que vier em favor da família brasileira, a favor estaremos; mas aquilo que vier a violar direitos de vida certamente nos encontrará pela frente, como sempre assim foi. Essa será, sem dúvida, a luta do nosso mandato que se inicia.

*(Interrupção do som.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta o Senador pelo pronunciamento.

Dando sequência à lista de oradores, convido para fazer uso da palavra... Houve uma permuta? *(Pausa.)*

O Senador Paulo Paim é o próximo inscrito. Então, o Senador Paulo Paim fará uso da palavra como orador inscrito. Apenas lembrando que o Senador, como orador inscrito, tem um período de vinte minutos para seu pronunciamento. Os demais oradores que falam no período de breve comunicação e tempo de Liderança, são cinco minutos.

O Senador tem vinte minutos para usar a tribuna.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Dez, dez.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – E a Mesa será benevolente, como V. Exª,...

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Tenho dez.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – ... foi com todos.

Não, são vinte minutos, porque hoje nós estamos numa sessão não deliberativa. Fique à vontade, Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito bem, Senadora.

Então, aproveito, Senadora Vanessa Grazziotin, primeiro para dizer da minha alegria. Eu comentei ontem, aqui da tribuna, que enfim uma luta do Aerus, dos aposentados e pensionistas da nossa, infelizmente, falida Varig, Transbrasil e Vasp passaram, a partir de terça-feira, a ter depositado na sua conta o seu salário. Eles estavam recebendo, por exemplo, um comandante de avião que recebia oito mil, nove mil, dez mil estava recebendo menos que um salário mínimo. Foi uma luta de 14 anos. Ontem, o Governo já havia feito o depósito judicial, como manda inclusive, por uma questão legal tinha que assim fazer, e em seguida foi liberado o dinheiro.

Agradeço àqueles tantos idosos que estão remetendo e-mail, telegramas, enfim, dizendo: “Paim, o dinheiro está na conta!” Quem não acreditava agora passa a entender que sempre vale a pena quando a luta não é pequena. E o universo conspira a nosso favor – não é, Senadora Vanessa? A gente pode hoje dizer isso.

E claro que é bom lembrar que a luta não terminou, porque vai continuar um processo de negociação para que as outras parcelas, que serão pagas, sejam adequadas e pagas mensalmente aos nossos idosos, aposentados e pensionistas do Aerus.

Mas que bom vir aqui poder dizer que esses homens e mulheres – e mais de mil morreram antes da decisão final –, era uma dívida ainda anterior ao governo Lula e que, a partir desses anos, de tanto embate na Justiça, houve, então, a decisão do pagamento final, que aconteceu no dia de ontem, da sua primeira parcela.

Senadora Vanessa, em segundo lugar, nestes minutos aqui na tribuna, eu poderia deixar de registrar que aconteceu em Unai, em 2004.

No dia 28 de janeiro, foram instituídos por lei o Dia Nacional do Auditor Fiscal do Trabalho e o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, em homenagem às vítimas da chacina em Unai.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, por meio de sua Presidenta, Rosa Maria Campos Jorge, enviou convite para que participássemos do ato público que se realizou no dia 28 de janeiro passado em homenagem àqueles que foram covardemente assassinados, ou seja, aos colegas do SINAIT: Erastótenes, João Batista, Nelson e o motorista Aílton, em tocaia, foram brutalmente – repito – assassinados em 2004.

É importante lembrar que o dia 28 de janeiro de 2004 fica marcado na história pela barbárie na cidade de Unai, Minas Gerais. E é com muito desgosto que, após 11 anos, Srª Presidenta, vemos a impunidade total dos assassinos, esses bandidos. No dia 26 de janeiro passado, foi lançada uma petição eletrônica que pede ao Supremo Tribunal Federal que retome o julgamento dos recursos dos réus da “Chacina de Unai” e que seja promovida a erradicação do trabalho escravo no País. A petição foi lançada pelo Auditor Fiscal do Trabalho Magno Riga, no site Avaaz, petições da comunidade que consideram que Erastótenes, João Batista, Nelson e Aílton são mártires, pois suas mortes passaram a representar uma luta, no caso, a luta pela erradicação do trabalho esca-

vo, já que são os Auditores Fiscais do Trabalho que atuam diretamente na repressão ao crime. O documento diz: "Enquanto houver trabalho escravo no Brasil, os mártires de Unai não serão esquecidos."

Além de pedir que o Supremo Tribunal Federal retome o julgamento do *habeas corpus*, a petição exige que o julgamento seja realizado em Belo Horizonte (MG), e não em Unai, como pretendem os mandantes do crime.

O documento exige ainda "o fortalecimento da Fiscalização do Trabalho, a manutenção da Lista Suja do Trabalho Escravo e do conceito consolidado no art. 149 do Código Penal!", exatamente as mesmas bandeiras defendidas pelo sindicato nacional e pelos auditores-fiscais do trabalho.

O Sinaít está pedindo a todos os auditores-fiscais do trabalho que assinem a petição eletrônica e repassem para os seus contatos, a fim de multiplicar mais esta iniciativa pela punição dos assassinos.

Como eu disse, infelizmente, até hoje os culpados desse crime – que eu não gostaria que tivesse acontecido – não foram punidos, e nada aconteceu.

Sr<sup>a</sup> Presidenta, peço encarecidamente às autoridades competentes agilidade no julgamento e a punição imediata dos mandantes dessa barbárie.

Peço também o apoio de todos à petição formulada. Não podemos permitir que coisas assim caiam no esquecimento, e precisamos fazer tudo o que está ao nosso alcance para que o trabalho escravo seja erradicado.

Que bom que este Congresso aprovou recentemente a PEC que combate o trabalho escravo. É bom que eles saibam que, se em qualquer propriedade, no campo ou na cidade, for verificado o trabalho escravo, perde-se a propriedade, perde-se a terra; e, se for aqui na cidade, perde-se a empresa, o estabelecimento onde ficar comprovado que esse crime está sendo cometido.

Sr<sup>a</sup> Presidenta, dentro do tempo que me concedeu V. Ex<sup>a</sup>, ainda quero fazer dois registros muito rápidos.

Em primeiro lugar, gostaria de registrar a moção de solidariedade que recebi da Prefeitura de Porto Alegre, capital do meu Estado, de autoria do Vereador Paulinho Motorista, pedindo que o Congresso aprove rapidamente o Projeto de Lei nº 271, de 2008, de nossa autoria, que trata do Estatuto do Motorista Profissional.

Consta da moção que o projeto confere aos motoristas direitos legítimos que lhes cabem, fazendo justiça a esses profissionais que, em geral, trabalham em condições precárias, sofrendo diariamente as consequências do trânsito cada vez mais caótico em nosso País.

O Estatuto do Motorista trata dos interesses do motorista de ônibus, de caminhão, de táxi, de van, enfim, de todo aquele que dedica sua vida a transportar os brasileiros e as brasileiras, como também qualquer tipo de mercadoria.

Sr<sup>a</sup> Presidenta, diz ainda a moção que recebi:

*Senador Paim, o motorista sofre com a ausência de regras claras para o exercício regular da profissão. Ao reunir, como V. Ex<sup>a</sup> fez, num mesmo documento legal, todas as regras que possam colaborar com o aperfeiçoamento da profissão, o Estatuto do Motorista explicita os direitos, mas também os deveres a serem seguidos pela categoria.*

Agradeço à Câmara Municipal de Porto Alegre, ao Vereador Paulinho Motorista pelo apoio a esse projeto.

Por fim, Sr<sup>a</sup> Presidenta, quero ainda me dirigir aos meus amigos e amigas da Bahia e dizer que me comprometo aqui a estar rapidamente lá, para receber o título de cidadão baiano, conforme fui informado hoje pelo telefone. Tenho o título de Salvador, mas, claro, tenho um carinho enorme pela Bahia. Sabem das minhas raízes fortes no povo negro, da mãe pátria África. E, para mim, é com muito orgulho que estarei na Bahia nessa oportunidade.

Ainda, Sr<sup>a</sup> Presidenta, sei que há um debate sobre as duas medidas provisórias que chegaram à Casa. E comentava eu, ainda ontem, quando vim a esta tribuna, que estamos dialogando com as centrais sindicais, com as confederações, com os sindicatos. Ainda hoje à noite, estarei presente em uma posse numa Central, conversarei amanhã com a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), com entidades dos servidores, com trabalhadores da área pública e da área privada e até com trabalhadores da área rural.

Essas MPs fazem uma adequação, Senadora Vanessa – e V. Ex<sup>a</sup> já comentou o caso –, que merece de nossa parte, e terá de nossa parte, com certeza, todo o carinho.

O Ministro Miguel Rosseto já conversou comigo, o Ministro da Previdência também. Há espaço para o diálogo, para a construção coletiva aqui nesta Casa, de forma tal que o texto final represente o combate à maldragem, à esperteza e garanta uma melhoria ainda maior no caixa da Previdência; mas, claro, não aceitaremos nenhum prejuízo para os trabalhadores e para os aposentados e pensionistas.

Quem sabe não é o momento também de discutirmos o fator previdenciário, essa lei maldita que aqui nós já derrubamos? Aqui no Senado, derrubamos há quase 10 anos, mas a Câmara não vota o fator previdenciário, que confisca pela metade o salário do trabalhador no ato em que ele mais precisa, no momento em que ele se aposenta. Já que estamos discutindo uma MP que trata desse tema, por que não aproveitamos para

aprofundar o debate sobre uma regra permanente de reajuste para os aposentados e pensionistas, tirando essa lei que eu considero a pior lei inventada no País, depois da ditadura, contra a classe trabalhadora, que é o famigerado fator previdenciário?

Ele confisca pela metade o salário do trabalhador na hora da aposentadoria. Eu já repeti isto aqui da tribuna acho que mil vezes, mas vou repetir mais mil vezes, se necessário: enquanto, para o Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário, o teto é R\$35 mil e não se aplica o fator, para o Regime Geral, o teto é R\$4,6 mil e se aplica o famigerado fator.

Esse é um debate que faremos no momento adequado. O que podemos adiantar, aqui da tribuna, é que ninguém pense que a gente não vai fazer aqui um bom debate sobre esse tema. Faremos, sim, o bom debate sobre esse tema, inclusive sobre seguro-desemprego – inclusive sobre seguro-desemprego.

O debate tem que ser feito, e os argumentos colocados na mesa, e que se façam, no meu entendimento, todos os ajustes necessários para que a redação final não traga prejuízo – nós queremos isso, naturalmente – para os trabalhadores, seja do campo, da cidade, da área pública ou da área privada.

Senadora Vanessa, eu havia dito que usaria dez minutos. Usei nove minutos e me sinto contemplado. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito bem. A Mesa cumprimenta V. Ex<sup>a</sup>, que inclusive coopera com seus colegas. Parabéns pelo pronunciamento, Senador Paim. Não tenho dúvida nenhuma de que, instalando-se as comissões para analisar as medidas provisórias, seus integrantes terão a capacidade de dialogar não só com os trabalhadores, mas sobretudo com o Governo, para se fazerem os ajustes que são necessários e que – não tenho dúvida nenhuma – deverão ser feitos, Senador Paim.

Dando continuação à lista de oradores, convido, para fazer uso da palavra, o Senador Telmário Mota, Senador do PDT, do Estado de Roraima, a quem cumprimentamos, como fazemos com todos, pela eleição. Sabemos da coragem, do carinho do Senador e do carinho que a sua gente, seu povo tem por V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra, Senador Telmário.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Obrigado, Senadora e Presidenta. É uma honra ter um processo destes conduzido por uma Presidenta do Estado do Amazonas, próximo do meu Estado.

Quero saudar os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras e, antes de iniciar o assunto que me traz à tribuna, Sr<sup>a</sup> Presidenta, quero parabenizar o Senador Otto Alencar, da minha Bahia amada, pela condução do seu processo, da sua eleição. Bem disse a Senadora Lídice da Mata que V. Ex<sup>a</sup> chega aqui com grandeza, porque grandeza foi sempre a sua vida.

A Bahia é a minha segunda terra. O meu Estado não tinha nenhuma universidade, e a gente tinha que sair de Roraima para estudar. Eu tive a oportunidade de galgar meu primeiro nível superior na Bahia, na Universidade Católica de Salvador; então, ali aprendi muito e formei boas amizades. E vi sempre a condução – porque a gente filtra o ruim e deixa o bom – das boas políticas públicas que a Bahia realmente implantou.

O Senador Otto tem uma vida dedicada à população, com muito amor, muito carinho. Ocupou vários cargos – Deputado, secretário, médico, professor, trabalhou no Tribunal de Contas – e hoje, muito bem coroado, representa aquele Estado maravilhoso, de um povo ordeiro, hospitaleiro e humano, que é a Bahia. Que não fique com ciúmes a Senadora Lídice da Mata, porque, como eu era bancário, induziu-me a votar nela. (*Risos.*)

Quero também aqui, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, registrar a presença dos amigos e irmãos que vieram de Roraima. Aqui está Gelb Pereira, Deputado Estadual, Prefeito por duas oportunidades, do Município onde eu nasci, Normandia. Está ali o Gerson Alves, grande amigo, líder da juventude socialista do meu Partido no meu Estado.

Também quero registrar a presença do Secretário de Agricultura do Estado de Roraima, Hiperion de Oliveira – e hoje, Sr<sup>a</sup> Presidente, tivemos a oportunidade de ir ao Ministério da Pesca. No Ministério de Minas e Energia estive ontem, junto com a Senadora Angela, levando representantes do Governo do Estado, porque lá nós estamos com grande dificuldade com relação ao Linhão de Guri, Tucuruí, e também com a federalização da CERR, que é a companhia energética do Estado. E estivemos hoje no Ministério do Trabalho buscando a parceria, porque, no expediente de amanhã, nós poderemos abordar com mais propriedade cada assunto.

Mas, Srs. Senadores e Senadoras, Presidenta, o que me traz hoje aqui à tribuna deste Senado é gritar a dor do meu povo. Eu ouvi aqui o Senador Malta falar muito da família, da vida; eu endosso a fala do Senador e quero dizer mais, Senador: aqueles que conseguem ultrapassar todas aquelas mazelas citadas por V. Ex<sup>a</sup> e que chegam à fase adulta com vida...

No meu Estado, o grupo político que ali passou ultimamente destruiu a saúde pública. Hoje, Roraima não tem... O novo Governo recebeu a Secretaria de Saúde totalmente desabastecida, desaparelhada, Senador Cristovam – estou falando do meu Estado, da saúde pública do meu Estado de Roraima; faltam os credores, os

fornecedores, por terem sido lesados, enganados; não querem fornecer o básico, o medicamento necessário para as unidades básicas de saúde das prefeituras e do próprio Governo do Estado.

A saúde pública, na última gestão, foi conduzida de forma que a sucatearam. Houve uma avalanche de corrupção através de empresas terceirizadas que não passavam de um sumidouro do dinheiro público.

Resultado: hoje nós estamos com os corredores do único hospital que há no Estado superlotados; as cirurgias eletivas estão suspensas; falta medicamento. Parece mais, Senador Cristovam, tempo de guerra.

Eu quero, aqui, destacar os profissionais, os recursos humanos que ali prestam grande serviço: os médicos, os enfermeiros. Mesmo desmotivados pela falta de aparelhamento, por falta de recursos materiais, eles, ali, com responsabilidade, com amor, prestam o seu serviço, dentro do que é possível. Então, quero aqui saudar o corpo técnico, os médicos, os enfermeiros, os paramédicos que fazem a saúde de Roraima pelo amor e pela valentia com que conduzem aquilo sem nenhuma condição.

Hoje quero usar, aqui, a tribuna do Senado, para sensibilizar o Ministro da Saúde, para que volte as suas forças e a sua atenção para o Estado de Roraima, pois está a calamidade implantada na saúde pública naquele Estado. É necessário, pois o Estado de Roraima precisa do apoio federal. O Estado de Roraima necessita oferecer uma saúde com qualidade àquele povo sofrido, maltratado do meu Estado. Para isso, nós apelamos ao Ministro da Saúde para que designe um corpo técnico para fazer um levantamento e oferecer ao Estado de Roraima o aparelhamento necessário. Roraima é Brasil. Aquele povo é brasileiro. Não podemos deixar o Estado de Roraima totalmente desabastecido.

Roraima vive crise econômica, financeira, e é preciso que a saúde responda o mais rápido possível à necessidade e à demanda principalmente do povo carente, que é, sem nenhuma dúvida, Senador Cristovam, quem mais sofre. O rico mete a mão no bolso, paga a saúde privada; e ali ele está abastecido e ali ele está atendido. As pessoas humildes, não. Elas precisam do remédio, elas precisam do médico, elas precisam do especialista, elas precisam do hospital, elas precisam das unidades básicas com medicamento necessário e com os médicos atendendo lá na ponta. Então, são elas quem mais sofre com essa crise por que hoje o meu Estado passa na área de saúde e em outros segmentos. É a nossa população que não deveria sofrer, porque são cidadãos e cidadãs que pagam impostos, que estão ali cumprindo com seu papel, que sustentam aquele Estado e o Brasil com seus impostos e que não poderiam estar hoje carentes de uma saúde pública com qualidade.

Senador Cristovam, com a palavra.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Telmário, em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação, como militante do Partido Democrático Trabalhista, em tê-lo como um dos nossos Senadores.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (PDT – RR) – Obrigado.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Segundo, quero dizer da alegria de ver o senhor iniciando aqui o seu mandato já no debate pleno e na defesa dos interesses do seu Estado, Roraima. Terceiro, falo da alegria por ter escolhido a saúde como tema fundamental para mostrar a realidade em que está o Estado de Roraima. Eu só quero aproveitar para dizer que essa calamidade que está em alguns Estados nossos muda a dimensão, mas há muitos assim. E a sua cobrança de que é preciso o Governo Federal olhar para o Estado é importantíssima. Não dá para o Brasil continuar sendo uma Federação em que cada um se vire por si, sobretudo em algumas áreas, como a que o senhor traz, a área da saúde, e a educação, com que eu tenho insistido. Não é possível que, para uma criança brasileira – quando a gente nasce neste País, primeiro, a gente é brasileiro, depois, pernambucano e recifense, como eu sou; primeiro, é brasileiro –, a sua educação dependa da cidade onde ela nasceu. Ela não tem culpa de o pai e a mãe estarem ali, naquele momento. A educação tem que ter um padrão único de qualidade em todo o País, independentemente da classe, da família e do endereço onde mora. Temos que abolir o CPF e o CEP da testa das crianças, pois, no Brasil, quando nasce a criança, ela recebe um carimbo, o CPF do pai, e outro carimbo, o CEP da cidade. Só há um jeito de equalizar isso: é através de um processo em que a União adote as escolas das cidades cujas prefeituras não têm condições de manter uma escola de qualidade. E isso vale para a saúde, vale para Roraima e vale para os outros Estados brasileiros. Felizmente, Roraima pode se orgulhar de ter um Senador com a sua trajetória, com a sua história, com a sua firmeza e com o seu compromisso demonstrado neste momento. Muito obrigado por ser um dos nossos aqui, nesta Casa.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (PDT – RR) – Quem agradece, Senador Cristovam, sou eu. E tenho orgulho de tê-lo na nossa Bancada: uma pessoa, um Senador do seu quilate, da sua postura, do seu conhecimento. Com certeza, não só ganha o meu Partido, como ganha o Brasil e ganha, aqui, o Distrito Federal, que tem escolhido V. Ex<sup>a</sup> para ser Parlamentar e representante desse povo amado de Brasília.

Sr<sup>a</sup> Presidente, eu fico aqui. Faço o meu registro e o meu apelo ao Governo Federal para que volte os seus holofotes lá para Roraima, para a saúde de Roraima, para evitarmos ali uma calamidade. A Governadora tem se empenhado bastante; o Secretário de Saúde, Dr. Kalil, o Vice, o Secretário Paulo Linhares e os demais estão ali fazendo a saúde pública diuturnamente, tentando responder à esperança e ao sonho do povo que votou

neste Governo novo, que está lá em Roraima se preparando e buscando o melhor para atender ao nosso povo e à nossa gente.

Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, meu muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito bem, Senador Telmário. A Mesa cumprimenta-o pelo pronunciamento.

Dando continuidade à sessão, eu chamo, de acordo com a ordem de inscrições, para fazer uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador Fernando Bezerra Coelho, V. Exª está inscrito. Gostaria de fazer uso da palavra, Senador Fernando Bezerra? *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Senador Davi Alcolumbre. *(Pausa.)* Ele também não está em plenário.

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia. Senadora Lúcia Vânia. A Mesa pergunta se V. Exª... *(Pausa.)* Ela quer falar depois.

Não há mais oradores inscritos, oradores que queiram fazer uso da palavra neste momento. Portanto, nós vamos suspender a presente sessão até que...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Democracia Participativa/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria saber se haverá votação, como estava agendado para hoje. Ontem, não fomos avisados se haveria suspensão da votação prevista para ontem à tarde. Haverá votação hoje?

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Senadora Ana Amélia, ontem, eu participei de uma reunião que antecedeu ao horário marcado para a eleição dos demais integrantes da Mesa, e a reunião foi adiada, transferida para hoje, por uma decisão das Lideranças partidárias, porque até ontem não se havia chegado a um consenso quanto a todas as indicações. Portanto, deu-se um tempo maior para que os partidos e as Bancadas pudessem superar algumas divergências, alguns problemas, e pudessem vir à votação. Até o momento, não há nenhuma informação que tenha sido repassada para nós de que a reunião estaria cancelada. Eu creio que esses últimos diálogos acerca da busca e da tentativa de uma convergência, de uma unanimidade estejam em curso ainda. Por isso é que...

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (DEM – AP) – Senadora Vanessa.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não. Ah, Senador Davi Alcolumbre, V. Exª chega ao plenário e, portanto, pode fazer uso da palavra como orador inscrito.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (DEM – AP) – Muito obrigado, Senadora.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – E para que a sessão não seja suspensa até que iniciemos a votação, a Mesa comunica que está aceitando, Senadora Ana Amélia, inscrição de Senadores ou Senadoras que já tenham feito uso da palavra, visto que esta é uma sessão não deliberativa.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Eu também já me inscrevo para falar posteriormente, caso não haja oradores.

Senador Davi Alcolumbre, com a palavra V. Exª.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (DEM – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, caros colegas do Senado Federal, nesta minha primeira vinda a este plenário para manifestar-me da tribuna como Senador da República eleito pelo Estado do Amapá, mesmo depois de 12 longos anos como Deputado Federal, por certo não consigo esconder minha emoção. Esta Casa, palco de grandes debates e abrigo de grandes nomes da política brasileira, por certo, reverbera com maior força os grandes temas nacionais e regionais e, por isso, requer de todos nós uma atuação efetiva e equilibrada.

Apesar dos muitos desafios enfrentados no período eleitoral para chegar até aqui, o desejo de alçar o nosso Estado do Amapá a um patamar que, de fato, eleve nosso nível de vida, de emprego e de renda continuará a consumir todas as minhas energias. Esse, seguramente, é o meu compromisso.

É o compromisso primeiro deste mandato que se inicia.

Eu não poderia, assim, iniciar esta fala sem antes agradecer a Deus esta experiência singular que estou tendo a oportunidade de viver e a todos que me ajudaram nessa árdua luta.

O tempo acumulado de vida pública deixou-me preparado para aqui representar e defender, com mais afincos, o que nós amapaenses, por direito, merecemos.

O Amapá terá de mim a exclusividade na luta por soluções eficientes para atender às principais demandas, visando amenizar os problemas econômicos e sociais mais urgentes de nossa terra. Caros colegas, Srª Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, elas passam pela missão de proporcionar mais infraestrutura, abastecimento de água, saúde com ampliação do saneamento básico e atendimento de médicos, pois, apesar dos anos, ainda nós do Amapá nutrimos uma dependência que nos isola e impede de avançar em termos econômicos.

Não tenho a ilusão de que será uma missão simples, mas carrego a certeza de que será a mais gratificante de todas. Para os muitos golias, estarei preparado para honrar os que me confiaram esta nobre missão.

A fé e a energia que trago para as lutas que aqui travaremos serão abastecidas, sim, todos os dias, pelo desejo de desfrutar dias melhores.

Aos meus pais, Samuel e Júlia, os meus agradecimentos pelo incentivo. Aos meus irmãos, o agradecimento e a gratidão que nunca me faltaram. Minha gratidão a todos pelo esforço e pela ajuda na concretização deste sonho. Aos meus amigos, correligionários e eleitores do meu Amapá, que nos deram mais de 130 mil votos, o meu respeito e o meu muito obrigado pelo carinho, pelo apoio e pela confiança. À minha esposa, Liana, e ao meu filho, David, o meu amor e o meu agradecimento.

Srª Presidente, senhoras e senhores, o ano de 2015 será marcado pela turbulência política e econômica. Mais do que paciência, precisamos implantar reformas duradouras e definitivas, não aventuras comprometedoras das conquistas do que já efetivamos.

As contas públicas deterioradas, a falta de investimentos no setor elétrico, a completa decadência da segurança pública, da saúde e da educação nos remeterão a uma análise profunda sobre as escolhas que teremos que fazer.

Reformas como a tributária e a política deverão, verdadeiramente, refletir o sentimento de toda a Nação.

Aos atuais sistemas vigentes, não mais cabem os velhos remendos. Essas bases já não suportam o peso das demandas crescentes pelas quais a nossa população, sobretudo a mais carente, há muito clama. Aguardamos pelos “saltos” de qualidade nos mais diversos setores, especialmente no setor público que, inerte, não consegue abarcar minimamente aquilo que nossa Constituição de forma precípua determina a todos os cidadãos.

Não podemos apenas “administrar” o caos que já se instalou nos mais diversos setores. Os Estados e Municípios brasileiros não suportam as demandas que lhes batem à porta todos os dias. Mais do que atender a essas demandas, é preciso um novo rumo, firme, concreto e definitivo.

É o que esperam os ribeirinhos do meu Estado do Amapá, no árduo dia a dia pela sobrevivência, nos rios de nossa imensa e querida Amazônia. É o que esperam os quilombolas e seus descendentes no difícil trabalho em seus vilarejos isolados. É com o que sonham os povos indígenas e nossa gente que trabalha todos os dias por aquilo que lhes é por direito assegurado.

Assim, senhoras e senhores, muitas serão as discussões, debates e propostas que deveremos avaliar e implantar, certamente com mais tempo e de forma mais específica a cada momento que aqui todos nós viveremos.

Como coordenador da Bancada do Amapá, eleito no Congresso Nacional, no final do ano de 2014, também não poderia deixar de falar e finalizar esta breve fala sem me colocar à disposição da Bancada de Deputados Federais do Amapá, que, na Câmara dos Deputados, com certeza muito renovada, por certo, estará tão disposta quanto nós, nesta Casa do Senado Federal, a lutar por melhores dias para todo o nosso belo e rico Estado do Amapá.

A eles deixo o convite a buscar em nosso gabinete que ocupo nesta Casa, cujas portas estarão sempre abertas para tratarmos dos assuntos de interesse comum de nossa população, ainda que estejamos sob bandeiras partidárias diferentes.

Por fim, e também por coincidência, quis o destino que este primeiro discurso, no Senado Federal, coincidissem com o aniversário de 257 anos da nossa querida capital do Estado do Amapá, a nossa Macapá.

Macapá, que abriga mais de 70% da população do nosso Estado, mas cujas necessidades, em termos de investimentos, recaem sobre todas as áreas, merecendo de todos nós grande atenção, especialmente para possibilitarmos investimento em infraestrutura impactante e prioritária.

E, ao fazer tal registro, aproveito para cumprimentar cada cidadão macapaense por esta data do dia de hoje, a qual espero poder comemorar memoráveis conquistas coletivas para atender a todos os que nela vivem, trabalham, lutam e residem.

Aos colegas que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer a nossa joia da Amazônia, o nosso Amapá, gostaria de fazer o convite, para que pudessem conhecer o Amapá, o Estado da população mais generosa e mais hospitaleira deste País. Estarei lá de braços abertos para recebê-los, a fim de apresentar um grande es-

tado desta Federação que precisa muito do debate, da ajuda, da conscientização, do Poder Público em todas as esferas, para que possamos desenvolver e melhorar a vida das pessoas.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Passo a direção dos trabalhos, neste momento, para o Senador Acir Gurgacz.

*A Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin do PCdoB do Estado do Amazonas.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, companheiros e companheiras, desde a abertura dos trabalhos na tarde de hoje, temos ouvido desta tribuna pronunciamentos que tratam a respeito da situação de nosso País.

Eu dizia num primeiro momento que falaria também sobre a mesma matéria. Entretanto, como falei no período de breves comunicações, não consegui sequer, Sr. Presidente, iniciar a primeira parte do pronunciamento que preparei.

Sr. Presidente, primeiro quero registrar que o mundo vive um momento muito especial desde 2008. A economia mundial tem vivido um momento de grandes dificuldades e vem sofrendo muito desde 2008, quando a crise econômica se instalou, em primeiro lugar, nos Estados Unidos. Depois dos Estados Unidos, vieram a Europa, o Japão, que sofreram – e continuam sofrendo – uma prolongada estagnação até hoje, e a própria China, que, embora cresça a um percentual significativo por ano, em torno de 10%, 11%, também, nos últimos anos, vem experimentando uma redução no seu processo de crescimento. Isso tudo são os reflexos imediatos, Sr. Presidente, desse quadro de crise, que tem acarretado significativos prejuízos à população mundial.

Um dos maiores problemas gerado por conta da crise é o aumento das taxas de desemprego, chegando, por exemplo, a quase um quarto da população no caso da Espanha, Sr. Presidente. Mas aqui no Brasil, e o nosso País não vive isolado das demais nações, não estamos imunes a sofrer os reflexos dessa crise também. Entretanto, apesar desse quadro internacional ruim e de alguns problemas internos que estamos vivendo, no que diz respeito à empregabilidade, o Governo tem conseguido manter uma taxa de desemprego em níveis considerados os menores de toda a nossa história, ou seja, os reflexos dessa crise econômica não têm sido sentidos diretamente pelos trabalhadores. A nossa inflação, Sr. Presidente, também tem sido mantida dentro da meta estipulada. Foi mantida na meta em 2014, mais uma vez, dentro do intervalo admitido por esse regime de metas inflacionárias.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminou o ano de 2014 com uma variação de 6,41%.

O Brasil chegou, isso em novembro de 2014, com uma dívida líquida do setor público correspondente a 36,2%, repare, em novembro de 2014, a dívida líquida do setor público correspondia a 36%, arredondando, do PIB menor do que a de dezembro de 2010, que estava em 39,2% do PIB, e muito inferior ainda ao percentual da dívida relacionado ao PIB no ano de 2002, último ano de Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, ano eleitoral, quando o percentual da dívida líquida do setor público chegou a mais de 60% do PIB.

Então, são números que precisam ser ditos, que precisam ser levados em consideração em qualquer análise sob o prognóstico da economia que se faz. Esses indicadores mostram, Sr. Presidente, apesar de uma série de medidas que tiveram que ser adotadas pelo Governo, e todas elas no sentido de garantir os direitos, os ganhos dos trabalhadores e a empregabilidade, apesar da crise, que têm sido importantes para que o Brasil também possa continuar a viver o processo de desenvolvimento.

Aliada à crise internacional e até em decorrência dela, tivemos um problema grave que impactou, sem dúvida nenhuma, a nossa economia, que foi a queda no preço das *commodities*, Sr. Presidente. Como sabemos, o Brasil é um exportador de *commodities*: o preço da soja baixou significativamente, a queda do preço do petróleo em torno de quase 60% entre junho de 2014 a janeiro de 2015, a queda do minério de ferro em 53% no período de dezembro de 2013 a janeiro de 2014.

No plano interno também, Sr. Presidente, enfrentamos em anos sucessivos um choque no preço dos alimentos, isso devido ao pior regime de chuvas de que temos registro, a seca que se mantém persistente e que teve também, e está tendo, impacto no preço da energia em todo o Brasil. Além disso, hoje, estão sendo anunciados mais possíveis e novos reajustes no preço da tarifa da energia elétrica, o que impacta também a oferta de água em algumas regiões importantes, as mais produtivas, onde o desenvolvimento produtivo industrial, sobretudo, tem sido importante.

A queda, Sr. Presidente, do nosso resultado primário, apontado por alguns como um sinal da crise, foi exatamente o que serviu principalmente para combater os efeitos adversos desses choques sobre a economia e proteger a nossa população. Não poderíamos imaginar que pudesse ser diferente. Nem a China, gigante da economia, conseguiu manter os seus níveis de crescimento econômico, como poderíamos imaginar que o Brasil não pudesse sofrer qualquer tipo de reflexo? Entretanto, os reflexos que estamos sofrendo são bem menos significativos do que outros países – esse é um ponto que deve ser destacado – e mais do que isso: o Governo brasileiro não permitiu que essa crise atingisse de cheio o conjunto dos trabalhadores brasileiros, as pessoas mais humildes, mais necessitadas deste País. Graças a isso, graças a essas medidas, a esses planos adotados nos últimos doze anos, Sr. Presidente, que, apesar de toda a crise, o emprego gerado superou a casa dos 20 milhões, empregos formais, gerados nos últimos doze anos. Repito, num momento de crise econômica.

Em relação à base de contribuintes da Previdência Social, quero aqui abrir um parêntese no meu pronunciamento para fazer uma homenagem ao Ministro, ao Senador Garibaldi Alves, ex-Ministro da Previdência, que aliás hoje aniversaria também. Meus cumprimentos ao Senador Garibaldi Alves, que deve ter comemorado muito, no período em que esteve à frente do Ministério da Previdência, o fato de a base de contribuintes ter sido ampliada em mais de 30 bilhões de beneficiários.

O valor real do salário mínimo também, base para todo o sistema de proteção social, cresceu mais de 70%. Além disso, a expectativa de vida dos brasileiros com mais de 40 anos aumentou, passando de 73 para 78 anos, ou seja, quase 5 anos a mais de vida, o que significa, o que indica uma melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e das brasileiras.

Um fato serve especialmente para desmistificar as afirmações de que apenas os programas sociais sustentam a nossa economia: no ano passado, ano eleitoral, 1,29 milhão deixaram o Programa Bolsa Família, por não se enquadrarem mais nos critérios ou por razões cadastrais, ou seja, porque muitas dessas famílias tiveram sua renda aumentada e não precisaram mais recorrer a esse importante, necessário e imprescindível programa social chamado Bolsa Família.

Outro ponto a ser lembrado é que as reservas internacionais brasileiras fecharam o ano de 2014 em mais de US\$374 bilhões, montante 30% maior do que o existente no final do ano de 2010 e dez vezes superior ao volume disponível no final do ano de 2002.

O fluxo de investimento estrangeiro direto no Brasil cresceu quase 20% a mais que no período de 2003 a 2010, quando já tínhamos recebido 32% a mais do que no período de 1995 a 2002, o que confirma termos transformado o Brasil em um mercado seguro para o investidor estrangeiro. Ou seja, um dos países que mais atrai investimento estrangeiro no mundo hoje é o Brasil. Salvo engano, estamos entre os cinco países que mais investimentos estrangeiros atraem.

Hoje, empresas de 56 setores industriais e de serviços se beneficiam da desoneração da folha de pagamentos e recolheram, somente em 2014, R\$24 bilhões a menos em tributos. Ou seja, a desoneração foi promovida como uma medida necessária para a garantia da continuidade da produção e da geração de empregos no Brasil. O Brasil promoveu também a desoneração dos investimentos, e o peso dos tributos no investimento em bens de capital diminuiu de 32% para 4,3%.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) garantiu, em 2014, mais de R\$76 bilhões em crédito em condições favoráveis ao investimento produtivo. Os regimes especiais criados para estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas também alcançaram bons resultados.

Nossa agricultura, Sr. Presidente, continuou batendo recordes de produção. Em 2014, a safra de grãos alcançou mais de 192 milhões de toneladas, ou seja, um crescimento superior, de quase 2,5%, em relação a 2013, segundo expectativa do IBGE.

Os investimentos em infraestrutura avançaram ainda mais em 2014. O montante de R\$1,6 trilhão foi o investimento do Programa de Aceleração do Crescimento em suas duas edições. Esse programa está mudando para melhor a infraestrutura brasileira, que, reconhecemos, ainda é débil e carente. É preciso que efetivamente sejam ampliados os investimentos, principalmente no que diz respeito, Senador Acir, à nossa região, a Região Norte do País.

Sabemos que o quadro econômico é de dificuldades, e ninguém nega isso. Ninguém está aqui querendo vender que o Brasil vive no País das Maravilhas. Não! Vivemos um momento de muita dificuldade, e isso se dá também muito por conta desse cenário externo. Mas temos a certeza de que todas as medidas de contenção, todas as medidas de ajuste fiscal que têm sido noticiadas não deverão promover qualquer tipo de retrocesso, tampouco retirar qualquer direito do trabalhador. Entendemos que, pelo contrário, devemos continuar avançando nas conquistas de direitos e no processo de desenvolvimento nacional.

Portanto, não vejo, no que diz respeito à medida provisória que trata do seguro-desemprego, nenhuma justificativa plausível que diga que a medida provisória tenha de continuar como está sem sofrer qualquer

mudança. O Senador Paim já se pronunciou a respeito dessa matéria. Eu falo novamente agora a respeito dessa matéria e tenho certeza absoluta de que as medidas de mudança que carece sofrer essa medida provisória serão operadas no sentido de que os trabalhadores nada percam.

E volto a dizer: o maior problema do seguro-desemprego no Brasil, que tem uma característica de rotatividade muito forte, não é o excesso de direito ou o direito a mais ou o direito indevido; o maior problema são as operações fraudulentas que, muitas vezes, se desenvolvem em torno desse seguro, que é uma proteção fundamental, imprescindível e necessária à população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Quero dizer que, diante desse quadro, já para concluir, temos de ter a capacidade de dar respostas aos projetos enviados pelo Executivo, sem jamais esquecer as iniciativas que o próprio Legislativo tem de tomar.

Muito obrigada, Senador Acir Gurgacz.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senadora Vanessa Grazziotin.

Consulto o Plenário se há alguém que queira usar da palavra. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia, V. Exª tem a preferência e estaria na sequência. Senão, nós vamos ter de encerrar esta sessão sem prejuízo da sessão deliberativa.

Eu os consulto. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador José Medeiros para fazer uma comunicação inadiável.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só fazer um registro aqui. Ontem, eu tive a oportunidade de alertar as autoridades do Governo Federal, principalmente o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a respeito de uma situação no Mato Grosso. É que, desde domingo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Está ligado.

Sr. Presidente, ontem, eu tive a oportunidade nesta Casa de alertar o Governo Federal, algumas autoridades do Governo Federal, principalmente o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a respeito da situação do principal corredor rodoviário do Estado de Mato Grosso, a BR-163, que, desde domingo, estava invadida por uma tribo indígena. Ali já havia um conflito entre os caminhoneiros, entre os proprietários. Chegaram até a queimar caminhões com uma colheitadeira em cima. Dessa forma, era um conflito que estava prejudicando todo mundo.

Quero agradecer aqui, porque hoje tivemos a pronta resposta do Ministério da Justiça, que desobstruiu a estrada, através da PRF e da Força Nacional. Mas é importante salientar que o problema persiste.

Quero até convidar os meus colegas Senadores do Estado de Mato Grosso, o Senador Blairo Maggi e o Senador Wellington Fagundes, para que a gente possa marcar uma audiência com o Ministro da Justiça, para que esse problema dos índios se resolva de uma vez por todas. São problemas menores, como a questão de saúde na Funasa, e, dessa forma, eles sempre invadem as rodovias. Há mais dez anos, esse problema persiste. Eles invadem rodovias, e é só prejuízo para o Mato Grosso e para o Brasil.

Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

Era isso que eu tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Eu queria comunicar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que nós vamos estender o prazo de inscrição de chapas para mais 30 minutos, para meia hora. Até essa meia hora, os partidos ultimarão as suas inscrições com relação aos candidatos para a 1ª Vice-Presidência do Senado Federal, para a 2ª Vice-Presidência do Senado Federal, para a 1ª Secretaria, para a 2ª Secretaria, para a 3ª Secretaria, para a 4ª Secretaria e para as quatro suplências.

Portanto, as lideranças partidárias e os blocos partidários têm mais meia hora. Em seguida, nós vamos iniciar a reunião preparatória e fazer as respectivas votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nessa meia hora, portanto, que temos ainda para que os partidos definam as inscrições, vou conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia e, em seguida, à Senadora Sandra Braga.

Com a palavra, V. Exª.

Depois, falará o Presidente Valdir Raupp.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao colocar minha candidatura à apreciação interna da minha Bancada, eu não o fiz para confrontar o meu Partido, mas para ter a oportunidade, democraticamente, de disputar uma função que me desse condições de me colocar diante de novos desafios.

Tenho 30 anos de vida pública, três mandatos de Deputada Federal. Fui Secretária Nacional de Assistência Social no primeiro governo Fernando Henrique. Fui a responsável por formatar a nova Política Nacional de Assistência Social do País, baseada na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Implantei o chamado Benefício de Prestação Continuada ou Benefício Loas, que destina um salário mínimo para os idosos e para as pessoas com deficiência. Formatei a Política Nacional do Idoso e ainda tive a grata oportunidade de criar e de colocar em funcionamento o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), o primeiro programa de transferência de renda do Governo Federal, quatro vezes premiado pelo Unicef.

Estou há 12 anos no Senado, ocupando funções que me foram delegadas pelo Partido. Por três vezes, tentei participar da Mesa Diretora, sem sucesso.

Não sou uma pessoa dada ao confronto, mas sou exigente em relação às atribuições que me foram conferidas pelas urnas. Os meus eleitores não me colocaram aqui para ser uma Senadora submissa e subserviente. Não foi com desconfiança que o povo goiano votou em mim como a primeira mulher a representá-lo na Câmara Federal como Deputada Constituinte. Não foi por mero conformismo que o mesmo povo goiano me elegeu a primeira mulher Senadora, proporcionando-me ainda uma honrosa reeleição.

Estou aqui, como muitos dos meus Pares, inquieta, para não dizer inconformada, com a divisão das atribuições que é feita nesta Casa pelos dirigentes partidários. Temos de romper com a ditadura dos partidos e dar oportunidade para aqueles que queiram disputar e discordar, para que façam seus questionamentos. Somente assim vamos ter um rodízio e dar oportunidade para o surgimento de novas ideias, de novos compromissos e de novas práticas, vamos descobrir talentos desconhecidos e ignorados, vamos mudar a prática política dos conchavos e das conveniências.

Querem desacreditar a minha atitude, pondo em suspeição o meu voto para o cargo de Presidente desta Casa. Ao longo da minha vida pública de 30 anos, sempre fui respeitada pela coerência, pela ética, pela sinceridade e pela credibilidade. Credibilidade é um patrimônio de que não abro mão.

O sentimento que me toma neste momento é de profunda tristeza. Fui submetida, sem aviso prévio, de forma intempestiva e incisiva, a uma situação vexatória. Expuseram-me impiedosamente a toda a Bancada do PSDB, à imprensa nacional, ao meu Estado e a esta Casa, com o desacredenciamento da minha palavra, com o desprestígio da minha credibilidade. Reduziram em minutos, sem nenhum pudor, 30 anos de dedicação exclusiva e irrepreensível à vida pública a um nada, como se um mero episódio de escolha de cargos administrativos desta Casa tivesse importância suficiente e chegasse ao ponto de manchar toda uma trajetória política.

Não, Sr. Presidente. O povo de Goiás não merece isso. Este mandato que honrosamente exerço é maior do que isso.

Exerci, na legislatura passada, um cargo de confiança da Presidência: a Ouvidoria-Geral do Senado. Procurei exercê-lo com a maior lisura e isenção. No início da atual legislatura, fui informada de uma chapa opositora ao atual Presidente. Consultaram-me se poderiam colocar o meu nome na chapa como candidata a 1ª Secretária. Pedi tempo para comunicar ao Presidente Renan que não poderia votar nele, porque as circunstâncias exigiam que eu fortalecesse a posição do meu Partido, que foi detentor de 51 milhões de votos nas últimas eleições presidenciais. Portanto, o meu voto seria de Luiz Henrique, seguindo a orientação partidária. Fui ao Senador catarinense e garanti a ele o meu voto. E assim o fiz, com a certeza de que aqueles que conhecem o meu comportamento nesta Casa sabem da veracidade da minha afirmação.

Percebo, Sr. Presidente, por força dos desdobramentos desse episódio, que a reforma política precisa urgentemente passar por esta Casa, para que possamos voltar a acreditar em cada um de nós. O que está em jogo são a credibilidade e a estabilidade das instituições democráticas.

Por tudo o que aqui expus, somam-se ainda diversos outros episódios de desprestígio político-partidário que, em última análise, têm afetado o próprio exercício do mandato que o povo goiano me conferiu.

Sinto ser o meu dever continuar a lutar por Goiás, como o tenho feito há mais de três décadas. Não pretendo, de forma intempestiva, através desta decisão, deixar o mandato que me foi outorgado de maneira tão expressiva, pela segunda vez, como Senadora, e outras três vezes como Deputada Federal, tendo sido, inclusive, Deputada Constituinte. Mas estou disposta a buscar caminhos que possam me deixar mais confortável, que possam valorizar o trabalho de uma pessoa que dedicou sua vida pública inteira a favor do nosso povo, a favor do nosso País.

Talvez, a coisa mais importante e mais bonita da minha trajetória política de 30 anos é poder olhar de frente para todos os meus pares e dizer a eles que, nesses 30 anos, trabalhei incessantemente, trabalhei com

raça, trabalhei com força. Posso, sem nenhuma modéstia, dizer que o Estado que represento, o Estado de Goiás, não teve nenhum Senador que pudesse levar àquele Estado os compromissos, os recursos que ele recebeu.

Portanto, eu não poderia deixar de vir a esta Casa, que me respeitou durante todo esse período, para dizer que eu não posso, de forma nenhuma, aceitar a forma sutil, rasteira e muito cruel que fizeram comigo durante esta semana. Eu quero dizer aos senhores que vou continuar a minha luta, mas vou continuar a minha luta ao lado daqueles que acreditam que ainda neste País se pode fazer política com dignidade, com raça, com coragem e, acima de tudo, com a palavra dada.

Os senhores podem atestar nos painéis desta Casa que nunca, nenhum voto meu foi no sentido de desobedecer ou trair o meu Partido. Tive a confiança do Presidente Fernando Henrique. Procurei fazer o melhor de mim. Sempre estive ao lado daqueles que mais precisam e desfruto hoje no meu Estado, o Estado de Goiás, do respeito da maioria do meu povo. Fui eleita com 1,5 milhão, fui reeleita com mais 1,5 milhão, fui três vezes Deputada Federal, fui Secretária Nacional de Assistência Social, responsável por toda a modernização da política social deste País.

Portanto, não posso, de forma nenhuma, agir ou deixar de agir neste momento. Peço aos meus pares que confiem na minha palavra, que confiem na minha seriedade e que, acima de tudo, façam com que esse episódio não venha a se repetir com outras, que poderão, como eu, ficar desiludidas da vida política.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (PSDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Quero dizer ao senhor que, mesmo buscando caminhos, eu, Sr. Presidente, tenho o compromisso de dar o melhor de mim para esta Casa, para que ela seja motivo de orgulho de todos os brasileiros e, especialmente, do povo do meu Estado de Goiás.

Quero avocar o testemunho de V. Exª. Na Ouvidoria, que V. Exª confiou a mim, eu procurei reformular, eu procurei fazer daquele instituto um instituto respeitado, um instituto que pode oferecer a esta Casa uma das ouvidorias mais modernas do Legislativo brasileiro.

Portanto, agradeço a V. Exª, Senador Renan Calheiros, a confiança que V. Exª depositou em mim. Continua tendo a minha confiança, e V. Exª sabe, mais do que nunca, que o meu voto, embora tenha toda a gratidão a V. Exª, não foi de V. Exª.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mais uma vez, quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, agradecer-lhe as palavras e dizer também que eu tive muita honra de indicá-la como Ouvidora do Senado Federal. Os resultados são os resultados que os Senadores e Senadoras conhecem.

Muito obrigado.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSDB, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu vou conceder a palavra à Senadora Sandra Braga, mas, antes, porém, eu queria, por cinco minutos, na forma do Regimento, ouvir o Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente, agradeço.

A palavra que eu quero dirigir a V. Exª, no comando da sessão, e a todos os Senadores e Senadoras neste instante tem o endereço específico da querida Senadora Lúcia Vânia, que acaba de ocupar a tribuna, externando, de forma compreensível, um sentimento de indignação em torno de comentários, ilações, dúvidas que nunca pairaram dentro do PSDB em relação à sua postura e à sua conduta política.

Na condição de Líder da Bancada, nas últimas horas, nos últimos dias, fui procurado por vários jornalistas – e jornalistas – para fazer aquilo que nós conhecemos: prospecção de cenários, projeção de votos. Em todos os instantes, nunca o PSDB, como Partido, e esta Liderança tiveram qualquer dúvida em relação à conduta e ao voto da Senadora Lúcia Vânia, por conhecer a trajetória de S. Exª. Ao longo se sua vida partidária, sempre recebeu do nosso Partido apoio, força e prestígio.

Ainda nesta Legislatura, em nome da nossa Bancada, a dedicada e competente Senadora Lúcia Vânia nos representou em uma das mais importantes Comissões do Senado Federal, presidindo a Comissão de Infraestrutura. Fez um trabalho belíssimo como ouvidora. Na Legislatura anterior, também recebeu a solidariedade, o prestígio, o apoio, o arrimo, a sustentação do Partido para ocupar a presidência de Comissões.

Portanto, com a maturidade que nós temos, nós não nos podemos deixar emocionar com comentários e especulações que são próprios da atividade da imprensa livre, com a qual nós devemos não apenas conviver, mas defender. Dessa forma, compreendendo a emoção do instante, acredito que a Senadora Lúcia Vânia comete, devo dizer, uma injustiça com o PSDB. Uma injustiça com um Partido que sempre a prestigiou, que sempre a defendeu, que sempre valorizou o seu mandato, não apenas no seu Estado, mas aqui, no próprio Senado Federal. E isso vem de longa data, da Câmara dos Deputados. Basta verificar a retrospectiva da atua-

ção da Senadora para ficar claro, ficar patente o respeito, a consideração, o zelo que o PSDB teve e tem pela Senadora Lúcia Vânia.

Reservada a emoção do instante, o PSDB, por meu intermédio, reafirma a confiança na Senadora Lúcia Vânia. Pessoalmente, conversei, Presidente Renan, com a Senadora Lúcia nos momentos que antecederam a eleição da Mesa. Ela inclusive disse, perante a Bancada, que iria procurar V. Ex<sup>a</sup> para agradecer a confiança do cargo que foi concedido, por decisão de V. Ex<sup>a</sup>, no período anterior, para que ela pudesse ocupar a Ouvidoria, recém-criada, mas que estaria seguindo a orientação da Bancada.

Em nenhum instante, em nenhum momento, por parte do PSDB, houve desconfiança em relação ao voto e à postura da Senadora Lúcia. E, se desconfiança houve, não foi da nossa Bancada, que confia, repito, na postura da Senadora. Essa desconfiança pode ter nascido de outros setores que compõem o movimento político da Casa.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Eu lamento que, neste instante – concluo Presidente –, não apenas a palavra, visivelmente emocionada, mas eivada de injustiças da Senadora Lúcia Vânia, ocorra num momento grave da vida brasileira, com crise de abastecimento de água, crise energética, economia estagnada, Petrobras indo pelo ralo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Esta Casa, o Senado Federal, que representa a Federação, está há três dias tentando discutir composição de Mesa Diretora, que, na opinião lúcida do Senador José Serra, que apresentará PEC nesse sentido, deveria estar a cargo da competente formação técnica dos quadros burocráticos desta Casa. Na Mesa, deveríamos ter o Presidente, o Vice, o 1º e o 2º Vices de Senadores. O restante vamos entregar à burocracia da Casa, formada por quadros competentes, para evitar essa cena deplorável, essa cena triste, que diminui o papel deste Senado, que não coloca na conta a prioridade dos momentos que o Brasil vive.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Enquanto o País vive uma das suas mais graves crises, estamos aqui, há três dias, paralisados, para discutir suplência de Mesa, Primeira Secretaria, Quarta Secretaria.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Confiamos na conduta de V. Ex<sup>a</sup> para que nós possamos encerrar este embate.

O PSDB não está em busca de espaço algum. O PSDB só ocupará o espaço daquilo que o Regimento lhe assegura, na proporcionalidade que nós defendemos, que sempre foi a praxe desta Casa. Portanto, o PSDB estará aqui evitando injustiças de onde partam, mas, sobretudo, na defesa da sociedade brasileira, que nos acompanha de forma atenta.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – E talvez de maneira frustrada, pelo deslocamento da agenda do Senado Federal, com a grave crise que o Brasil enfrenta nesse instante.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria só dizer ao Senador Cássio e aos Senadores que o pior exercício da democracia é especular quem votou em quem no voto secreto. Na última vez em que isso aconteceu aqui, no Senado, dois Senadores renunciaram aos cargos, porque voto secreto é voto secreto. A eleição passou. Nós temos é que concluir o processo de votação e, por isso e para tanto, nós abrimos mais um prazo de meia hora para que os partidos indiquem os candidatos, para, ao final e ao cabo, nós realizarmos a eleição.

Jamais entrarei nesse exercício de querer descobrir quem votou em quem, em quem votou cada um dos 81 Senadores, quem foi o autor do voto em branco. Isso não é exercício para o Senado da República.

Senadora Sandra Braga, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> SANDRA BRAGA** (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, no momento em que inicio meu mandato, volto minha mente para o povo do Amazonas e asseguro que todas as minhas ações e iniciativas serão voltadas para a melhoria das condições de vida da gente humilde do meu Estado.

Saliento meu compromisso inalienável com o desenvolvimento econômico e social do povo amazonense, tendo como principal referência a Zona Franca de Manaus, que considero um instrumento indispensável para a alavancagem do emprego e da renda do Amazonas e da Amazônia.

Sei que a Floresta Amazônica é objeto de cobiça internacional, mas sei também que a experiência exitosa da Zona Franca – um dos grandes polos industriais da América Latina operando em plena floresta – é a garantia de que ainda é possível em nossos dias promover o desenvolvimento econômico preservando e conservando os recursos naturais.

Alimento a expectativa de que, no decorrer deste ano, os Parlamentares da Bancada amazonense na Câmara dos Deputados conseguirão, efetivamente, aprovar no plenário daquela Casa o projeto que estende a Zona Franca à Região Metropolitana de Manaus.

Trata-se de medida indispensável à definitiva implantação do processo de interiorização do desenvolvimento econômico e social do Amazonas, permitindo que os jovens, que são a maioria dos trabalhadores das fábricas da Zona Franca, possam trabalhar e estudar nos Municípios em que residem sem necessidade de se deslocarem para a capital.

Tenho a esperança de que, aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto possa ser apreciado nesta Casa ainda na corrente sessão legislativa.

Quero, igualmente, manifestar meu compromisso com a preservação do regime de incentivos fiscais assegurado pela Constituição à Zona Franca de Manaus e minha disposição de lutar para impedir que esses incentivos diferenciados sejam, de alguma forma, objeto de tentativas de contestação e de ataques de quem quer que seja.

Esses incentivos não são um favor concedido pelo Estado ao Amazonas, mas um instrumento sem o qual seria inviabilizada qualquer tentativa de promover a integração ao Brasil da vasta e rica Região Amazônica, onde vivem 15 milhões de brasileiros, muitos deles sem as condições mínimas de existência asseguradas pela cidadania.

Sr. Presidente, os indicadores sociais e de desenvolvimentos humano do Amazonas revelam um quadro preocupante, sobretudo para a população da periferia das grandes e médias cidades e para o povo que habita a floresta.

Daí a importância da interiorização do crescimento econômico a que me referi, que deverá ser propiciada não só pela extensão da Zona Franca aos Municípios da Região Metropolitana de Manaus, mas também por iniciativas em outras regiões do Estado que promovam a geração de emprego e renda num ambiente de sustentabilidade.

Para tanto, é importante contar com o apoio do Governo Federal através da alocação de recursos destinados a projetos específicos nas áreas mais carentes da população. Isso faremos através de emendas individuais ao Orçamento Geral da União e das emendas coletivas de bancada e de comissão.

Sr. Presidente, como integrante da Bancada feminina nesta Casa e no Congresso, desejo manifestar meu apoio à agenda que esse grupo de ilustres mulheres montou para dar continuidade ao esforço, que já vem de alguns anos, de lutar pela eliminação da violência e de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

Houve, sim, um aumento de representação feminina no Congresso como resultado das últimas eleições. Mas essa representação, do ponto de vista numérico, está ainda muito aquém da participação feminina no conjunto da população brasileira.

Nosso esforço deve ser direcionado no sentido de estimular a participação feminina no debate político e de convencer um número cada vez maior de mulheres da necessidade de sua participação no processo político, principalmente como representantes do povo em todas as esferas do poder.

Mas não apenas isso. É importante...

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (PCdoB – AM) – Senadora Sandra, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SR<sup>a</sup> SANDRA BRAGA** (PMDB – AM) – Claro, Senadora.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Eu não poderia, neste momento em que V. Ex<sup>a</sup> faz o seu primeiro pronunciamento, deixar de apartear-la. Primeiro, para dizer do meu orgulho de pertencer ao Estado que, como já dissemos ontem aqui, não foi apenas o Estado que deu a primeira mulher ao Senado da República...

**A SR<sup>a</sup> SANDRA BRAGA** (PMDB – AM) – Ao Senado brasileiro.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (PCdoB – AM) – ...mas que também é o primeiro Estado a ter duas mulheres em sua Bancada. E sei que V. Ex<sup>a</sup>, como manauara, amazonense que é de coração, de alma, porque tem dedicado uma vida à luta e ao trabalho pelo povo amazonense, saberá, ocupando essa cadeira tão honrosa para todos nós, para todas principalmente, honrar não só as mulheres, mas sobretudo o Estado do Amazonas. V. Ex<sup>a</sup> elege temas que, para todos nós, são temas principais. Não se pode falar do Amazonas sem tocar na Zona Franca

de Manaus. E eu tenho muita alegria de ver que, nesses últimos anos, temos conseguido avanços importantes para o modelo que vivia sendo questionado, para o modelo que vivia sofrendo golpes atrás de golpes. Hoje podemos dizer que temos um modelo que não só se consolida, mas um modelo que vem sendo reconhecido como necessário e fundamental para o Brasil inteiro. Nós costumamos dizer que o nosso desafio é o maior de todos, maior do que o de qualquer outra região, porque, além de buscarmos a inclusão social e o desenvolvimento, precisamos preservar a natureza. E os governos que o Estado tem tido têm tido essa capacidade. Foi assim com o Senador, hoje Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga – e que, na posição em que está, pode, e muito, ajudar não só o Amazonas, mas ajudar toda a nossa região sem dúvida nenhuma – e com os últimos governos que passaram. Temos o Senador Omar aqui também, que, sem dúvida nenhuma, deu continuidade a essa política de reconhecimento e valorização da Zona Franca e de inclusão do interior do Estado no processo produtivo. Então, eu quero, Senadora Sandra, dizer que não tenho dúvida nenhuma de que V. Exª saberá honrar o povo brasileiro e, sobretudo, o povo amazonense, desempenhando um belo mandato aqui nesta Casa. Parabéns pelo pronunciamento, Senadora.

**A SRª SANDRA BRAGA** (PMDB – AM) – Obrigada, Senadora, pelas palavras. E quero dizer: sinta-se acompanhada, porque estarei agora ao seu lado, junto com as demais mulheres desta Casa, lutando não só pelos nossos direitos, mas para melhorar o direito de quem não tem oportunidade de ascender. Então, obrigada pelas palavras, e estaremos juntas em todos os desafios.

É importante que as mulheres participem mais ativamente de todo o processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil e que integrem as diversas instâncias decisórias, seja no setor público, seja na área privada, demonstrando, dessa forma, a sua efetiva capacidade de colaborar com o crescimento do nosso País.

Sr. Presidente, muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Valdir Raupp, com a palavra V. Exª.

*(Interrupção no som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Logo após *(Fora do microfone.)*, nós vamos fazer a leitura dos pedidos de inscrições de candidaturas – às duas Vice-Presidências, às Secretarias e às suplências do Senado Federal.

Com a palavra V. Exª.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, Srªs e Srs. Senadores, neste ano o Congresso Nacional inaugurou sua 55ª Legislatura.

O Brasil tem se tornado cada vez maior e mais complexo. Avançamos em vários aspectos. Somos um país mais justo, uma democracia consolidada, e temos um futuro que promete avanços ainda mais promissores. Entretanto, ainda temos problemas. O horizonte nos revela desafios que precisam ser enfrentados.

Este é um ano de recomeço e de esperança. Não é o momento mais apropriado para a discussão de minúcias. Tratando-se, entretanto, de recomeço e de esperança, não me ocorre ocasião mais propícia para delinear brevemente algumas questões que considero fundamentais para o futuro do nosso País. Estou seguro de que tais questões já ocupam a agenda de grande parte dos Parlamentares, e tenho a convicção de que serão tratadas com especial deferência por esta nova Legislatura do Congresso Nacional.

A primeira questão, que se reveste de importância crescente e de urgência incontornável, é a chamada reforma política. Não se trata de uma reforma única, singular ou totalizante, mas de uma série de pequenas reformas legislativas, uma série de modificações pontuais, mas significativas, que, quando somadas, resultarão em um sistema político aperfeiçoado que contemplará as reivindicações do povo brasileiro.

Na Legislatura que se encerrou, tramitaram pelas Casas do Congresso Nacional mais de uma dezena de proposições legislativas que pretendiam introduzir modificações na Constituição Federal, no Código Eleitoral, na Lei dos Partidos Políticos e na Lei das Eleições.

Houve avanços, mas ficaram aquém do necessário. Ainda deveremos discutir – e decidir – os modelos de financiamento de campanha; a reeleição para cargos do Executivo; a duração dos mandatos; a coincidência das eleições; a obrigatoriedade do voto; as coligações partidárias e o sistema eleitoral.

Há quase vinte anos, o Senado Federal constituiu uma comissão para estudar a reforma política e, em seu relatório final, tal comissão concluiu – abro aspas:

*A prioridade agora é aprovar, no Congresso Nacional, a Reforma Político-Partidária, considerada a mãe de todas as reformas. Sua implementação se faz urgente e necessária para fortalecer as instituições e consolidar a democracia no Brasil. [Fecho aspas, Sr. Presidente.]*

Isso aconteceu há vinte anos! Ao final desta legislatura, em 31 de janeiro de 2019, esperamos que essas questões estejam definitivamente superadas, pois essa é uma dívida antiga do Congresso Nacional.

A segunda questão – fundamental – é a infraestrutura. Um país é tão grande quanto sua infraestrutura permita. Um país respira, nutre-se e movimenta-se na infraestrutura que tem. É sobre ela que as pessoas vivem, a partir dela que as riquezas são produzidas, e por ela que ambas circulam. O Brasil avançou, sem dúvida, mas, se quiser continuar crescendo, gerando empregos e distribuindo as riquezas, é imprescindível que avance ainda mais.

Nossos modais de transporte não comportam o crescente volume de produtos que circulam em busca dos mercados internos e externos. O custo de nossos fretes é maior do que o de nossos concorrentes. E, como se não bastasse, milhares de vidas são perdidas, a cada ano, em nossas rodovias.

Outra questão preocupante, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é a insegurança hídrica e energética por que passamos. Nos domicílios e nas indústrias, a eletricidade movimenta as máquinas, dá vida aos sistemas eletrônicos, conecta as pessoas, espanta o frio, atenua o calor e ilumina o País.

E fundamental que a tenhamos disponível sempre que precisarmos. As geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica têm que acompanhar a demanda. Devem mesmo antecipar-lhe os passos.

Os órgãos responsáveis pelo sistema elétrico precisam trabalhar em sintonia. Devem exercer, com agilidade, suas funções de planejamento, regulação, fiscalização, operação e contabilização do sistema. E preciso planejar, sim, mas também, e principalmente, executar, executar com agilidade.

Conversei recentemente com o Ministro de Minas e Energia, Senador Eduardo Braga, e ele me dizia que vai licitar, vai lançar leilão imediatamente, talvez exclusivo, para a geração de energia solar. Talvez em dois anos possamos instalar 10 mil megawatts de energia solar. Há a energia eólica; há as usinas termelétricas que precisam ser concluídas, Jirau e Santo Antônio, que já mandam 3 mil megawatts de energia para o Brasil, para o restante do Brasil, e mandarão, em breve, de 6 mil a 7 mil megawatts; há Belo Monte, em que serão mais 8 mil megawatts. Há tantas outras usinas grandes, pequenas e médias que poderão, na soma, gerar mais 20 mil, 30 mil megawatts para abastecer o Brasil.

Com chuva ou sem chuva, os gigawatts têm que fluir pelas linhas de transmissão, têm que abastecer o Brasil.

Por último, uma questão essencial que é a segurança pública. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o Brasil é campeão em homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Em números absolutos, nenhum país nos supera. A Índia, com mais de um bilhão de habitantes, não nos faz sombra. Tivemos mais de 64 mil mortos apenas em 2012. Temos um terço das cinquenta cidades mais perigosas do mundo. Tristes números, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores!

A violência não poupa ninguém, mas tem preferências. As vítimas prediletas têm sexo, idade e endereço certos: são homens jovens, entre 15 e 29 anos, moradores das periferias de nossas cidades. Os mortos de hoje eram meninos que brincavam pelas ruas do País na virada do milênio. Eram crianças que, por falta de educação, de segurança, de oportunidades de trabalho, por falta, ou excesso, de uma coisa ou de outra, tiveram suas vidas interrompidas.

E os meninos de hoje? Esses meninos que brincam aos milhares pelas ruas de nossas cidades? Que surpresas lhes reservará o Brasil para daqui a cinco ou dez anos?

São questões que atravancam nosso caminho e que se somam ao insuprimível dilema da nossa recuperação econômica. Precisamos, com urgência, retomar o crescimento do País a nível satisfatório. Precisamos, com urgência, investir mais na educação e na saúde do nosso País.

São respostas que o Brasil ainda não encontrou na sua totalidade. Cabe a nós, Deputados e Senadores, encontrá-las, brevemente.

Que neste ano, Sr. Presidente, que se inicia, possamos avançar no sentido de construir um País melhor e encontrar respostas para as questões que dificultam o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. Que nós, Parlamentares, possamos contribuir para isso.

Como Senador do Estado de Rondônia, continuarei sempre atento a todas essas questões tanto a nível nacional como, principalmente, a nível estadual, pois são as questões relacionadas a Rondônia que constituem a essência do meu mandato parlamentar.

Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trabalharei firme, juntamente com meus pares, aqui no Senado Federal. Espero que a Câmara também dê a resposta que a sociedade almeja e espera.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais oradores inscritos, nós vamos encerrar a presente sessão e, imediatamente, convocar a continuidade da sessão preparatória.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.)*

# Ata da 3ª Reunião Preparatória, em 4 de fevereiro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros.*

*(Inicia-se a reunião às 17 horas e 50 minutos e encerra-se às 20 horas e 54 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco a 3ª Reunião Preparatória, na forma regimental. Declaro aberta a Sessão Ordinária da 55ª Legislatura.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente reunião preparatória destina-se à eleição e posse dos demais membros da Mesa do Senado Federal, que exercerão o mandato no biênio 2015/2016.

De acordo com o disposto no art. 60, §1º, do Regimento Interno, a eleição far-se-á por escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da composição da Casa.

Foi solicitado às Lideranças que formalizem junto à Mesa os nomes de seus candidatos.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira.  
Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB. Sem revisão do orador.) – À guisa de esclarecimento, indago à Presidência e à Secretaria-Geral da Mesa se a inscrição exige formulário ou se podemos fazer aqui, verbalmente.

O PSDB relembra à Casa que deve ser respeitado o critério da proporcionalidade, que inclusive tem sido observado em todas as disputas anteriores nesta Casa. Todos nós sabemos – até porque é público e notório – que houve uma disputa para a Presidência do Senado, que é também a Presidência do Congresso Nacional, uma disputa para um cargo político, a exemplo do que aconteceu na Câmara dos Deputados, em que a própria Base do Governo se dividiu e não respeitou o suposto princípio da proporcionalidade, quando o partido que ocupa a segunda bancada não acatou a decisão da bancada majoritária dentro da própria Base do Governo. Portanto, precisamos separar os dois temas, sob pena de conflagrarmos este plenário de forma desnecessária.

Estou dirigindo a V. Exª um último apelo no sentido de que possamos caminhar para aquilo que caracteriza a sua trajetória, Presidente Renan: o diálogo e o entendimento. Em todas as eleições que precederam esta, registrou-se a disputa para a Presidência, que é um cargo político – insisto –, e a Casa respeitou, para as demais funções, a proporcionalidade, que é o que o PSDB defende neste instante, apresentando já a candidatura do Senador Paulo Bauer, de Santa Catarina, honrado, digno e competente, para a 1ª Secretaria. Paulo Bauer é o nosso candidato. Ao contrário de outros Senadores e da Senadora da nossa bancada, nunca ocupou nenhum cargo na Mesa, ainda não teve nenhuma oportunidade de presidir comissões, a despeito de todo o seu talento, espírito público, competência e honradez.

Portanto, estaremos muito atentos neste instante ao que se comenta nos bastidores da Casa. E estamos, de forma pública, renovando um apelo a V. Exª para que, na condição de Líder desta Casa, de Presidente deste Senado, num Brasil que, do lado de fora, perplexo, não consegue compreender como, diante da gravidade da crise que estamos vivendo, crise hídrica, que, no Nordeste, chamamos de seca,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – ... crise energética, a Petrobras praticamente diluída em pó, crescimento econômico negativo, grave crise ética, e, há três dias, estamos vendo este Senado paralisado para discutir cargos. O PSDB não vai disputar cargos neste ambiente. Não seremos vistos pela Nação brasileira, porque temos com ela responsabilidade e vamos defender aqui sempre os interesses do povo brasileiro, como um partido que vai disputar suplência de Mesa, Secretaria de Mesa, porque isso não nos interessa.

Quero, inclusive, comunicar à Casa que o Senador José Serra, brevemente, estará apresentando uma proposta de emenda à Constituição que restringe a Mesa Diretora aos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, a exemplo de outros parlamentos mundo afora, deixando as Secretarias para serem

ocupadas por funcionários de carreira, os concursados, o extraordinário e qualificado quadro técnico que este Senado possui.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Peço um instante da tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

Para que Senadores não fiquem ocupados com funções administrativas e nós não sejamos vistos aqui, ao vivo, na TV Senado, pelo povo brasileiro como se estivéssemos brigando e disputando “carguinhos” na Mesa Diretora do Senado.

O PSDB não participa deste jogo. O PSDB tem responsabilidade com o Brasil e, sobretudo, com a gravidade deste momento, e vai trazer, com o esforço desta bancada o Senado Federal para a agenda real do Brasil, a agenda da crise, do desemprego, do ataque ao trabalhador, do aumento absurdo de tarifa de energia, das crises hídricas, da falta de energia.

Portanto, confiamos na condução serena de V. Ex<sup>a</sup>, que tem, sim – pois aqui não há criança –, capacidade e liderança para construir esse consenso, que, se não for construído, tenho certeza... E V. Ex<sup>a</sup> vai dizer, como já disse na reunião de ontem, na Presidência, que não pode impedir candidaturas avulsas.

Tenho certeza de que, a exemplo do que aconteceu na disputa entre V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Pedro Taques, na disputa entre o Senador Sarney e o Senador Randolfe, sempre que houve disputa para Presidente, esta Casa teve, sim, capacidade de se entender, como manda o bom senso, como manda a maturidade política que possuímos, para evitar o confronto desnecessário. Do contrário, só poderemos imaginar que o que se tenta fazer aqui é uma maioria desrespeitando a proporcionalidade das ruas.

A proporcionalidade que defendemos não foi inventada pela cabeça de ninguém. Essa proporcionalidade que está sendo defendida foi legitimada pelo povo brasileiro. E é esse povo que vamos defender.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Queria só dizer ao Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB, por quem – todos sabem nesta Casa – tenho grande respeito e consideração, que postergamos a eleição para a Mesa Diretora do Senado já por 48 horas. Fiz apelos a todos os partidos para que se entendam. O Parlamento caminha pelo entendimento e pela conciliação, não há jeito.

Eu próprio invoco aqui o testemunho dela. Eu liguei para a Senadora Lúcia Vânia para pedir à Senadora Lúcia Vânia que não postulasse a 1<sup>a</sup> Secretária pelo PSDB. Eu próprio me empenhei, mas não tenho como entregar o que me pede agora o Senador Cássio Cunha Lima, que eu produza, em torno das Secretarias do Senado e das Vice-Presidências, um entendimento ou uma conciliação, que foi produzida aqui no Senado, em função da Presidência, por 49 votos favoráveis e um voto branco, que pode, em última instância, ser contado também como voto favorável. Não cabe a mim.

O que cabe a mim, como Presidente do Senado, é pedir a alguém da Mesa, neste caso, o Senador Fernando Collor, que está aqui, para ler os pedidos de inscrições dos partidos.

Faço um apelo, desde logo: que os Líderes se entendam. Que se entendam. Porque só o entendimento substitui a eleição. Não havendo entendimento, não há outra maneira. Já postergamos por 48 horas a votação. Há pouco, o Senador Cássio Cunha Lima lamentou que enquanto as outras Casas do Legislativo estavam efetivamente discutindo, nós ainda estávamos aqui tentando votar.

Eu queria dizer, com relação à proposta de emenda à Constituição apresentada pelo Senador José Serra, que ele próprio defendeu junto a mim, que eu, desde logo, garanti a S. Ex<sup>a</sup>, por quem eu tenho grande consideração, o meu apoio incondicional a essa redução de secretarias, de vice-presidências e de suplências na Mesa do Senado Federal.

Contará, incondicionalmente, Senador Serra.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes que o Senador Collor anuncie os candidatos ou as chapas apresentadas...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscrição.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... as inscrições, eu gostaria de saber de V. Ex<sup>a</sup> qual foi a metodologia aplicada para a definição de coeficiente na distribuição dos partidos nos cargos da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Determinei à Secretaria-Geral da Mesa que publicasse o exercício de proporcionalidade. Como todos sabem, o Regimento recomenda no que couber. Mas é evidente que há uma preliminar. Para que os partidos façam a indicação dos candidatos em função da proporcionalidade, tem que haver um entendimento entre os Líderes, o que não está havendo – para fazer valer a proporcionalidade. Como não há esse entendimento, não há outro caminho senão fazermos a eleição.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente, vamos pelo Regimento.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente, estou com a palavra garantida?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, darei a palavra a V. Exª. Asseguro a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, a pergunta que formulo a V. Exª é se vamos discutir a maneira como será calculado o coeficiente eleitoral pelo Regimento Interno ou por aquilo que foi colocado, que recebi, sendo a base de cálculo de 11 cargos. Quero discutir a premissa; não quero chegar ainda à parte de cargo, quero a premissa. Como V. Exª mandou distribuir uma relação dos partidos de acordo com uma divisão de 11, quero formular uma questão de ordem à Mesa, Sr. Presidente, em relação a esse tema. V. Exª confirma que são 11? Então, Sr. Presidente, solicito um tempo para...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foi o critério utilizado nas últimas quatro eleições no Senado Federal.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Com a palavra V. Exª.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 58, §1º da Constituição Federal, e dos artigos 46, 59, §§1º e 2º, 60, 77, 145 e 412 do Regimento Interno do Senado, faço a questão de ordem com relação ao direito de as Bancadas participarem da composição dos cargos da Mesa segundo os critérios de proporcionalidade partidária.

Inicialmente, eu me reporto à Constituição Federal, para explicitar o regramento constitucional aplicado à composição das Mesas das Casas Legislativas do Congresso Nacional e suas comissões.

Art. 58 da Constituição brasileira:

*Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.*

*§1º – Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.*

Como V. Exª aqui colocou, “assegurada tanto quanto possível”.

Como vimos, o princípio da proporcionalidade partidária norteia toda a distribuição de vagas nos órgãos do colegiado do Poder Legislativo.

Trata-se, portanto, de matéria constitucional, que tem por princípio estabelecer critérios de prevalência da representação partidária nas várias instâncias.

Nesse quesito, o Senado Federal tenta aplicar o mandamento constitucional no funcionamento interno da Câmara, mas o faz de forma equivocada quando se refere à representação das Bancadas na Mesa Diretora, conforme demonstrarei a seguir.

Primeiro, temos que definir quais são os cargos da Mesa Diretora que estão em disputa em um primeiro momento. E essa resposta encontra-se demonstrada de forma cristalina no art. 46 do Regimento Interno.

O Regimento Interno do Senado Federal diz, no seu art. 46:

*Art. 46. A Mesa se compõe de Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários.*

*§2º Os Secretários serão substituídos, em seus impedimentos, por Suplentes em número de quatro.*

Então, a constituição da Mesa não são onze; a constituição da Mesa são exatamente sete. Já está claro. Esse é o Regimento da Casa.

A Mesa, portanto, Sr. Presidente, é uma definição que considera a sua composição segundo os seus membros titulares. E, quanto a seus cargos, eu respondo: sete – um Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários.

Tanto é assim que o art. 77 do Regimento Interno estabelece que a Comissão Diretora do Senado é constituída por membros titulares da Mesa. Ou seja, as funções deliberativas referentes à Comissão Diretora aplica-se apenas aos membros titulares, tendo os suplentes de Secretário função substitutiva.

Ainda com relação ao art. 77, o Regimento traz expressamente o quantitativo de vagas de cada uma das 12 comissões permanentes no Senado Federal, mas, em todas elas, o quantitativo refere-se aos membros titulares de cada uma.

Cito, por exemplo, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, que, segundo o Regimento, será composta por 27 membros titulares. Nesse caso, são 27 vagas sujeitas ao critério de proporcionalidade partidária. Veja que não somamos as vagas de suplentes, que são mais 27 vagas.

Esse procedimento é o que nos parece ser o correto, segundo os critérios constitucionais e regimentais. Diferente do que está ocorrendo na disputa pelos cargos da Mesa, que, ao invés de aplicar a divisão por sete membros titulares, o faz por onze, quanto ao acréscimo dos suplentes de secretários.

Outro exemplo pode ser observado quanto ao número de membros das comissões permanentes de inquérito. O art. 145 estabelece que o número de membros deve fazer parte do requerimento de criação e, claro, o critério da proporcionalidade partidária alcançará os membros titulares.

Com relação aos artigos específicos do processo de eleição da Mesa, arts. 50 e 60 do Regimento, constatamos uma repetição do Texto Constitucional, aplicada a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares, bem como o regramento sobre a ordem e a apuração dos cargos em disputa.

Por essa razão, em se tratando de matéria oriunda da Constituição Federal e tendo sido demonstrado que o critério da proporcionalidade deve ser aplicado apenas em relação aos membros titulares em todos os colegiados, requeiro que o critério, qual seja, a proporcionalidade partidária, recaia inicialmente apenas com relação aos cargos titulares da Mesa, ou seja, os sete cargos que compõem a Comissão Diretora. E não onze, como tradicionalmente vem sendo utilizado pelo Senado Federal, uma vez que tal interpretação não encontra amparo constitucional nem regimental.

Em relação aos cargos de suplentes e secretários, que seja mantida a distribuição entre os partidos já contemplados inicialmente, obedecendo, assim, o art. 412 do Regimento Interno. Trata-se, portanto, de princípios gerais do processo legislativo, em especial da preservação dos direitos da minoria, objeto de seu inciso VII, com acréscimo de outras Bancadas em idêntica situação.

É a questão de ordem que formulo a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria, antes de conceder a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, aproveitar a oportunidade para responder, rapidamente, a questão de ordem do Senador...

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia, eu já lhe darei a palavra. Só para responder, rapidamente, a questão de ordem levantada, desde ontem, pelo Senador Ronaldo Caiado.

Em resposta à questão de ordem apresentada pelo Senador Caiado acerca do procedimento adotado no cálculo da proporcionalidade partidária para distribuição e composição das vagas que constituem a Mesa Diretora do Senado Federal, esta Presidência esclarece que esse procedimento está absolutamente em consonância com a Constituição Federal e com o Regimento do Senado Federal.

Primeiramente, temos o §1º do art. 59 do Regimento do Senado Federal, que dispõe: “§1º Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares participam do Senado.”

No mesmo sentido, o art. 60 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece:

*Art. 60. A eleição dos membros da Mesa será feita em escrutínio secreto, exigida maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado e assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.*

Dessa forma, na linha do entendimento pacífico nesta Casa, repetido em eleições anteriores, esta Presidência entende que, no cálculo da proporcionalidade para a constituição da Mesa, ao adotarmos o número de 11 vagas, ou seja, 7 titulares e 4 suplentes, restam plenamente atendidos os dispositivos regimentais acima citados, os quais determinam expressamente que a proporcionalidade partidária na composição da Mesa tem que ser garantida tanto quanto possível.

Ora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se, nesse cálculo de proporcionalidade, adotássemos, Senador Aloysio Nunes Ferreira, tão somente o número de titulares, ou seja, de 7 Senadores, em vez de 11, a composição da Mesa seria ainda menos diversificada, menos plural e, conseqüentemente, menos democrática, pois menos representações partidárias participariam de sua composição.

Na verdade, a diferença fundamental entre um cálculo e o outro é que pelo menos três partidos com menos de seis Senadores deixariam de ter garantido seu assento à Mesa, enquanto os maiores partidos teriam assentos como titulares e suplentes. Embora membro do Partido com maior Bancada na Casa, que sairia inclusive beneficiado pelo critério sugerido pelo Senador Caiado – porque o PMDB, como é o maior, em sete teria uma participação maior do que conseqüentemente teria em onze, no cálculo que propõe V. Ex<sup>a</sup> –, na atual posição, eu tenho que me portar, evidentemente, como defensor dos interesses da coletividade. De outro modo, estaríamos, Senador Caiado, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, descumprindo tanto o Regimento quanto a própria Constituição Federal, que, no seu art. 58, §1º, também nos impõe que a proporcionalidade atenda, tanto quanto possível, a todos os partidos que compõem a Casa.

Sendo assim, ao considerarmos a particularidade de que a Mesa Diretora, em relação ao número de vagas, é a menor das comissões do Senado Federal, e que, ao mesmo tempo, tem uma grande responsabilidade na condução dos trabalhos legislativos e administrativos da Casa, é de rigor que façamos o esforço constitucionalmente determinado para que o maior número de representações partidárias possa ser contemplado e participe ativamente dos trabalhos da Mesa. Usar o argumento de que a proporcionalidade nas demais Comissões Permanentes leva em consideração apenas o número de titulares é fechar os olhos à realidade de que lá temos 27, 23 ou 21 membros, o que permite acomodar diferentes agremiações partidárias do Senado Federal. Mas como fazê-lo, atendendo a essas recomendações da Constituição e do Regimento, com apenas sete vagas, em vez de onze vagas? O mínimo que se pode fazer, o mínimo que se pode buscar, é levar em conta as quatro cadeiras de suplentes, a fim de garantir essa participação.

Dessa forma, em prestígio aos princípios democráticos que devem reger todas as relações neste Parlamento, alinhados com a necessidade e o dever constitucional e regimental de conferir e garantir ampla participação a todos os partidos que compõem o Senado Federal, eu infelizmente indefiro a questão de ordem formulada pelo Senador Ronaldo Caiado, uma vez que os preceitos regimentais apontados não foram violados. Senador...

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente, antes de recorrer da decisão de V. Ex<sup>a</sup>, gostaria de poder contraditar rapidamente e mostrar que quem fez esse cálculo, de maneira alguma, está atendendo à maioria dos partidos. Não procede a tese de V. Ex<sup>a</sup>. A tese de V. Ex<sup>a</sup> vem atender ao PMDB e ao PT – única e exclusivamente, são os dois partidos contemplados.

Veja bem, na distribuição com 11 vagas, quais são os partidos atingidos? O PMDB, em dois cargos; o PT, em dois cargos; o PSDB, em um cargo; o PDT ou o PSB, em um cargo; e o Democratas ou o PP em um cargo da Mesa. Se fizermos a distribuição por sete vagas, teremos a condição de atender o PMDB, com duas vagas; o PT, com uma vaga; o PSDB, com uma vaga; o PDT, com uma vaga; o PSB, com uma vaga; o Democratas, com a primeira suplência; o PP, com a segunda suplência; o PTB, com a terceira suplência; o PSD, com a quarta suplência. Esta é a verdade nua e crua!

Isto aí que foi montado...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, é...

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente, tenho o direito de poder – V. Ex<sup>a</sup> argumentou durante muito tempo –,...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu respondi...

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... baseado na questão de ordem que formulei a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu respondi a questão de ordem...

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – E assessoria fez o trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não quero discutir com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – V. Ex<sup>a</sup> sabe, de acordo com o Regimento Interno, recorro a V. Ex<sup>a</sup>, no art. 406: "Considera-se simples precedente...", veja bem, Sr. Presidente, o português aqui, "... a decisão sobre questão de ordem, só adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento". O que V. Ex<sup>a</sup> alega, para poder colocar em prática os 11, não tem respaldo regimental, porque questão de ordem, se não for incluída no Regimento, não tem força para prevalecer, porque foram acolhidas anteriormente. Então, V. Ex<sup>a</sup> não pode, de maneira alguma, por uma questão de ordem quase pessoal, querer utilizar uma metodologia que não tem respaldo regimental, conforme consta no art. 406, Sr. Presidente.

Então essa é a questão de ordem que formulo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria só lembrar, antes de indeferir o recurso do Senador Ronaldo Caiado, que isso é uma questão facilmente entendida por todos: se o partido é o maior partido, ele é maior, evidentemente, numa grandeza de sete, num universo de sete do que num universo de onze. Isso é uma coisa elementar, acaciana, não é? De modo que essa discussão, absolutamente, não tem nenhum sentido.

E um outro dado que é importante que a Casa saiba é que, de acordo com a proporcionalidade que nós distribuímos para todos os Líderes, com relação ao fato que o Senador Caiado levanta, o PMDB, o maior partido, ele ampliou a sua proporcionalidade em relação ao PSDB. O PSDB, na Legislatura passada, tinha, de acordo com a proporcionalidade, direito à terceira indicação; agora, em função do tamanho das Bancadas, de 19 para 11, o PSDB, de acordo com a proporcionalidade, tem direito à quarta indicação. Eu distribuí esses cálculos – eu distribuí esses cálculos!

Essa ordem de grandeza é a mesma coisa que o fato de que a eleição da Câmara, cujo Presidente, com mérito, ganhou com 52%, ela foi muito folgada, e a eleição do Senado, que nós ganhamos com 62%, ela foi apertada. Esse é o mesmo raciocínio, o raciocínio que V. Ex<sup>a</sup> está esposando nesta questão de ordem. E eu indefiro o recurso, porque não trata de texto constitucional, ...

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente, não é...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – ... na forma do art. 408.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente, só para concluir. Não é indeferir: eu, como Líder, tenho o direito de recorrer ao Plenário, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu indeferi.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – É o direito que o Líder tem de recorrer ao Plenário. V. Ex<sup>a</sup>, por se tratar de matéria constitucional, não pode, simplesmente, não acolher. V. Ex<sup>a</sup> pode não aceitar, mas V. Ex<sup>a</sup> não pode me tirar a prerrogativa de Líder.

E cabe a mim, exatamente, o que está aqui: “Quando se tratar de questão de ordem sobre matéria em regime de urgência nos termos do art. 336, I, com prazo de tramitação...”, como é o caso atual,...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Que não é o caso, que não é o caso!

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... V. Ex<sup>a</sup> pode indicar um relator de Plenário. Tudo bem, nós sabemos que nós estamos em uma urgência. Agora, V. Ex<sup>a</sup> não pode utilizar da prerrogativa de Presidente, para, simplesmente, indeferir e cercear o direito do Líder, porque sou Líder de cinco Senadores.

Então, Sr. Presidente, a minha Bancada não pode, simplesmente, por causa de V. Ex<sup>a</sup> dizer que a matéria não pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É que a questão de ordem...

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... ter recurso para Plenário...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup>, agora, está pedindo outra questão de ordem. É que a questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup> que foi indeferida, ela pedia a audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Hora alguma, eu disse isso, Sr. Presidente – hora alguma!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está na questão de ordem formulada.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Na questão de ordem, eu estou dizendo sobre o §3º, quando o quesito é em regime de urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Isso foi indeferido – isso foi indeferido! Agora, V. Ex<sup>a</sup> recorrer ao Plenário é democrático. Toda vez que V. Ex<sup>a</sup> recorrer ao Plenário, como Líder, será democrático.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Então, é sobre isso que eu recorro à V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Estou recorrendo à V. Ex<sup>a</sup>, então, para que nomeie – já que é o caso de urgência urgentíssima – qualquer Senador, para dar o parecer de Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós vamos consultar o Plenário.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Então, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu designo o Senador Romero Jucá para proferir parecer oral sobre a questão de ordem que foi...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (PT – PE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu designo o Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (PT – PE) – Sr. Presidente, em se tratando de matéria constitucional, eu pergunto se não teria que ir à Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu acabei de responder que não é matéria constitucional, infelizmente, Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (PT – PE) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá, só para V. Ex<sup>a</sup> – V. Ex<sup>a</sup> estava ao telefone – saber, o Senador Ronaldo Caiado levantou uma questão de ordem, pedindo a audiência da Comissão de Constituição e Justiça. Ela foi indeferida, e ele pede audiência do Plenário, para que nós tenhamos a votação do Plenário, se derruba ou mantém a decisão do Presidente do Senado Federal. Nós precisamos designar um relator de Plenário, e eu consulto V. Ex<sup>a</sup> se posso designá-lo.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Claro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

#### **PARECER Nº 2, DE 2015–PLEN**

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou fazer uma observação.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. Há uma hora que eu estou aqui pedindo pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Eu estou com a palavra.

Sr. Presidente, nós estamos aqui discutindo a questão da eleição da Mesa do Senado. A Mesa do Senado é constituída de Presidência e Vice-Presidências, Secretarias e Suplências de Secretarias. O raciocínio é um só: há uma unicidade de eleição.

Portanto, é uma única chapa, é uma única eleição de 11 membros. A proporcionalidade deve ser feita em cima de 11 membros. Do contrário, a prevalecer o raciocínio do Senador Caiado, nós teríamos que ter um cálculo de proporcionalidade para Presidência e Vice-Presidências, um cálculo de proporcionalidade para as Secretarias e um cálculo de proporcionalidade para as Suplências – não é o caso.

Todos fazem parte da mesma Mesa, até porque o Suplente só atua na hora em que o Secretário não está presente. Portanto, não se pode quebrar o cálculo da proporcionalidade, que é feito sobre 11 vagas. Esse é o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero reconhecer que o Senador Romero estava, realmente, falando ao telefone. Realmente, não entendeu em nada a argumentação e muito menos o que o Regimento diz, mas eu o respeito e vou recorrer dessa decisão ao Poder Judiciário, para que nós possamos, a partir de agora, Sr. Presidente, fazer prevalecer o Regimento.

Eu pergunto: isto que está aqui passa a ser letra morta? Porque V. Ex<sup>a</sup> indefere, eu peço recurso ao Plenário, o Regimento Interno diz que os membros são Presidente, Vice-Presidente e Secretários, e o Senador Romero vem e diz que inclui os Suplentes. Então, quer dizer, ele tem o poder pessoal aqui – eu tenho que acolher essa decisão – de dizer que hoje o Suplente é membro titular da Mesa, o que não consta no Regimento.

Então, nós precisamos chegar a um ponto que eu vou dizer a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> foi eleito Presidente da Casa, cabe a nós todos respeitar a decisão. Agora, Sr. Presidente, se a estruturação de uma eleição for dessa maneira, atropelar Regimento, desrespeitar coeficiente eleitoral e, cada vez mais, fazer com que a chapa ganhadora da Presidência venha como um trator e passe sobre todos os partidos minoritários da Casa, vai ser muito difícil V. Ex<sup>a</sup> levar adiante essas sessões.

Eu posso garantir a V. Ex<sup>a</sup> que o meu espírito é, mais do que nunca, conciliador. Eu disse a V. Ex<sup>a</sup> que apenas quatro partidos não teriam representação na Mesa: os partidos que têm apenas um Senador. Na proposta que nós apresentamos a V. Ex<sup>a</sup>, todos os partidos poderiam ter assento à Mesa até quatro Senadores.

E um ponto mais, Sr. Presidente, quando diz que serão levantados aqui na Mesa e serão lidos pelo Presidente Collor aqueles nomes que serão candidatos à vaga, o que está ocorrendo aqui é que a Mesa está fomentando a discórdia e o desrespeito à hegemonia partidária. A partir de agora, o que nós estamos vendo é uma verdadeira desestruturação dos partidos, porque, se o Presidente tivesse uma visão conciliadora, neste momento ele chamaria os Líderes e aquele nome indicado pelo partido seria votado na Casa, independentemente de o partido ter um nome avulso. É direito do Parlamentar ter a candidatura avulsa,...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É isso que nós vamos fazer.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... mas todos nós poderíamos fazer o acordo de Liderança e votarmos apenas nos candidatos...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É isto que nós vamos fazer: submeter a voto, porque não houve acordo.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... apresentados pelos partidos.

Esta é a posição do Democratas: o Democratas cede à posição dele ao PP e o Democratas vai votar naqueles candidatos que forem apresentados pelos partidos políticos para compor aquilo que se chama Mesa Diretora desta Casa. Do contrário, vai ser um esfacelamento completo, a desautorização dos Líderes. É importante, e eu chamo a atenção de V. Ex<sup>a</sup>: V. Ex<sup>a</sup> está desautorizando os Líderes partidários; V. Ex<sup>a</sup> está criando uma rebelião nesta Casa.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – E, a partir de agora, eu não sei como V. Ex<sup>a</sup> vai fazer reunião da Mesa Diretora, desculpe, da Mesa de Líderes, para deliberar sobre matéria.

Se a maneira de se comportar de V. Ex<sup>a</sup> continuar dessa maneira, V. Ex<sup>a</sup> vai criar uma dificuldade de fazer pauta na Casa. É esse o alerta que faço, porque nós, Líderes, se formos atropelados aqui, não há mais ambiente para nós sentarmos, para deliberarmos sobre matérias importantes e relevantes no momento em que o Brasil vive a maior crise do governabilidade, não é da Petrobras, é da Presidente da República, que não tem credibilidade hoje para governar este País.

É o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria, antes de tomar o voto dos Senadores, mais uma vez, enfatizar que, aqui na Presidência do Senado Federal, nós estaremos sempre agindo na forma do Regimento, da Constituição e de maneira coletiva – coletiva!

Agora há pouco, o Senador Caiado pediu para consultar o Plenário, e vamos fazê-lo. Com relação à questão de ordem que foi indeferida pelo Presidente da Casa, eu consulto os Srs. Senadores.

Os Senadores que mantêm a decisão da Presidência e confirmam o parecer do Senador Romero Jucá permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos do Senador Ronaldo Caiado, Senador Cássio Cunha Lima, Senador José Agripino, Senador Capiberibe, Senador Anastasia, Senadora Lídice da Mata, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Tasso Jereissati, Senador Aécio Neves, Senador Paulo Bauer e Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E outros Srs. Senadores.

Com a palavra...

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Verificação, Sr. Presidente. Verificação de votação, Sr. Presidente, prerrogativa minha da Liderança.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador está pedindo verificação, com o apoio de outros Srs. Senadores. E nós deferimos a verificação, e vamos tomar o voto, de acordo com a ordem de chamada por Senador de cada Estado. Se os senhores preferirem votar no painel...

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Painel.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Painel.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, prepare o painel.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (PT – PE) – Sr. Presidente, o PT vota “sim”, com o parecer do Senador Romero Jucá.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB – CE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB – CE) – Sr. Presidente, embora o PMDB, pelo critério que o Senador Caiado deseja, seja beneficiado para ampliar a representação nesta Casa e na Mesa, comandada por V. Ex<sup>a</sup>, o PMDB encaminha favoravelmente ao parecer do Senador Romero Jucá e pede aos seus pares que o acompanhem.

**O SR. OMAR AZIZ** (PSD – AM) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu peço que abram o painel.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – O PSDB...

**O SR. OMAR AZIZ** (PSD – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – O PSDB, Sr. Presidente, encaminha contra o parecer do Senador Romero por um princípio de coerência. Ao mesmo tempo em que o argumento que é usado para defender a participação na Mesa de um número maior de partidos, fazendo uma leitura mais elástica do Regimento... Se fôssemos cumprir o Regimento de forma estrita, o cálculo para a proporcionalidade das vagas deveria ser em torno dos sete membros da Mesa. O Regimento é claríssimo, não há dúvida, não precisa ser nem constitucionista nem jurista para ler o Regimento...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – ... e entender que o cálculo básico são sete Senadores. A tradição tem feito uma análise mais elástica do Regimento incluindo os suplentes, para que seja feito o cálculo em torno de onze Senadores, sob o argumento legítimo de que, dessa forma, partidos outros participarão da Mesa, o que me parece razoável. Porém, o argumento cai por terra por parte do PMDB, do PT, da Base do Governo, quando usam esse argumento para defender a participação de outras legendas na Mesa, mas, em poucos instantes, disputarão para fazer valer sua maioria.

E haverá consequências políticas nisso, inevitavelmente, e o Brasil vai acompanhar. Nós vamos revelar, vamos colocar luz em torno desse movimento político. Será colocada luz em torno do movimento político que está acontecendo, neste instante, no Senado Federal. Isto aqui não é uma caixa-preta, não se fazem mais as coisas às escondidas. E vamos colocar, em nome do povo brasileiro, luz na manobra que está sendo feita neste instante, que não é para hoje; é uma preparação para consequência de atos que estarão por vir. E vamos colocar luz, vamos fazer o debate político com a altivez que o momento brasileiro exige.

O PSDB encaminha contra o parecer do Senador Romero, por uma razão simples, por coerência, porque, da mesma forma que se defende a participação de partidos menores, esses mesmos partidos menores vão para a disputa para usar a maioria que se forma no Governo para tentar retirar o princípio da proporcionalidade. Tudo, menos o exagero do argumento, Sr. Presidente.

O PSDB vota contra o parecer do Senador Romero.

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT – RO) – Só para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa para, por favor, habilitar o painel.

E alguém mais deseja posicionar as suas Bancadas?

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT – RO) – Sr. Presidente, para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Acir.

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT – RO) – O PDT encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PDT encaminha voto “sim”.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu estou esperando para falar pela ordem aqui há duas horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia, eu concedo a palavra... Se algum Líder não... Senadora Lúcia Vânia, eu concedo a palavra a V. Exª e, em seguida, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. E os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras já podem votar. Em seguida, o Senador Aécio Neves.

**O SR. GLADSON CAMELI** (Bloco Democracia Participativa/PP – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quem vota a favor do Senador Romero Jucá vota “sim” ou vota “não”?

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu gostaria de ter...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia, com a palavra V. Exª.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de ter de V. Exª uma explicação, porque não ficou muito claro para mim quando V. Exª disse que eu estaria dificultando a resolução da 1ª Secretaria. Eu não entendi bem isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, absolutamente. Eu disse que eu havia conversado com todos os Senadores, com todos os Líderes para que retirassem qualquer postulação, inclusive com V. Exª, para quem cheguei a telefonar duas vezes, para que V. Exª não disputasse – fiz esse apelo –, para que não houvesse duplicidade de candidatura no PSDB.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Eu quero deixar bem claro, Sr. Presidente, que a decisão de não postular, de não buscar a votação avulsa foi tratada internamente dentro do Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu, mais uma vez, queria elogiar V. Exª e dizer que eu jamais, jamais, pensei que pudesse estar – não é verdade o noticiário – influenciando na decisão de V. Exª tanto na eleição, quanto internamente no PSDB.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não vou repisar os argumentos constitucionais e regimentais que estamos agora tentando elucidar, mas eu quero abordar a questão política. Esse é o fundo da questão.

O fato, Sr. Presidente, é que estamos aqui já no terceiro dia de reuniões preparatórias. Esta mesa foi enfeitada com buquês de flores, as flores feneceram, as flores foram retiradas, e nós aqui estamos enredados, paralisados por uma espécie de cretinismo parlamentar em torno de questões de ocupação de cargo disso, daquilo, de suplência da Mesa e de outras questões adjetivas.

V. Exª lembrou, Sr. Presidente, que, nesses dias em que a votação foi adiada, houve consultas, houve tratativas e que V. Exª permitiu que houvesse tempo para isso. É verdade, houve tratativas e consultas, mas, ao longo dessas tratativas e dessas consultas, o que se fez foi tramar uma manobra, foi constituir um bloco de forças políticas nesta Casa com o objetivo de excluir da Mesa Diretora o meu Partido, o PSDB, e o Partido Socialista Brasileiro. Isso foi o que se fez, no fundo, nesses dois dias. Não se discutiu a 4ª Secretaria, não, não. Discutiu-se uma forma de arremessar forças políticas – não sei quem fez isso, mas alguém liderou esse processo – para excluir o PSDB e o PSB da Mesa. Deve haver uma questão política muito grave para isso, porque não se excluem dois Partidos da Mesa Diretora assim, como se fosse uma brincadeira. Houve uma questão política grave que condicionou e que explica esse comportamento de algumas forças políticas.

Digo a V. Exª que procurei o Líder Humberto Costa – encontrei com ele. Humberto Costa é um homem veraz, tenho respeito por ele. E perguntei a ele o que estava acontecendo e se era verdade, realmente, que o Partido dele, o PT, estava dentro dessa articulação para nos excluir da Mesa. O Líder Humberto Costa me disse o seguinte – e quero dizer publicamente, porque não se trata de um assunto de intimidade, mas de uma questão política grave –: “Eu não tive alternativa; não nos deixaram alternativa”.

Quem é que não deixa alternativa a uma Bancada de 13 valorosos Senadores? Quem é que coloca contra a parede um Partido do vigor e da força do Partido que tem a Presidência da República e que tem Senadores do valor, da competência e da independência de pensamento e de conduta do PT?

É uma questão que precisa ser resolvida, Sr. Presidente. O Senado não pode viver debaixo dessa cúpula como se ela não fosse devassada pela opinião pública. Ela é, sim, devassada pela opinião pública.

De modo que coloco esta questão política: a que interesse serve esta manobra política que coloca o segundo Partido desta Casa contra a parede, sem alternativa, na palavra do seu Líder, e coloca a nós do PSDB e do PSB fora da Mesa?

Não estou aqui para discutir a questão do cargo, é de menos isso, Sr. Presidente. Nós não estamos interessados em nomear ninguém para cargo nenhum. A nossa questão é política. Está em curso um processo político grave que, a partir desta Casa, poderá ter repercussões mais sérias ainda para a respeitabilidade da vida política brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do art. 14, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (PT – PE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer, em primeiro lugar, que sou o primeiro signatário da apresentação desta chapa. Portanto, fiz a opção política – e o meu Partido fez a opção política – aqui, nesta Casa, de respaldar essa composição.

Todos sabem que defendo permanentemente a visão de que o cumprimento estrito da proporcionalidade é o melhor caminho, ainda que, no nosso Regimento e na Constituição, se fale em sempre que possível. E o sempre que possível diz respeito exatamente à política. Nós fizemos uma opção política de estar com os Líderes e com os Partidos que não somente são parte da Base de composição do Governo, mas que estiveram com a candidatura de V. Ex<sup>a</sup>. Portanto, aqui, não fizemos nenhum ato constrangido. Gostaríamos que fosse a proporcionalidade no sentido estrito, mas ela não foi possível.

E isso também não é nenhum crime, primeiro, porque, domingo passado, o Partido dos Trabalhadores foi excluído da Mesa da Câmara dos Deputados. Uma reles suplência não lhe foi dada pelo fato de ter havido uma candidatura alternativa, e nós não estamos a choramingar nos cantos dos plenários por conta disso.

S. Ex<sup>a</sup>, nosso companheiro respeitado, por quem temos grande apreço, o Senador Aécio Neves, por exemplo, teve o apoio do PT quando foi candidato à Presidência da Câmara dos Deputados, e a maior Bancada era o PFL, que tinha um candidato, Inocêncio Oliveira. Da mesma forma, na disputa entre Eduardo Magalhães e José Genoíno, na Câmara, que foi nosso candidato avulso, na hora da composição das comissões e da Mesa, nós ficamos fora, porque havíamos feito uma opção política.

É óbvio que nós gostaríamos de ter todos, mas, neste momento, impunha-se essa posição. E foi por isso que nós conversamos na nossa Bancada e que vamos votar nesta chapa como um todo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – Pela ordem.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, art. 14, se V. Ex<sup>a</sup> puder – já tinha anunciado, inclusive, que eu falaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, na forma do art. 14.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, algo de muito grave está acontecendo aqui hoje, e é fundamental que os Srs. Parlamentares e a sociedade brasileira saibam aquilo que está sendo construído e busquem compreender as suas razões.

Somos, Senador Renan Calheiros, homens públicos experientes. Recebi, com muito prazer, V. Ex<sup>a</sup> no meu gabinete, poucas horas antes da votação que o consagrou, mais uma vez, Presidente desta Casa. Disse-lhe, com todas as letras, inclusive na condição de Presidente Nacional do PSDB, e é nessa condição que também me dirijo a V. Ex<sup>a</sup>, que votaríamos com o Senador Luiz Henrique; e V. Ex<sup>a</sup> compreendeu. Disse ainda a V. Ex<sup>a</sup>, na presença do Senador Jucá, que o acompanhava, que V. Ex<sup>a</sup> tinha uma oportunidade única de iniciar esta nova Legislatura buscando respeitar a democracia interna, olhando para o sentimento da sociedade brasileira, percebendo que aquilo que esperam de nós é muito mais do que essa funesta disputa por espaços administrativos na Casa.

Senador Renan Calheiros, lamentavelmente, eu tenho que dizer que V. Ex<sup>a</sup> me surpreendeu e surpreendeu negativamente. Falo com todo o respeito. O que está aqui sendo construído é uma articulação – que certamente não ocorreria sem o beneplácito, sem a concordância pelo menos, de V. Ex<sup>a</sup> – de excluir da Mesa Diretora do Senado Federal os Partidos que não sufragaram o seu nome na eleição para a Presidência.

Sabemos todos, Senador Renan Calheiros, que a eleição para a Presidência é uma disputa política. E V. Ex<sup>a</sup> compreendeu lá, de forma muito clara, a nossa posição, como compreendeu dois anos atrás, quando apoiamos a candidatura do Senador Pedro Taques, e, quando, da mesma forma, apoiamos a candidatura do Senador Randolfe dois anos antes. Fizemos isso para manifestar a nossa discordância em relação à condução da Casa em relação à independência que ela não alcançava. Essa é a grande verdade. Isso acontece corriqueiramente no Parlamento, e obviamente essa questão não pode ser transferida para os cargos administrativos desta Casa.

Eu corrijo, com enorme respeito, uma informação equivocada do Líder do PT, Humberto Costa, que disse que, quando disputei a Presidência da Câmara dos Deputados, não tinha a maior Bancada e tive o apoio do PT. Duas informações desencontradas. Era, sim, o representante do maior bloco partidário, já que a aliança nossa era com o PTB naquela época, o que me fez o candidato da proporcionalidade.

Mas nem por isso, Senador Humberto Costa, o seu companheiro de partido, hoje Ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, deixou de disputar. Disputou comigo, teve 90 votos. Foram nove candidatos. Ganhei no 1º turno. O meu primeiro gesto foi garantir a composição da Mesa da Câmara dos Deputados, respeitando a proporcionalidade.

Se houve lá algo que incomoda V. Ex<sup>a</sup> – o PT ter ficado em uma suplência –, se houve algum equívoco – não conheço em profundidade essa distribuição dos cargos na Câmara –, não podemos trazer esse equívoco para o Senado Federal.

Permita-me, Senador Renan Calheiros, não se trata – como disse V. Ex<sup>a</sup> agora há pouco – de candidaturas avulsas que a Mesa da Câmara e V. Ex<sup>a</sup> não podem inibir. Não é isso que aqui está em jogo. Tanto que as candidaturas avulsas buscam exatamente retirar da Mesa Diretora o PSDB e o PSB, violentando uma proporcionalidade, que nós não alcançamos aqui pela benevolência de V. Ex<sup>a</sup> ou de quem quer que seja. Alcançamos, a partir dos votos que os Parlamentares do PSDB obtiveram nas urnas nas duas últimas eleições.

O que se trata, Presidente Renan Calheiros, é de que V. Ex<sup>a</sup> opta por constituir uma Mesa Diretora com aqueles que o apoiaram na última eleição. Lamentavelmente – e digo isso ao Brasil que esperava de nós aqui um tratamento de questões relevantes –, se engendrada essa grande articulação, lamentavelmente, Presidente Renan Calheiros, V. Ex<sup>a</sup> deixará de ser o Presidente de toda esta Casa e será o presidente daqueles que o apoiaram.

É um gesto de violência inusitado nesta Casa, sem precedentes. E que fique aqui muito claro, neste instante. Em nome dos companheiros do PSDB, da brava companheira Lúcia Vânia, desprendida, que aceitou uma ponderação da Bancada, que nunca duvidou do seu voto e retirou o seu nome, quero dizer que não haverá disputa, Senador Renan Calheiros. Não haverá disputa, porque o PSDB, se apresentado um outro nome que desrespeite a proporcionalidade para a 1ª Secretaria, o PSDB se retirará dessa disputa e deixará claro que V. Ex<sup>a</sup> governará com aqueles que o apoiaram – dignos Parlamentares, honrados Parlamentares –, mas perde a oportunidade histórica de reconciliar o Senado Federal com a sociedade brasileira.

Deus lhe deu, Senador Renan, inúmeras oportunidades na vida e agora mais uma que, lamentavelmente, V. Ex<sup>a</sup> joga fora. Não espere das oposições a compreensão que nós tivemos ao longo destes últimos anos, quando solicitados por V. Ex<sup>a</sup>. O que nós aqui buscamos é o respeito à proporcionalidade, é a representação que nós alcançamos pelo voto dos brasileiros.

Não nos interessa ter cargos na Mesa, mas essa proporcionalidade é fundamental para o bom andamento das relações entre Parlamentares. Estamos numa Casa que dialoga, onde as pessoas se comunicam, e V. Ex<sup>a</sup>, lamentavelmente, neste momento, não se coloca à altura da Casa de Rui Barbosa, ao optar por ser Presidente dos 62% que lideram o seu voto.

Portanto, Senador Renan Calheiros, ao final, peço uma reflexão, porque não se trata – e fique aqui muito claro – de candidaturas avulsas, isoladas, mas de uma chapa construída sob os auspícios da Mesa Diretora e de V. Ex<sup>a</sup>, que pune a proporcionalidade, alija aqueles que tiveram uma posição contrária à de V. Ex<sup>a</sup>, não respeita a democracia interna.

Hoje, Presidente Renan Calheiros, se engendrada essa articulação, infelizmente viveremos mais uma triste tarde nesta Casa e, em nome do PSDB, com a licença do Líder Cássio Cunha Lima, em nome do bravo Senador Paulo Bauer, nome indicado com todos os méritos para participar da Mesa Diretora, e da Senadora Lúcia Vânia, assim como de nossos demais Pares, nós não disputaremos esse cargo e que V. Ex<sup>a</sup> governe, se achar que isso é melhor para o País, com aqueles que o elegeram.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria só lembrar ao Senador Aécio Neves duas coisas: primeira, é verdade que eu fiz questão de ir ao seu gabinete para conversarmos como sempre conver-

samos; segunda, eu posterguei até hoje a eleição da Mesa Diretora do Senado Federal, por falta de acordo e de entendimento entre os Líderes. Quem escreve a chapa não é o Presidente. Quem escreve a chapa são os Líderes.

Em terceiro lugar, quem perdeu a oportunidade que Deus deu não fui eu não. Acho que V. Ex<sup>a</sup>, ao dizer que eu estou perdendo a oportunidade que Deus me deu, está redundantemente errando.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente...

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Discordo profundamente, Senador Renan, de V. Ex<sup>a</sup>. Não haveria o lançamento de candidaturas avulsas nos cargos dos que não votaram em V. Ex<sup>a</sup> se não houvesse obviamente a concordância de V. Ex<sup>a</sup> e do seu Partido, que subscreve essas indicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu não sou Líder. Sou Presidente do Senado.

Senador José Agripino

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que V. Ex<sup>a</sup> e esta Casa reconhecem que talvez hoje eu seja o mais antigo Senador com assento nesta Casa. Este é o meu quarto mandato e, ao lado de Sarney, de Pedro Simon, dividi aqui, com S. Ex<sup>as</sup>, o lugar de mais antigo na Casa. Eu não me julgo velho, mas este é meu quarto mandato e tenho muitos quilômetros rodados, muita experiência vividas aqui.

Fui Presidente da CCJ, da Comissão de Infraestrutura, Líder por muitos anos, sou substituído por este bravo companheiro Ronaldo Caiado e tive oportunidade de disputar a Presidência da Casa com V. Ex<sup>a</sup>.

E, aqui, quero lembrar o que aconteceu depois da eleição: tive 28 votos, lembrei-me, e V. Ex<sup>a</sup> teve todos os restantes. Lembro-me de que, derrotado, fui à sala da Presidência e, com V. Ex<sup>a</sup> eleito Presidente, fizemos a distribuição dos cargos. Lembro-me bem da Liderança que V. Ex<sup>a</sup>, Presidente eleito, exerceu, ao conciliar divergências, estabelecendo critério da proporcionalidade como o norte a perseguir. Agiu com maestria e com determinação. V. Ex<sup>a</sup> tinha consciência, como tenho, de que esta é uma Casa colegiada, mas o poder se concentra, fundamentalmente, no Presidente; todas as honras são para o Presidente. Os Vice-Presidentes, os Secretários exercem funções administrativas, mas o poder é do Presidente. E, naquela oportunidade, o Presidente exerceu o seu poder promovendo a conciliação e estabelecendo a chapa, mediante a proporcionalidade que aqui foi feita.

Esta é uma Casa colegiada onde o primeiro ato de eleição, que é a eleição da Mesa, traduz o Colégio: quem tem 19 votos, quem tem 13 votos, quem tem 11 votos faz as escolhas progressivamente, e a eleição é feita. Quem tem 13 votos faz, digamos, a segunda escolha, ou faz a terceira escolha. Quem tem 11 votos, faz a quarta escolha, mas não tem votos para ganhar, ganha com o voto de todos, daí a intenção do órgão colegiado de eleger uma chapa onde a convivência com o Presidente e com o Plenário é a palavra de ordem. O que é que está se quebrando? Não conheço a chapa, mas tenho medo, Presidente Renan, companheiros Senadores e Senadoras, tenho medo de alguém que represente o partido que tem 11 Senadores, que vai votar no Vice-Presidente, primeiro, no Vice-Presidente, segundo, que não tem todos os votos da Casa, mas vai ter os votos de quem tem 11, se apresentar como candidato e ser derrotado por alguém que tenha quatro votos, porque quem tem quatro votos trouxe os votos dos restantes de um bloco e o derrotou, derrotando mais do que uma candidatura, derrotando o princípio do órgão colegiado e da boa convivência.

Eu tenho a obrigação de fazer este alerta porque aqui o meu Líder Ronaldo Caiado colocou uma coisa que me parece muito grave: que é a perda da capacidade de nos sentarmos à mesa para enfrentar o que está por vir. O Brasil vive hoje uma crise econômica, uma crise política e uma crise social que amanhã vai ser maior do que a de hoje, mas a de hoje já é muito grande, e, se nós não tivermos os princípios da convivência estabelecidos no Congresso Nacional, vai ser muito mais difícil superar a crise.

Eu falo com patriotismo, eu falo com o coração aberto e falo como, talvez, o decano desta Casa, fazendo o apelo para que a proporcionalidade exercida em tantas eleições, como eu assisti, seja mais uma vez exercida. Eu tenho certeza de que os partidos majoritários – eu conversei com os Líderes – desejam que o órgão colegiado continue colegiado e que a proporcionalidade seja respeitada, em nome da boa convivência e do interesse nacional.

Esse, portanto, é de forma até, diria, elegante, pacífica...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino, se este é o estado de espírito dos Líderes, se os Líderes concordam com a decisão colegiada, muito melhor, nós vamos fazer a eleição no painel com chapa única, com o entendimento, com a conciliação, com o acordo de todos os Líderes.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – E com a participação do Presidente, como houve em eleições passadas com a indução

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Prudentemente, eu posterguei 48 horas para o entendimento. Eu não sei ainda que chapa os Líderes inscreveram.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – O que nós pedimos é que o Presidente exerça o seu papel, como o exerceu em várias outras montagens de chapa, e que não paire dúvida sobre se A ou B está estimulando a cizânia, estimulando a candidatura de alguém que representa quatro Senadores tentar derrotar alguém que representa onze Senadores. Aí se terá quebrado o princípio da proporcionalidade e se terá quebrado, a reboque, a capacidade de diálogo entre as pessoas, que é o que interessa ao Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria só dizer mais uma vez ao nosso querido Senador José Agripino que, se dependesse de mim, se eu pudesse interpretar e se fosse permitido ao Presidente inscrever uma chapa, eu inscreveria uma chapa de consenso absoluto entre todos os partidos, mas essa tarefa não é minha, é dos Líderes partidários. Se não houver acordo, não há outra solução senão colhermos os votos dos Senadores.

Qual Presidente do Senado Federal estaria aqui estimulando a discórdia, a divergência entre os partidos? Essa seria uma coisa primária, elementar na política. Quero o entendimento, a conciliação, o consenso, mas este terá que ser produto de um acordo entre os Líderes. Os Líderes precisam se entender. Já postergamos a eleição por 48 horas. Vamos fazê-la por absoluta...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata, por favor. Em seguida o Senador Tasso Jereissati.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, V. Exª está presidindo, sem dúvida nenhuma, uma sessão tensa, porque o que se pretende fazer aqui é do conhecimento de todos: se V. Exª não sabe qual é a chapa certamente será o último a saber, como diz o ditado, porque quase todos os Senadores que estão aqui presentes já têm conhecimento da chapa, infelizmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Veja como é difícil: uns me acusam de ser poderoso;...

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – Como é difícil! Por isso estou até solidária com V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – ... outros, de desconhecer as informações.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – Não, não estou acusando V. Exª de nada, pelo contrário.

Quero dizer, no entanto, Sr. Presidente, que o PSB recebeu a informação de que houve uma decisão de impedir a participação do PSB na Mesa. Significa cassar do nosso partido o direito à proporcionalidade que ele tem na medida em que elegeu 6 Senadores para esta Casa. E, de repente, transformou-se num sofisma a discussão da proporcionalidade. Não, rompeu-se a proporcionalidade, porque se apresentou uma candidatura que era do PMDB para disputar também com um candidato do PMDB. Já ouvi argumentos deste tipo. Esses argumentos não representam quem quer seriamente analisar o conceito de proporcionalidade e entenderá que não é isso.

Quero lamentar um fato, de maneira especial, absolutamente de maneira especial. O Senador Aloysio trouxe a informação de que essa decisão teria o apoio do PT constrangido. O Líder do PT, meu querido amigo, pessoa que além de respeitar tenho afeto, com quem temos causas comuns a defender e defendendo neste plenário, para minha surpresa, disse que não foi constrangido, que foi uma decisão política.

Portanto, eu fico constrangida, Sr. Presidente, com essa declaração, porque o PT não tem constrangimento em cassar um Partido que, em 1946, foi constituído e só foi cassado pela ditadura militar. O PT declarou não ter constrangimento em cassar a presença na Mesa do Partido que deu a Vice-Presidência à primeira chapa que o PT apresentou ao País, com Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, e com o Senador Bisol a Vice-Presidente. O PT não tem constrangimento, portanto, em cassar o PSB, que já teve um Senador cassado nesta Casa sob a acusação de R\$26,00 gastos, Senador este que foi pelo povo trazido de volta, tendo conquistado na Justiça o seu direito de estar aqui. Foi cassado duas vezes pelo arbítrio! O PSB será cassado pela terceira vez, sem o constrangimento do PT.

Eu quero dizer que sinto muito, fico muito sentida, porque, quando votei em Lula, todas as vezes, não votei imaginando o cargo que eu teria lá. Quando votei em Dilma, na primeira vez, não votei imaginando o cargo que eu teria nos Ministérios de Dilma. Quando votei agora, contra a decisão do meu Partido, não votei pensando nos cargos que eu viria a ter, até porque não os tenho.

Quando estamos aqui discutindo a proporcionalidade, Sr. Presidente, não posso aceitar a não solidariedade em função de não perder o seu cargo na Mesa. Isso é o que significa cretinismo parlamentar nos clássicos do marxismo/ lenilismo, é a absorção exatamente dos valores que a classe, a elite política no poder tem.

O Partido, portanto, renuncia a um de seus princípios elementares na hora em que assina uma chapa, em primeiro lugar, para se garantir, cortando a cabeça de um Partido com a história política do PSB. E não adianta balançarem a cabeça aqui, não, porque todos sabem que houve uma reunião anterior a esta sessão, que os líderes debateram essa questão, que os líderes exigiram a saída do PSB. E por que a saída do PSB?

Porque o PSB foi o Partido que ousou apresentar a chapa, o nome daquele que concorreria à chapa com V. Ex<sup>a</sup>. Ora, eu própria fui quem a apresentei. É minha a culpa. Punam-me, não o meu Partido! Punam-me! Tirem o que os senhores acharem que podem tirar, mas não punam o meu Partido!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Isso é um episódio superado, Senadora Lídice.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – Não é episódio superado na medida...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pelo menos da minha parte.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – ...em que ele continua sendo motivador da articulação de uma candidatura para concorrer com a candidatura do Senador Valadares, para impedir que o PSB esteja na Mesa. Eu quero lamentar esse fato.

Não construímos a nossa carreira política, o PSB não construiu a sua história se vergando. O PSB permanecerá aqui, no Senado Federal, com cargo ou sem cargo, defendendo suas bandeiras históricas. Eu, inclusive, tenho muitos defeitos, mas ainda não tenho o defeito da covardia.

Acho, portanto, Sr. Presidente, que nós estamos aqui protagonizando hoje uma tarde, uma noite lamentável para a história do Senado Federal, sem dúvida alguma, com o arrepio de tudo o que se pode dizer de uma convivência tranquila, criada em princípios éticos, que é o que nós estamos aqui hoje rompendo. Eu não reconheço o Partido do qual fui aliada por tantos anos, denunciando os abusos do poder, denunciando aqueles que se candidatavam em torno de cargos, denunciando, portanto, tudo isso que aqui, neste momento, as pessoas estão debatendo e disputando.

Nós percebemos já o circo que está armado para tirar a presença do PSB. Sendo assim, a chapa é tão claramente montada com esse objetivo, que nem tiveram o cuidado de fazer com que houvesse pluralidade de Estados. É uma chapa em que um único Estado tem três membros representados. O desejo era tanto de tirar o nosso Partido, que isso não foi sequer pensado.

Então, Sr. Presidente, nós não vamos partilhar de algo que se assemelha a uma farsa, porque é uma tragédia o que está sendo feito no Senado Federal. Eu não posso, inclusive tendo sido a Senadora que aqui anunciou uma posição, que teve a ousadia... É uma bobagem! Reconheço que é uma bobagem. Peço ao povo da Bahia desculpas, porque não compreendi que aqui as regras eram tantas e tão claramente e metodicamente impostas, que eu podia aqui me comportar como me comporto lá, com ousadia, com rebeldia, com uma história que construí dessa forma.

E, por isso, recebi os mais de três milhões de votos do povo da minha terra.

Eu faço uma autocrítica. Aqui, o jogo é outro, meus amigos e amigas da Bahia que estão nos assistindo neste momento. Aqui, é o vale-tudo. Aqui, não é permitido um pensamento diferente, dissonante, uma ação dissonante, porque a vingança virá e será cruel. Virá essa, e virão outras, Sr. Presidente. Nós não arredaremos o pé das nossas posições.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – Quero dizer ao PT também que não será essa sua posição que vai mudar ou modificar a posição do PSB sobre o Governo ou sobre qualquer coisa. Nós não tomaremos nossas posições em torno do número de cargos que possamos ter no Congresso Nacional.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito bem!

Senador Tasso Jereissati, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Sr. Presidente, eu desejo usar da palavra, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar da palavra. Eu gostaria de...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Tasso Jereissati está com a palavra.

Senador Tasso Jereissati, V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Sem revisão do orador.) – Deseja falar, Presidente? *(Pausa.)*

Presidente Renan Calheiros, eu gostaria de lamentar que meu primeiro pronunciamento no retorno a esta Casa, em que eu estive durante oito anos, seja feito em uma tarde como esta. Quero lamentar profundamente o que está acontecendo aqui hoje.

Nesses quatro anos, a gente convive com a opinião pública, com o povo brasileiro no dia a dia, e eu imagino a decepção de toda a população brasileira ao assistir a esta sessão e ao ver o Brasil entrando em recessão.

As medidas mais duras possíveis de corte de gastos do Governo Federal e dos Estados estão por acontecer. Os direitos previdenciários, os direitos de pensão e até, talvez, pelo que a gente vê, os direitos trabalhistas estão sendo cortados.

Os impostos estão aumentando, punindo a criação de emprego e as empresas. A maior empresa brasileira, símbolo do orgulho nacional, está na crise mais profunda da sua história, envolvida em atos de corrupção, o que envergonha todos nós brasileiros.

O povo brasileiro está assistindo a nós, nesta primeira semana de trabalhos aqui, Senador Otto. Em vez de estarmos aqui discutindo essas questões, estamos aqui numa briga intestina por cargos, por vagas, disputando coisas menores.

Estou falando isso, Sr. Presidente, pela ordem, porque vejo que, no nosso juramento, temos de respeitar e defender o povo que nos elegeu. E, com certeza, o povo que nos elegeu não está querendo, Senador Luiz Henrique, que nós estejamos nessa disputa menor, nessa disputa mesquinha, nessa disputa absolutamente não republicana por cargos, por lugares, por vagas. Ninguém tem dúvida disso, nosso Presidente. Ninguém tem dúvida!

Tive diferenças com V. Ex<sup>a</sup> em outras Legislaturas, mas eu tinha a certeza de que encontraria um homem muito mais maduro depois de tantos anos à frente desta Casa. Eu tinha a certeza também de que faríamos uma eleição para a Presidência da Casa e que cada um manifestaria livremente o seu direito de escolher aquilo que achava que poderia ser melhor para esta Casa e para o Brasil. Ao mesmo tempo, eu tinha mais certeza ainda de que qualquer um que fosse o vencedor seria respeitado, que seria dado ao vencedor o respeito que ele merece, fazendo desta Casa um lugar onde se trabalhasse realmente pelo Brasil.

Mas ninguém tem dúvida, Senador Renan, de que V. Ex<sup>a</sup>, como Senador Presidente – é Presidente depois de tantos anos –, como chefe e participante do maior Partido desta Casa, tem uma liderança incontestável nesse processo, uma liderança absoluta e incontestável. Fica difícil acreditar que esta discussão, estes vetos praticamente colocados em partidos da oposição não tenham a menor participação de V. Ex<sup>a</sup>.

Eu queria fazer aqui um último apelo: use, por amor à nossa história, a liderança que V. Ex<sup>a</sup> tem hoje como Presidente do Senado, pelo cargo que lhe foi conferido por todos os Senadores, para que nós encerremos isso imediatamente, dando a todos os partidos a participação democrática e republicana que é necessária.

E faça com que nós possamos corresponder ao mínimo o que o povo brasileiro está esperando de nós, senão seremos julgados com razão – o pior, é com razão! – pelo povo brasileiro e pela opinião pública como politiquinhos voltados para seus pequenos interesses, como aqueles que não procuram realmente trabalhar pelo Brasil.

É esse o apelo que faço, é essa a palavra que eu queria dar a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Luiz Henrique, eu garanto a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. Não pude fazê-lo anteriormente exatamente porque eu já tinha anunciado o nome do Senador Tasso Jereissati. Mas eu queria pedir desculpas a V. Ex<sup>a</sup>.

Em seguida, falará o Senador Capiberibe.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Eu quero pedir escusas ao nobre Senador Tasso Jereissati.

Eu vim a este microfone, Sr. Presidente, dentro de uma característica que V. Ex<sup>a</sup> conhece, que é a característica da conciliação. Preocupa-me, Sr. Presidente, se nós levarmos às últimas consequências este processo deliberativo sem esgotar as possibilidades de entendimento, para que o princípio da proporcionalidade seja estabelecido.

Então, ocupo este microfone, Sr. Presidente, para fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, para que volte, sob sua liderança, liderança estabelecida por uma votação democrática e inequívoca... Eu quero dizer que a reconheço e exalto a decisão dos Srs. Senadores. Não quero saber quem votou em V. Ex<sup>a</sup> e quem votou em mim. Essa, para mim, é uma página virada. O que quero é que nós tenhamos condições de superar os problemas graves que vive a nossa Nação. E, por isso, é importante que nós tenhamos a convivência mais democrática possível entre os partidos.

Nessa direção, peço a V. Ex<sup>a</sup> que, antes de submeter qualquer nome ao Plenário, convoque os Líderes e procure encontrar uma fórmula que permita o atendimento às indicações dos Líderes dentro da proporcionalidade estabelecida.

O que eu quero, Sr. Presidente, é que todos, sem exceção, reconheçam a sua presidência. E, para que isso ocorra, é fundamental que não tenhamos uma decisão que exclua qualquer legenda, que não contemple a convivência democrática entre todos os partidos com assento nesta Casa.

É o apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>, para que o nosso lema, para que a nossa atuação nesta Casa seja o da cartilha de Gabriel García Márquez: “Vou escrever toda a minha mágoa numa barra de gelo, colocá-la num alpendre e pedir a Deus que mande logo um sol bem forte.”

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Queria agradecer ao Senador Luiz Henrique a intervenção e ousos, como Presidente do Senado, interpretando o sentimento do Senador Luiz Henrique, do Senador Tasso Jereissati, do Senador Cássio Cunha Lima, do Senador Aécio Neves, do Senador Capiberibe e de outros Srs. Senadores, renovar o apelo para que haja o entendimento entre os Líderes da Casa. Se tivermos um acordo entre os Líderes da Casa e tomarmos como referência a proporcionalidade, chegaremos a bom termo. Isso é bom para o Brasil, para o Senado Federal e, especialmente, para esta Presidência.

Novamente faço um apelo aos Líderes, para que, por favor, se entendam em torno da referência da proporcionalidade.

Senador Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Sr. Presidente, quero, mais uma vez, me congratular com V. Ex<sup>a</sup> e lhe dizer que, aos vencedores se mandam flores, aplausos e congratulações, mas cabe aos vencedores o gesto magnânimo de estender a mão aos vencidos.

Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que, até o dia 24 de janeiro, eu imaginava que não teríamos candidatos para Presidência do Senado, porque ninguém havia postulado o cargo. E eu confesso que estava preocupado: “Mas, como, numa Casa tão importante como o Senado Federal, não aparece ninguém postulando, colocando-se como candidato?” Então, nós conversamos internamente na nossa Bancada, e daí surgiu o nome de um dos decanos desta Casa, um dos Senadores mais respeitados, querido, combativo, que é o Senador Antonio Carlos Valadares. Eu digo para o Senador Antonio Carlos Valadares que eu votaria nele para Presidente do Senado, para 1º Vice-Presidente do Senado, para 2º Vice, para 1º Secretário, para 2º, para 3º, para 4º, para Suplente; e votaria nele se ele candidatasse a Papa. Eu votaria nele.

Assim, tomamos essa decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu tenho exatamente em conta o significado do apoio expressivo.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Tomamos essa decisão, então, de colocar a candidatura do Senador Valadares. Sabíamos que deveríamos respeitar a proporcionalidade. Nós sabíamos, mas nós queríamos estimular o surgimento, até mesmo de V. Ex<sup>a</sup>. Se V. Ex<sup>a</sup> tivesse se lançado candidato e se tivesse nos apelado pelo voto, eu lhe diria que teria uma enorme dificuldade de votar em V. Ex<sup>a</sup>, e V. Ex<sup>a</sup> sabe as razões. V. Ex<sup>a</sup> tem certeza. Eu tenho, realmente, dificuldade. No entanto, poderia até votar.

Nós, então, começamos a articulação em torno da candidatura do Senador Valadares até a terça-feira – sábado, domingo, segunda-feira. Terça-feira surgiu, no cenário político, a candidatura do Senador Luiz Henrique. Na quarta-feira, o Partido se reuniu, e tomamos a decisão de apoiar de forma unitária. O Partido, os seis Senadores decidiram apoiar, de forma unitária, a candidatura do Senador Luiz Henrique. Também pedimos voto para o nosso candidato acreditando no processo democrático.

Eu cheguei a discutir e a conversar com o Senador Valadares. Disse-lhe que não haveria nenhum tipo de retaliação, até porque o Parlamento é o lugar dos grandes debates, dos confrontos, mas também do entendimento. E o Senador Valadares aceitou. Eu, talvez, na minha crença do processo democrático, esquecendo um pouco o passado, insisti na candidatura. Eu não tinha dúvida de que nós íamos cumprir a proporcionalidade na composição da Mesa. Eu não tinha a menor dúvida, nem conversava com ninguém. Achava que isso é uma tradição da Casa, que V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da Casa e como Líder do maior Partido desta Casa, teria a mesma habilidade para construir o entendimento que teve para sair vitorioso.

Senador Renan, eu não tinha dúvida de que V. Ex<sup>a</sup> iria recompor a convivência neste Colegiado, neste Plenário. Eu acreditava nisso até bem pouco tempo, até há poucos minutos. Conversei com vários Líderes sobre isso, sobre a necessidade de construirmos esse entendimento. Não logramos esse entendimento, o que é lamentável.

V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Renan, sabe que uma das razões pelas quais eu teria dificuldade de votar em V. Ex<sup>a</sup> é porque fui destituído do mandato de Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não por decisão minha. Por decisão judicial.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Uma vez por decisão de V. Ex<sup>a</sup>. Vou lhe explicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não. Eu não posso admitir isso.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> pode não admitir, Senador Renan.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> não teve jamais uma decisão minha e nem poderia. V. Ex<sup>a</sup> foi destituído do mandato, na expressão de V. Ex<sup>a</sup>, por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal, que transitou em julgado.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Não, não. Eu tenho a decisão do Supremo Tribunal Federal, que me devolveu ao mandato. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O povo do Amapá é generoso e devolveu V. Ex<sup>a</sup> ao mandato, como aliás eu teria feito.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – A minha referência é decisão do Ministro Marco Aurélio Mello, que me devolveu o mandato aqui nesta Casa.

Então, essa era a dificuldade, mas eu não tenho a menor dificuldade de dialogar com V. Ex<sup>a</sup>, de conversar e de lhe pedir, uma vez mais, que estabeleça a cordialidade entre todos nós. Eu sou Líder do PSB, o Líder de seis Senadores. Se eu fosse Líder de 19 Senadores e de mais 13 Senadores, tenho certeza de que nós estabeleceríamos a cordialidade, o consenso e evitaríamos que vivêssemos este momento.

Aliás, um momento até que me está causando um mal-estar físico, desagradável, extremamente desagradável, porque eu conversei com várias Lideranças que me afirmaram que isso não ia acontecer. Aí, chego aqui, no plenário, e vejo que há uma chapa montada para simplesmente excluir da Mesa um Senador da extirpe do Senador Valadares, que era o nosso indicado, o indicado dos nossos Senadores para a Mesa. Isso eu lamento profundamente. Eu acho que isso é extremamente desagradável e vai marcar o Senado para os próximos meses.

De fato, vivemos uma situação de crise. O horizonte é sombrio, Sr. Presidente, e precisávamos nos debruçar sobre esse horizonte sombrio para dar resposta à sociedade brasileira, que vai exigir de nós.

O nosso Partido tomou a decisão de se manter independente, equidistante da oposição e do Governo, o que é uma posição complicadíssima. Sabemos que é uma posição difícil. No Parlamento, você tem oposição e situação, mas essa é uma decisão partidária que nos trouxe aqui. Nós somos obrigados a cumprir essa decisão, porque a Executiva do nosso Partido nos disse e nos deu um programa para defendermos aqui. E é com essa intenção que nós estamos aqui.

Agora, Sr. Presidente, nós sabemos que esse gesto de nos excluir da Mesa, de excluir vários partidos da Mesa, é um gesto político. Nós vamos ter que pedir uma reunião com a Executiva do nosso Partido para que possamos rediscutir essa decisão da independência aqui.

A ideia era construir, e nós estávamos trabalhando na nossa Bancada com o Senador Valadares, Senador Romário, Senadora Lídice, Senador Roberto Rocha. Nós estávamos construindo esse processo de independência, mas com responsabilidade, estabelecendo uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Independência com relação à Presidência ou com relação ao Governo?

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Com relação à Presidência e ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ah, entendi. Obrigado.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Ao Governo, principalmente.

Ao Governo, que está aí com muitas dificuldades para serem vencidas, nesse futuro que se avizinha, mas, sobretudo, queríamos ter uma relação de absoluto diálogo e de convivência. Infelizmente, V. Ex<sup>a</sup> não se manifestou, não se adiantou, dizendo: “Eu sou candidato. Vamos ligar para as lideranças.” Isso não aconteceu. Então, nós fizemos essa opção, dentro do PMDB, pelas razões que eu já lhe falei, de optar pela candidatura de Luiz Henrique.

Mas, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Eunício e o Líder do PT – eu falei lá dentro do seu gabinete –, esses dois partidos juntos são uma força expressiva.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Essa força pode chamar os Líderes e restabelecer a cordialidade aqui nesta Casa. Os dois Partidos. São 19 com 13. Quase 40%. É um poder que nós não temos. V. Ex<sup>a</sup> pode, sim, junto com o Líder, Senador Eunício Oliveira, junto com o Líder dos Partidos com maior Bancada, estabelecer a cordialidade e a convivência tranquila entre todos nós. Este é um colegiado. Nós vamos estar aqui todos os dias. Nós vamos estar convivendo, nos confraternizando, debatendo e, às vezes, nos atritando.

Portanto, eu insisto. Eu insisto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras. A disputa eleitoral passou. Cabe a V. Ex<sup>a</sup> estender a mão magnânima e dizer: “Não. Nós vamos recompor a nossa convivência nesta Casa.”

Esse é o meu pedido.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria, antes de conceder a palavra para uma questão de ordem, dizer que não é absolutamente pretensão minha substituir o Plenário do Senado. Absolutamente, mas se os Líderes partidários me delegassem a condição de sugerir ao Plenário uma chapa de consenso, eu aceitaria isso com muita satisfação.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – O PSDB delega a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, confiando na harmonia desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Benedito de Lira.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Questão de ordem.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu estou inscrito.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente, como Líder dos Democratas, nós endossamos a proposta de V. Ex<sup>a</sup>. Que faça uma reunião com os Líderes e saia com a chapa única.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Valadares, para uma questão de ordem. Em seguida, Senador Benedito de Lira, Senador Flexa Ribeiro e Senador Waldemir Moka.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ao resultado da votação, proclamar.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Eu vou escutar o resultado da votação. Em seguida, eu entro com a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a Vossa Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*





**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – SIM, 47; NÃO, 46...

Está, portanto, mantida a decisão...

Vinte e seis, melhor dizendo.

Está, portanto, mantida a decisão da Presidência do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu faço um apelo aos Líderes para que administrem os últimos momentos do anúncio dos pedidos de inscrição e repito: se me for dada a possibilidade de sugerir uma chapa de consenso, eu farei isso com muita satisfação – aliás, reiterarei isso em todos os momentos em que conversamos com os Líderes partidários.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB reafirma sua disposição para que possamos manter um mínimo de governabilidade nesta Casa.

Semana próxima, provavelmente, nós teremos a formação das comissões. Não quero crer que o procedimento que está sendo usado neste instante será reproduzido também na formação das comissões temáticas, porque, definitivamente, nós estamos caminhando para um Plenário dividido, onde os partidos tentam impor a sua maioria eventual, em desrespeito...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – ...a essa representatividade.

Portanto, o PSDB, em nome do diálogo, do entendimento, mas absolutamente sintonizado e atento ao que está acontecendo lá fora – um País em crise profunda, diante de uma crise ética sem precedentes, recessão econômica, crise energética, aumento de impostos, aumento de tarifa de luz... O PSDB, em defesa do povo brasileiro, não vai se distanciar dessa defesa do Brasil e dessa pauta para se amesquinhar num jogo político que não é digno e não está à altura do Senado Federal.

Nós estamos reduzindo o Senado Federal a práticas que estão sendo cada vez mais repudiadas pelo povo brasileiro. Com máxima vênua e todo respeito ao Poder Legislativo mirim do Brasil, nós estamos nos transformando, Presidente Renan, e V. Ex<sup>a</sup> tem responsabilidade, sim, neste instante.

V. Ex<sup>a</sup> foi eleito o Líder desta Casa com 62% dos votos. Convoque os seus liderados com a mesma força, com o mesmo poder político com que o senhor construiu a sua vitória.

A sua vitória foi construída pela capacidade – que nós não temos dificuldades de reconhecer – de V. Ex<sup>a</sup>. Use a sua capacidade neste instante. Use a sua liderança para não transformar o Senado Federal em uma câmara municipal que tem o repúdio do povo brasileiro por essa politicagem que tentam trazer para o plenário desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mais uma vez, eu queria, antes de pedir para que se faça a leitura dos pedidos de inscrições, fazer um apelo, um derradeiro apelo aos Líderes partidários. Se nós chegarmos ao consenso, à conciliação e ao entendimento, será muito melhor para o Senado e para o Brasil.

Se me for dada a delegação para fazer uma chapa de consenso, eu aceitarei com muita satisfação e me guiarei pela proporcionalidade que foi distribuída pela Mesa.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira, o Senador Moka, o Senador...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Sr. Presidente, e a questão de ordem?

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Democracia Participativa/PP – AL) – Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

Eu já concedi a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para uma questão de ordem. V. Ex<sup>a</sup> pediu para anunciar... A questão de ordem realmente tem precedência.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, questão de ordem: art. 403 do Regimento, arts. 58 e 59 – art. 58 da Constituição Federal, art. 59 do Regimento Interno. É sobre o princípio da proporcionalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Essa questão de ordem já foi respondida.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Nos termos em que vou apresentar, ainda não. Permita-me, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – De acordo com a Constituição e o Regimento, as indicações partidárias para a Mesa devem ser feitas em obediência ao princípio da proporcionalidade.

Quando o Regimento fala, quando a Constituição fala “tanto quanto possível”, não se interprete que esse princípio foi jogado fora. Pelo contrário, reforça a Constituição ao dizer “tanto quanto possível”, porque, se um partido tem direito a participar de acordo com o critério da proporcionalidade da composição política da Mesa Diretora, só se ele renunciar, só se ele disser: “Olhe, eu sou PMDB, tenho direito à 2ª Secretaria; eu não vou indicar para você ser o 2º Vice-Presidente”.

Quando se interpreta assim, de maneira capciosa, que a Constituição diz: “Ah, ‘tanto quanto possível’ é uma decisão política”... Não, o princípio da proporcionalidade não foi criado agora pelo Senado Federal. Quando os soberanos governavam de forma ditatorial, não existia esse princípio, mas, quando começaram a existir os Parlamentos, aí eles instituíram o princípio da proporcionalidade para dar o direito a que todos os partidos pudessem participar dos destinos de sua Casa.

Daí, Sr. Presidente, que o princípio é uma coisa importante. Já dizia Abraham Lincoln, um grande Presidente dos Estados Unidos que deixou lições enormes para o mundo inteiro, que os princípios mais importantes – dizia o Presidente Lincoln –, os princípios mais importantes são inflexíveis. E que princípio mais importante existe em uma casa legislativa do que você respeitar a proporcionalidade? Quem tem mais votos, tem o direito às posições maiores da Casa; quem tem menos votos, se a lei permitir, se o regimento permitir, tem o direito de participar da direção da Casa – não ao arbítrio e à vontade de quem manda na Casa. Isso era questão passada, dos soberanos, quando mandavam de forma ditatorial. Hoje não é a ditadura legislativa que prevalece, é a democracia legislativa que prevalece.

Por isso, Sr. Presidente, eu requeiro a V. Exª que todas as indicações que não obedecerem a este princípio, o da proporcionalidade, V. Exª deve indeferir, *in limine*.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Eu não terminei ainda, Sr. Presidente, permita-me,...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª para concluir a sua questão de ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – ... dentro da proporcionalidade e dentro da democracia, porque V. Exª é um homem respeitador do debate parlamentar. Eu sei que V. Exª, com a vitória tão estupenda que teve, de mais de 62%, não perdeu o seu *fair-play*, a sua capacidade conciliadora que sempre foi exercitada nesta Casa. V. Exª, que já passou por tantos percalços, sempre foi vitorioso. Por que perder o *fair-play*?

V. Exª sempre foi um homem que enfrentou situações clamorosas, difíceis, e esta Casa se conciliou com V. Exª. Então, não há motivo, V. Exª foi um vitorioso, ganhou esta eleição de 49 a 31. Houve um voto nulo, é bem verdade, mas V. Exª ganhou e não foi de qualquer um não. V. Exª ganhou de um colega seu do PMDB, uma das figuras mais respeitadas deste País – Luiz Henrique, do Estado de Santa Catarina, que foi Governador do Estado, Presidente do seu Partido, Líder do seu Partido na Constituinte. Então, V. Exª não ganhou de qualquer um. Eu, numa situação como esta, estava soltando foguetes lá em Sergipe; eu estava comemorando a minha vitória.

Antes de definir essa chapa, eu teria convocado os Líderes. Por exemplo, V. Exª, Presidente, com todo respeito, hoje se reuniu com vários Líderes – eu sei que V. Exª se reuniu –, mas V. Exª se reuniu com os Líderes que são seus aliados, na sua casa, mas não se reuniu chamando para sua casa – tenho certeza de que os Líderes iriam – os Líderes do PSDB, que não votaram com V. Exª; o Líder do PSB, que não votou com V. Exª. Tenho que ser sincero, Presidente.

Sabe de uma coisa, eu gosto muito de V. Exª,...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Também gosto muito de V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – ... pelo *fair-play* com que V. Exª sempre se conduziu nesta Casa, e estou estranhando.

V. Exª, depois que terminar esta luta da composição da Mesa... Tenho certeza de que os alagoanos querem que V. Exª vá para lá para comemorar sua vitória, que foi grandiosa. V. Exª teve uma vitória de um grande líder, de um homem que soube convencer os seus colegas. E V. Exª venceu um homem de bem a toda prova, um homem que tem o respeito de todos nós e de V. Exª.

Nem na época, Sr. Presidente, do regime discricionário, houve uma situação tão inusitada quanto esta. O velho MDB, que lutou tanto pela democracia... O Congresso Nacional sempre tinha um lugar para o velho MDB.

Hoje conversei com um amigo meu, que é Senador da República – já estou terminando, Presidente –, conversei com um Senador que é colega nosso – ele já foi presidente da Assembleia Legislativa.

Um governador, de uma época aí qualquer, chegou para ele e disse: “Olhe, você é candidato a presidente da Assembleia. Meus amigos vão votar com você. Agora, só tem uma coisa: da mesa não vai participar nenhum elemento [a palavra foi essa] do PT”. Aí, esse Senador, que está honrando esta Casa, disse assim: “Governador, então eu não sou candidato a presidente, porque eu não vou romper o princípio da proporcionalidade, eu vou respeitá-lo”.

Desde 1946, com a redemocratização, que esse princípio é aplicado, e não vai ser na administração de V. Exª que isso vai deixar de ser aplicado.

Sr. Presidente, eu confio na sua liderança, na sua capacidade de convencimento. Se V. Exª a teve para vencer, também a tem para vencer a resistência daqueles que querem se aproveitar de um momento de crise nesta Casa para alcançarem cargos que não merecem. Nós não estamos lutando por cargos, nós estamos lutando por princípios. E sei que V. Exª é o homem que vai atender os princípios que estão esculpidos na nossa Constituição e no nosso Regimento.

Então, eu pergunto a V. Exª, na questão de ordem: se as indicações não obedecerem ao princípio da proporcionalidade, V. Exª as aceitará assim mesmo ou vai revogá-las?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Respondo, gentilmente, a questão de ordem do Senador Antonio Carlos Valadares. O Senador Antonio Carlos Valadares, como todos sabem, é um querido amigo. Eu tenho um respeito muito grande por todos os 80 Senadores desta Casa, nenhum mais do que o respeito que eu tenho pelo Senador Valadares. V. Exª é um amigo querido.

Na forma do art. 407 do Regimento, eu deixo de responder a questão de ordem e peço a V. Exª que me permita lembrar só um fato – ali sim eu protagonizei, porque na época eu era Líder. Coube a mim a indicação dos candidatos – eu não era Presidente, era Líder – numa das eleições desta Casa. Como nós não chegamos a um entendimento... V. Exª foi candidato a 2º Vice-Presidente da Casa com dois Senadores na sua bancada – dois Senadores na sua bancada, candidato a 2º Vice-Presidente do Senado Federal – e, como não houve acordo, nós tivemos que decidir no plenário, no voto.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Presidente ...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mas na oportunidade eu era Líder.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – ... mas foi a Presidência...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu era Líder.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Mas V. Exª...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Cabia a mim indicar os nomes.

Agora não. Se os Líderes me delegarem poderes para fazê-lo, eu faço isso com muita satisfação.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Presidente, quando eu argumentei... Desculpe a interrupção, mas quando eu argumentei que só em caso de renúncia do partido é que outro partido pode ocupar o lugar, eu deveria ter falado que foi V. Exª que tomou essa decisão, como Líder. E, na época, eu lhe agradei, e agradei muito. Se é para agradecer de novo, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, eu estou dizendo o quê? Com todo o respeito, Senador...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Porque eu apoiei o senhor candidato a Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, com todo o respeito, Senador Antonio Carlos, cabia a mim a tarefa de indicar o candidato. Como não houve acordo, tendo como referência a proporcionalidade, eu inscrevi V. Exª, cujo partido, na época, tinha dois Senadores, porque não houve o acordo. No Parlamento, só o acordo e a conciliação evitam a eleição. Quando nós não chegamos a isso, pelo amor de Deus, não há outra coisa a fazer senão colher os votos dos Senadores. A democracia caminha dessa forma.

Senador Benedito e Senadora Marta. Eu vou...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Presidente, desculpe, mas acho que a questão de ordem que V. Exª resolveu não se coaduna com o Regimento, pelo seguinte:...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – O que estou pedindo aqui? É a rejeição das indicações partidárias que estejam em desacordo com a Constituição e o Regimento. E V. Exª não tomou nenhuma decisão igual a essa.

O art. 407 diz: “Nenhum Senador poderá falar, na mesma sessão, sobre questão de ordem já resolvida”. Não foi? É uma nova questão de ordem. Eu estou colocando os art. 58 da Constituição e 59 do Regimento. Isto é, o partido político pode, sem dúvida alguma, renunciar à indicação, mas o outro partido só vai ocupar aquele lugar se o partido que detém o direito renunciar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pelo voto. Pelo voto.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Pelo voto. Então, a questão do “tanto quanto possível” é uma expressão que não pode ser utilizada para burlar a Constituição e o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Benedito de Lira.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu recorro da decisão de V. Ex<sup>a</sup> para o Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Democracia Participativa/PP – AL. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ninguém neste plenário conhece melhor o Sr. Presidente do que eu e o Senador Collor conhecemos, porque somos do mesmo Estado.

V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, começou sua atividade política disputando cargos em grêmios na Universidade Federal de Alagoas. No processo de apelo da Revolução, V. Ex<sup>a</sup> era deputado estadual. Depois, então, V. Ex<sup>a</sup> veio para a Câmara Federal. Teve divergências as mais diversas na sua trajetória política lá no nosso Estado.

Em 1989, V. Ex<sup>a</sup> apoiou a candidatura de Fernando Collor à Presidência da República. Em 1990,... Aliás, V. Ex<sup>a</sup> exerceu o cargo de Líder do Presidente de então na Câmara dos Deputados. Em 1990, V. Ex<sup>a</sup>, por divergência de conduta política, fez um desabafo e deixou a Liderança do então Presidente Collor. V. Ex<sup>a</sup> foi candidato a Governador de Alagoas naquela época.

Estou contando esses detalhes para...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Que bom que V. Ex<sup>a</sup> tenha prestado atenção em minha trajetória.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Democracia Participativa/PP – AL) – Mas isso não nos distancia. V. Ex<sup>a</sup> foi tido, e é sempre tido, depois das demandas políticas, como conciliador, reaproxima-se das pessoas que ontem eram adversárias e hoje participam do mesmo processo. V. Ex<sup>a</sup> é tido por todos nós como um homem que concilia os interesses divergentes. Não é agora, Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> terá que ser ungido por alguns Líderes desta Casa.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, que seria interessante que nós não abrissemos essa rachadura dentro do Senado Federal sob a sua Presidência. É a quarta vez que V. Ex<sup>a</sup> se dispõe a dirigir esta Casa, eleito pela maioria dos Senadores. Eu lhe faço mais um apelo, como outros já fizeram: suspenda esta reunião, convoque os Líderes para uma nova conversa, tendo em vista encontrarmos o caminho que V. Ex<sup>a</sup> propôs – sugeriu, melhor dizendo –, e se os Líderes lhe delegarem poderes e competência, V. Ex<sup>a</sup> comporá uma chapa de consenso nesta Casa.

Alguns Líderes já se manifestaram. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o PP também se coloca à sua disposição para encontrarmos um caminho, porque o que todos desejamos é uma convivência pacífica, mesmo com divergências, mas uma convivência harmoniosa, capaz de não criar dificuldades para as atividades e o trabalho do Senado Federal.

Esse é o apelo que lhe faço, Presidente. E tenho a certeza absoluta de que se V. Ex<sup>a</sup> formular esse apelo a outros Líderes, chegaremos ao entendimento, que é o que interessa, o que é importante para a tranquilidade da Casa e para que V. Ex<sup>a</sup> possa se desincumbir mais grandiosamente no exercício do cargo de Presidente do Senado Federal.

Esse é o apelo que lhe faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Flexa Ribeiro e Senador Moka. Senador José Agripino, na sequência.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Renan Calheiros, não vou levantar uma questão de ordem, vou levantar uma questão de bom senso político.

V. Ex<sup>a</sup> tem um espírito conciliador, reconhecido por todos nós. V. Ex<sup>a</sup> foi eleito, e aqui já foi dito por vários que me antecederam, por 62% dos votos dos Senadores, mas V. Ex<sup>a</sup> é Presidente dos 80 Senadores, dos 100% dos Senadores. O apelo que já foi, repetidas vezes, feito a V. Ex<sup>a</sup> é para que não permita que se inicie esta 55<sup>a</sup> Legislatura da forma como está sendo colocada. Nosso País, lamentavelmente, atravessa uma grave crise, e o Parlamento tem a obrigação de fazer com que se vença esta crise. V. Ex<sup>a</sup> disse que não é sua a vontade de não cumprir a proporcionalidade.

Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que fizesse um último esforço, que é de sua competência: que suspendesse a reunião para que pudesse haver uma reunião do Colégio de Líderes, e que todos os Líderes pudessem participar, porque em relação à reunião que foi feita alguns Líderes dela não tiveram conhecimento.

Eu faria um apelo também ao Senador Collor, que está impassível à sua direita, que fez uma indicação fora da proporcionalidade. É um homem vivido, experimentado, sabe, Senador Collor, que não é dessa forma que se consolida uma liderança. Pelo contrário, se for mantida a posição de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Renan, que diz que não é sua, que é dos Líderes que o apoiaram, não é do Colégio, mas dos Líderes que o apoiaram, então, é a eles que faço o apelo, em especial ao Senador Collor, porque fez uma indicação fora da proporcionalidade. Não sei qual foi o outro Líder, porque a chapa formada, Presidente Renan, é tipo cabelo de freira, sabemos que existe, mas não vemos. Ninguém sabe – já perguntei aqui – qual é essa chapa, ninguém sabe qual é.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Porque não foi lida ainda. Vou pedir...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Mas já conversei com o Senador Vicentinho, que é indicado pelo Senador Collor. Por isso faço um apelo ao Senador Collor, em especial a V. Ex<sup>a</sup>: suspenda a sessão, Senador Renan,

dentro do seu espírito conciliador. Façamos uma nova reunião de Líderes, com a presença de todos os Líderes, para que possamos buscar o último entendimento.

Não começemos esta legislatura da forma está se pronunciando. Vamos ter problemas seriíssimos para discutir aqui e precisamos ter o apoio do Plenário do Senado Federal para ajudar o Governo que aí está a sair da enrascada em que se meteu, em que meteu o País, não o Governo que aí está.

Então, V. Ex<sup>a</sup>, com seu espírito conciliador, suspenda a sessão, tente mais uma vez, mostre aos 80 Senadores que V. Ex<sup>a</sup> quer a proporcionalidade, mas são os Líderes que o apoiaram que não desejam, pelo contrário, desejam manter o que se pretende fazer na triste noite de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, eu acho que a prática é o critério da verdade. Nós já perdemos, como disse V. Ex<sup>a</sup>, 48 horas, dois dias. Vamos perder mais uma hora, mais duas horas, e vamos ganhar o ano, Senador Presidente. A impressão é de que, se os Líderes quiserem, é possível fazer. V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, se os Líderes lhe delegarem essa autoridade, pode fazer.

Então, na prática, acho que era isso. Vamos suspender por 40, 50 minutos, uma hora. Vamos tentar mais uma rodada, porque não é possível que não possamos construir um acordo. V. Ex<sup>a</sup> quer, e sinto aqui, dos Líderes, que eles também querem que isso aconteça, pois é o melhor que poderia acontecer.

Sei que essas questões todas são políticas e que já se tentou várias vezes, mas vamos tentar. O Plenário inteiro faz um apelo aos Líderes e a V. Ex<sup>a</sup> para que encontremos um caminho.

V. Ex<sup>a</sup> me conhece, sou absolutamente direto e verdadeiro naquilo que pretendo atingir. Tenho certeza de que ajudaria muito neste momento se V. Ex<sup>a</sup> suspendesse a sessão por um prazo mínimo, 30, 40 minutos, a fim de que houvesse esse entendimento. Agora, os Líderes têm de concordar com isso, naturalmente. Então, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que propusesse a suspensão da sessão para que a Presidência e os Líderes, todo o Colégio de Líderes, tentassem uma solução. Repetindo: a prática é o critério da verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino. E lamento muito, muito mesmo, que eu não tenha essa delegação em função do conflito evidente de interesses que se estabeleceu nas Lideranças partidárias.

Durante esse processo todo, eu próprio, o Senador Eunício, que é o Líder da Bancada do PMDB, conversamos, em muitos momentos, com o Senador Moka – muitos momentos! –, sobre a necessidade de um entendimento, de deixar a maioria democraticamente da nossa Bancada se manifestar. Todos os momentos: “Olha, vamos aguardar. Vamos fazer uma reunião.” Há pouco, o Senador Capiberibe colocou: “Mas por que você não se colocou?” Eu não me coloquei exatamente por isto: porque qualquer colocação minha anterior a uma decisão da Bancada seria arbitrária, tão arbitrária quanto seria a suspensão desta sessão de hoje sem que houvesse uma uníssona manifestação dos Líderes partidários.

Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quero ser redundante, agora o Plenário todo conhece e reconhece em V. Ex<sup>a</sup> a capacidade de aglutinar e de encontrar caminhos pela via do convencimento, pela via da convivência, até pela paciência, pela paciência em ouvir – essa é uma das virtudes de V. Ex<sup>a</sup>.

Eu quero dizer aqui que esse consenso não está sendo obtido porque o Presidente não está liderando o processo, como o fez no passado, como eu deixei claro, inclusive quando fui derrotado por V. Ex<sup>a</sup>. Mesmo derrotado, fui à Presidência, lá encontramos o caminho e definimos tudo, até a própria sequência das comissões.

Então, o que nós estamos querendo é que V. Ex<sup>a</sup> exerça a sua capacidade de persuasão, a sua capacidade de interlocução com os diversos Líderes da Base – os da oposição já se manifestaram nesse sentido – e que, daqui a meia hora ou daqui a um dia, convoque os Líderes para que a gente faça o último apelo, e aí V. Ex<sup>a</sup> poderá dizer: “Bom, os Líderes não chegaram a um entendimento.” Eu gostaria que esse apelo fosse objeto da sua reflexão para que a gente pudesse fazer uma tentativa que, tenho certeza, se feita, será exitosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu reitero o apelo, reconheço o fracasso com relação à construção do entendimento e da conciliação, mas, infelizmente, chegamos aonde estamos.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu peço, antes de conceder a palavra ao Senador Cássio e ao Senador Ronaldo Caiado, ao Senador Fernando Collor que, por favor, para que o Plenário tome conhecimento, faça a leitura das indicações dos Líderes partidários.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era exatamente o apelo... Pela Liderança do PSDB, por gentileza. Eu estou pedindo para falar pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> quantas vezes pedir...

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Quer dizer, o senhor já está excluindo o PSDB da Mesa, aí vai agora cassar a palavra do Partido também? V. Exª já está excluindo o Partido da Mesa, vai cassar a palavra do Partido também?

Nós vamos nos retirar, Presidente. Se a nossa presença incomoda tanto...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu, sinceramente, não acredito no que estou ouvindo. V. Exª está invocando um caráter autoritário da minha parte? Logo de mim?

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Se a nossa presença incomoda tanto, nós nos retiraremos. Nós não estamos aqui, Senador Renan Calheiros, para mendigar cargos na Mesa. Nós estamos fazendo política com “P” maiúsculo. Nós estamos trazendo luz para um acordo feito nos bastidores, usando o gabinete da Presidência do Senado, usando a residência oficial do Senado da República, porque isso já está publicado em Lauro Jardim. E Lauro tem fontes. É um jornalista que tem credibilidade, é um jornalista que tem conceito e que tem fontes nesta Casa. E está publicado na coluna de Lauro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Lauro?

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Lauro Jardim. Está publicado que a ordem é atropelar.

V. Exª poderá deixar atropelar o PSDB e o PSB, mas não atropelará o povo brasileiro. Não vai ultrajar a nossa democracia. É preciso ser dito, com toda a clareza, que PSDB e PSB não estão mendigando cargos na Mesa. Nós queremos é o respeito de uma proporcionalidade feita nas ruas e nas urnas.

Se V. Exª, com a sua liderança, está optando em, daqui para frente, ser Presidente de – quantos foram os votos? – 49 Senadores, V. Exª vai presidir esses 49 Senadores. E nós outros seremos presididos, como sempre fomos, pelo povo brasileiro. Vamos continuar mostrando isso.

O Senador Collor vai ler os nomes. O PSDB não está aqui para mendigar cargos. Não vamos disputar espaço na Mesa. V. Exª fará o comando político com a exclusão de uma parcela importante deste Plenário e toma uma decisão política que terá consequências, porque, ao contrário das negociações de bastidores que foram feitas com os partidos, isto aqui tem luz, não é caixa preta. Nós estamos ao vivo para o Brasil inteiro, e o Brasil vai ver o desdobramento dessa manobra lamentável que não está à altura da trajetória política de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu peço ao Senador Fernando Collor que, por favor, faça a leitura das inscrições dos Líderes.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu darei a palavra a V. Exª, depois da leitura do pedido de inscrição dos Líderes.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB – AL) – Faço a leitura da chapa apresentada por dez Líderes partidários dos 15 partidos políticos com assento nesta Casa.

A chapa é subscrita por S. Exªs, Senador Humberto Costa, Líder do PT; Fernando Collor, Líder do PTB e do Bloco União e Força; Omar Aziz, Líder do PSD; Vanessa Grazziotin, Líder do PCdoB; Blairo Maggi, Líder do PR; Marcelo Crivella, Líder do PRB; Eduardo Amorim, Líder do PSC; Acir Gurgacz, Líder do PDT; o Presidente Nacional do PP, Ciro Nogueira; Gladson Cameli, integrante da Bancada do PP; Senador Ivo Cassol, integrante da Bancada, no Senado Federal, do PP.

São, portanto, dez agremiações partidárias que subscrevem a indicação dos nomes que compõem uma chapa que chega à Mesa e que tem como candidatos à 1ªVice...

Esqueci de citar que, por último, subscreveu este documento S. Exª, o Líder do PMDB, Eunício Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu consulto ao Líder do PSDB se mantém a indicação... Perdão, desculpe-me pela interrupção.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Qual é a chapa? Qual é a chapa?

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado, eu vou continuar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há outras indicações sobre a mesa.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB. Sem revisão do orador.) – Qual é a chapa? É secreta a chapa? É secreta a chapa? É voto de cabresto do curral eleitoral do antigo Nordeste, Coronel Collor? Porque não é possível. O voto é secreto, mas não se vai saber nem em quem votar?

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB – AL) – Vou passar a ler o nome dos...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu peço ao Senador... Asseguro a palavra ao Senador Fernando Collor de Melo...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Não é uma chapa, é um papelão. É um papelão, não é uma chapa!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – ...para ler as inscrições dos Líderes partidários.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB – AL) – As inscrições que os dez Líderes partidários das quinze agremiações partidárias com assento nesta Casa subscreveram são as seguintes: para 1º Vice-Presidente, Senador Jorge Viana; para 2º Vice-Presidente, Senador Romero Jucá; para 1ª Secretária, Senador Vicentinho Alves...

**O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES** (Bloco União e Força/PR – SP) – Partido político?

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB – AL) – ...para 2ª Secretária, Zeze Perrella; para 3ª Secretária, Senador Gladson Cameli; para 4ª Secretária, Senadora Angela Portela; para 1º Suplente da Mesa, Senador Sérgio Petecão; para 2º Suplente, Senadora Maria do Carmo Alves; para 3º Suplente, Senador João Alberto; para 4º Suplente, Senador Douglas Cintra.

São esses os onze nomes indicados pelos Líderes partidários que acabei de dar conhecimento ao Plenário desta Casa.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tão logo se conclua a leitura, darei a palavra a V. Exª.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB – AL) – Existe mais uma indicação sobre a mesa, de autoria de S. Exª, o Senador Ronaldo Caiado, que indica S. Exª, a Senadora Maria do Carmo, para ocupar a 1ª Suplência na Mesa do Senado Federal.

São os dois documentos que tenho sobre a mesa e que S. Exª, o Presidente Renan Calheiros, me pede que dê conhecimento a V. Exªs.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, eu concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei bastante breve, Presidente Renan. É preciso que fique aqui explicitada, de forma absolutamente clara, para a população brasileira a manobra que acaba de ser conduzida no Senado Federal, com beneplácito de V. Exª, Presidente Renan Calheiros.

Um grupo de Líderes representativo, como diz o ex-Presidente Collor – 15, 10, 12; não importa quantos –, está subvertendo a vontade da população brasileira ao construir aqui um acordo de aliados políticos que fere a essência do funcionamento do Parlamento, que é o respeito à proporcionalidade. As portas estão, Presidente Renan, escancaradas para que V. Exª conduza isso também, por exemplo, na indicação das comissões. Olha, veja bem o que está acontecendo.

Por que o Regimento do Senado, da Câmara e dos parlamentos espalhados pelo mundo inteiro pregam a proporcionalidade? Porque é um parlamento, uma casa onde se deve parlamentar, discutir, divergir e, às vezes, fazer entendimentos.

Lamento, Presidente Renan Calheiros. V. Exª sabe do apreço pessoal que lhe tenho, mas – sei lá por quais razões, talvez pelo fato de os compromissos que assumiu durante a sua campanha eleitoral terem agora, necessariamente, de ser honrados –, Presidente Renan, nenhum compromisso de apoio que, eventualmente, V. Exª tenha recebido justifica fazer com que V. Exª se diminua e diminua o Senado da República.

Pois, o PSDB, que indicaria para auxiliar a Mesa Diretora do Senado Federal o nome do digno e honrado Senador Paulo Bauer, neste instante, não só retira o nome do Senador Paulo Bauer como se retira deste plenário, porque V. Exª, para atender a conveniências que nem consigo imaginar quais sejam, opta, a partir deste momento, por ser Presidente apenas daqueles que o elegeram. Lamentavelmente, o Senado sai menor. E V. Exª, com a liderança que tem, não a colocou a serviço desta instituição.

Eu disse, Presidente Renan Calheiros, e falo isso de forma absolutamente clara, como sabe V. Exª que é uma característica que tenho: V. Exª teve nas mãos uma oportunidade extraordinária de ser o Presidente da instituição, de ser o Presidente de um Poder, e V. Exª apequena este Poder ao colocar a proporcionalidade abaixo, única e exclusivamente para atender aos entendimentos que eventualmente foram feitos na sua campanha eleitoral.

V. Exª também protagoniza uma grande contradição, pois disse, no início desta sessão, que não é responsável por candidaturas avulsas que sejam apresentadas. V. Exª assiste agora à apresentação de uma chapa completa, assinada pelos Líderes partidários. Nós estamos subvertendo a ordem natural das coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não cabe ao Presidente indicar candidatura nenhuma.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Senador Renan, vamos falar com a seriedade devida. V. Exª...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª está sendo novamente injusto.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Presidente Renan Calheiros, V. Exª subverte a ordem natural das coisas. Pergunta se o PSDB ainda mantém a sua indicação, ou o PSB. Não. Essas são as indicações naturais, com base na proporcionalidade, no respeito à população, no respeito à democracia interna. V. Exª será o Presidente dos ilustres Senadores que o apoiaram, mas V. Exª perde a legitimidade para ser Presidente dos partidos de oposição nesta Casa, Senador Renan Calheiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Que bom que isso esteja sendo dito por V. Ex<sup>a</sup>, que foi candidato a Presidente da República, e tem a dimensão do que é a democracia.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Senador...

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> está desrespeitando, Senador Renan!

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Tempo de Líder, Sr. Presidente.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> desrespeita a democracia para atender às conveniências da sua eleição!

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É muito bom que seja dito por V. Ex<sup>a</sup>, que foi candidato a Presidente da República!

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Com muita honra!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Veja em que conta V. Ex<sup>a</sup> leva a democracia!

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – E tive 51 milhões de votos, que eu honro!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Veja em que conta V. Ex<sup>a</sup> leva a democracia!

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> apequena esta Casa! V. Ex<sup>a</sup> acerta com aqueles que o apoiaram!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Por isso deu no que deu!

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Despreza os partidos de oposição!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Por isso deu no que deu!

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Perdi de cabeça erguida! E V. Ex<sup>a</sup> venceu envergonhado!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Por isso deu no que deu! V. Ex<sup>a</sup> perdeu a chance de ser Presidente da República!

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Perdi de cabeça erguida!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Porque é estreito!

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Olho nos olhos dos cidadãos!

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Falo com a população brasileira! E V. Ex<sup>a</sup> venceu perdendo a dignidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Respeite a Mesa! Respeite a Mesa!

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – ... que esse cargo deveria ter!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Respeite a Mesa! Tenha a dimensão da democracia!

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Presidente Renan.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Respeite os seus colegas!

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Presidente Renan, me permite?

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu peço ao Senador Fernando Collor que, por favor, conclua a leitura.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB – TO) – Senador Renan.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB – AL) – Sr. Presidente, a leitura já foi concluída. Já foi concluída a leitura dos integrantes da chapa apresentada pelos Srs. Líderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foram colocadas, oralmente, as candidaturas dos Senadores Paulo Bauer e Antonio Carlos Valadares. Eu consulto as Lideranças se mantêm as candidaturas.

**O SR. PAULO BAUER** (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paulo Bauer, pela ordem.

**O SR. PAULO BAUER** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero inicialmente me manifestar dizendo aos colegas Senadores do PSDB da minha gratidão pela confiança e pela demonstração de apreço que orientou a sugestão do meu nome para disputar e para participar da Mesa como 1º Secretário.

Segundo, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> e a todos que considero muito importante participar da atividade política exercendo o mandato de Senador. Temos nesta Casa, Presidente Renan, um ex-presidente da República; nós já tivemos três. Temos nesta Casa mais de 20 ex-governadores; não sei quantos ex-vice-governadores como eu próprio; não sei quantos ex-prefeitos de capital e ministros. Esta, sem dúvida nenhuma, é a Casa mais elevada da democracia e da política brasileira, e o não é apenas no Brasil, como é em todo o mundo.

Esta Casa, Sr. Presidente, já foi presidida por um ilustre catarinense chamado Nereu Ramos, que, com o mandato de Presidente do Senado da República, assegurou o cumprimento das regras democráticas e deu posse a Juscelino Kubitschek, depois de uma grande crise institucional que o País vivia no momento. Esta Casa, Sr. Presidente, é a Casa que vira espelho para todos os poderes legislativos do País, as 27 assembleias legislativas e as mais de 5 mil câmaras de Vereadores se inspiram naquilo que enxergam e veem acontecer aqui. Se

aqui existem ilustres brasileiros, se aqui existem homens experientes, se aqui existem homens com milhões de votos que os elegeram e os trouxeram até aqui, certamente no dia de hoje não estamos sendo espelho para ninguém; certamente no dia de hoje não estamos honrando exemplos como o de Nereu Ramos; certamente hoje não estamos comemorando aquilo que fizemos no ano passado como resposta à voz das ruas; certamente não estamos honrando hoje aqui aquilo que nós praticamos no último domingo, votando uns no Luiz Henrique, como eu, e outros em V. Ex<sup>a</sup>, resultado que foi respeitado num primeiro momento por todos os seus pares nesta Casa, como foi na eleição anterior.

Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, eu tenho apreço pelo poder, pelo governo, tenho apreço pelas oportunidades e posições que podemos ocupar na política, mas, acima de tudo, tenho amor a minha gente, ao meu povo e a Santa Catarina. E, em nome desse amor ao meu povo, em nome desse amor a Santa Catarina, em nome do amor que tenho pela democracia, eu não participarei desta eleição como candidato indicado pelo meu Partido e declino da oportunidade de participar da Mesa Diretora, dizendo a V. Ex<sup>a</sup> e a todos que estão aqui que, agora, sim, nós vamos experimentar o que é verdadeiramente uma oposição numa Casa Legislativa que tem obrigação de dar respostas ao povo brasileiro num momento em que o Governo não cumpre a sua parte, num momento em que o povo vê seus direitos trabalhistas e sociais serem desrespeitados, num momento em que a crise e a corrupção tomam conta do País. Nós vamos estar aqui, os Líderes de oposição, os grandes brasileiros que somos, sem dúvida nenhuma, para dizer não, quando, cada vez, o Governo fizer este Plenário e este Poder se subjugar às suas vontades, e para dizer não para os esquemas e as formas engendradas para a busca do poder pelo poder, que sejam contestadas.

Retiro o meu nome e desejo aos que vierem a integrar a Mesa que tenham muito cuidado e muita responsabilidade na sua atitude e no seu trabalho, porque nós estaremos vigilantes pelos próximos dois anos.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – O PSDB se retira do Plenário, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu lamento a retirada do nome do Senador Paulo Bauer.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – Não, se retira o Partido. O Partido está se retirando do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu lamento a retirada do nome do Senador Paulo Bauer.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (PSDB – PB) – O PSDB não se coaduna com o que está acontecendo aqui. O PSDB se retira do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu ouvi V. Ex<sup>a</sup> pacientemente.

Eu lamento a retirada do nome do Senador Paulo Bauer e comemoro o anúncio feito pelo Senador Paulo Bauer de que a oposição vai fazer oposição.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Presidente.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Sr. Presidente, tempo de Líder – tempo de Líder, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, o que nós estamos assistindo, hoje, é algo deprimente, mas tudo tem um porquê. Não é por acaso que tudo isso está acontecendo. Eu pergunto ao Presidente, Renan Calheiros: o que foi que mudou no perfil de V. Ex<sup>a</sup>? Que força é essa que mudou o comportamento de V. Ex<sup>a</sup>, que já presidiu a Casa várias vezes?

Quando meu Presidente, Líder José Agripino, aqui relatou que V. Ex<sup>a</sup> teve a vitória, disputando com ele, e que, num gesto de presidente, cumprindo a liturgia de um presidente, porque o Presidente da Casa tem que estar imbuído da liturgia do cargo, não é o Presidente Renan Calheiros, é o Presidente da Câmara Alta do Congresso Nacional, é a pessoa que fala pelas 27 unidades da Federação e que as representa, é a Casa reconhecida como os pais da Nação, os homens mais vividos na política, com trajetórias de governo, Presidência da República, Prefeitos de grandes cidades, Deputados Federais que aqui chegam para poder promover um grande debate, em altíssimo nível, com conteúdo. Eu pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: por que que, naquele momento, quando V. Ex<sup>a</sup> foi vencedor, o gesto foi de cumprir o Regimento e a Constituição Brasileira, chamar a todos e compor a Mesa? E por que que, neste momento, V. Ex<sup>a</sup> rebela-se contra toda a sua história política?

Ora, que força é essa que faz com que V. Ex<sup>a</sup>, agora, não responda à questão de ordem do Senador Antonio Carlos, que deixou-a clara? V. Ex<sup>a</sup> descumpra a Constituição brasileira, onde nenhum partido que tem quatro Senadores pode sobrepor-se a um partido que tem 13 Senadores, porque a própria Constituição assim determina, ou seja, ela terá que ser respeitada, a proporcionalidade. V. Ex<sup>a</sup> cumpriu a proporcionalidade em todos os momentos em que presidiu esta Casa.

Eu quero chamar a atenção dos Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadoras. Não é o fato da Mesa, mas o que me preocupa neste momento, Presidente Renan Calheiros, é como diz o nordestino, com a experiência que tem: “Jabutí não sobe em árvore. Se ele está lá, ou foi enchente, ou mão de gente”. Está exatamente à mão do Palácio do Planalto, diagnosticada: é montar uma Mesa, para poder aí, amanhã, com a situação que já está antevendo, como quando a Presidente chega a Campo Grande, ontem, e é vaiada e impedida até de ter acesso aos locais públicos, tamanha a reação da população, que lá pedia o *impeachment* dela.

Este gesto de V. Exª tem um objetivo maior, que é usar o Senado Federal como para-choque; é usar o Senado Federal...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... como elemento amortecedor; é querer transferir para esta Casa aquilo que hoje a Presidente da República não tem como responder. Quebrou a Petrobras, assaltou a Petrobras, um prejuízo que faz baixar dos seus ativos R\$88 bilhões. Corrupção clara e explícita para ganhar eleição. Ao que nós estamos assistindo é um Governo que foi embasado na fraude eleitoral; mentiu, enganou a população brasileira; acusava os opositores daquilo que ele já trabalhava para fazer, cortando...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... vários direitos trabalhistas, reajustando os juros em proporções jamais vistas. *(Fora do microfone.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – Para concluir, Sr. Presidente. Trazendo o reajuste à gasolina e ao diesel, enquanto o mundo todo hoje baixa o preço da gasolina e do óleo diesel.

Sr. Presidente, o que nós estamos vendo – e aqui não há nenhum político primário, neófito –, o que nós sabemos é que, por detrás dessa jogada de atropelar aqui a proporcionalidade, de não respeitar uma regra que sempre foi sagrada no Parlamento brasileiro, é em decorrência do quadro da falta de credibilidade do atual Governo, que não se sustenta junto ao povo, não se sustenta na Câmara dos Deputados. Qual é o único recurso que tem o Palácio do Planalto? É voltar as atenções e jogar toda...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... a atenção sobre o Senado Federal, para ter o único ponto *(Fora do microfone.)* capaz de tentar ainda defender aquilo que é indefensável.

É indefensável a fraude. É indefensável a mentira. É indefensável a traição...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... como, sem dúvida nenhuma, o atual Governo praticou na última eleição.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu quero, como Líder que sou do Partido, com as credenciais que tenho da Senadora Maria do Carmo, retirar o nome da Senadora Maria do Carmo, tanto da chapa apresentada pelos Líderes, anteriormente já proposta, como também do requerimento que fiz àquele momento, pois acreditava que a proporcionalidade seria respeitada. E, no acordo com o PP, como nós temos o mesmo número de Senadores, nós fizemos um entendimento de que o Democratas abriria mão da 4ª Secretaria e ocuparia a 1ª Suplência. Não sendo cumprido, o Democratas também se afasta da participação...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM – GO) – ... para que o Governo arregace as mangas *(Fora do microfone.)*, esteja preparado: vocês vão experimentar o que vocês nunca viram nesta Casa – uma oposição com conteúdo, com preparo e com capacidade de fazer o bom combate.

Muito bem, Sr. Presidente, era o que tinha dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu peço aos Srs. Líderes que, por favor...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Sr. Presidente, meu nome foi indicado e eu gostaria de falar, de ocupar a tribuna, para apresentar as minhas razões da aceitação ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O nome de V. Exª ainda não foi indicado. Não há sobre a mesa nenhuma indicação.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Foi indicado oralmente.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Democracia Participativa/PSB – BA) – Pela ordem. Foi indicado por mim, inclusive quando falei a primeira vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria pedir desculpas à Senadora Lídice da Mata e ao Senador. É que o nome foi indicado oralmente. Com a palavra V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou aqui há três mandatos, sempre eleito pelo meu querido Estado de

Sergipe. E esta é a vez primeira que vejo uma situação como esta, quando a Constituição e o Regimento são jogados de lado. Mas, Sr. Presidente, eu, nesses três anos, vi também disputas para a Presidência, e jamais esse princípio a que me referi há poucos instantes, o da proporcionalidade, foi rachado ou foi colocado de lado.

Inclusive, quando o Presidente, em determinado momento, interrompeu-me na questão de ordem, ele ratificou, com as suas palavras, o sentido da Constituição e do Regimento, quando ele disse que ao PMDB cabia a indicação da 2ª Vice-Presidência do Senado. E o PMDB, que tinha esse direito, renunciou a esse direito e indicou o Senador Antonio Carlos Valadares como 2º Vice-Presidente do Senado.

Quando das articulações políticas que fizemos, no momento que antecedeu a eleição presidencial do Senado, em nenhum momento, o PSB teve qualquer iniciativa ou sugestão de burlar esse princípio. Inclusive, no último dia antes da votação, pela manhã, eu tive reuniões, e houve um companheiro que sugeriu que fizéssemos uma chapa. E, depois da discussão, depois que os companheiros me ouviram, eles compreenderam que chapa não podia haver de forma antecipada, porque havia um princípio em jogo, que era o da proporcionalidade. Os partidos é que tinham que ser chamados para indicar os lugares previstos para a composição da Mesa.

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Democracia Participativa/PSB – PE) – Senador Valadares, eu queria, se possível, Sr. Presidente, fazer...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Senador Fernando Bezerra, se o Presidente me permitir.

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Democracia Participativa/PSB – PE) – ... um breve aparte, se me permitir, à fala do Senador Antonio Carlos Valadares.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Democracia Participativa/PSB – PE) – Senador Valadares, na realidade, a decisão parece já estar tomada pelas Lideranças de diversos partidos e pela Presidência desta Casa no sentido de alijar a presença do PSB na Mesa Diretora do Senado Federal. Eu queria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, lembrar que o PSB foi o Partido que teve o maior aumento proporcional na representação no Senado Federal nas últimas eleições. Somos hoje uma Bancada de seis Senadores. E esse crescimento da participação no Senado Federal foi fruto da decisão partidária de apresentar um projeto alternativo ao Brasil...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Democracia Participativa/PSB – PE) – ... que se expressou na candidatura do nosso então Presidente, o ex-Governador de Pernambuco Eduardo Campos. A sua luta em favor da quebra da polarização entre PT e PSDB para dar um novo caminho à política nacional terminou com a trágica morte do nosso candidato, do nosso líder, em circunstâncias de todos conhecidas, no acidente aéreo na cidade de Santos. Eu não poderia, como representante do povo de Pernambuco, silenciar-me, calar-me ao ver que a ponderação, a moderação, o espírito de concórdia não vai prevalecer no...

*(Interrupção no som.)*

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Democracia Participativa/PSB – PE) – ... início dos trabalhos legislativos da Câmara Alta do Congresso Nacional. Eu venho de um Estado, Sr. Presidente, que teve *(Fora do microfone.)* a honra de presidir esta Casa. Nesta cadeira em que V. Ex<sup>a</sup> hoje senta, sentou, em tempos atrás, o Senador Nilo Coelho. Em momentos também de disputa política, representantes do seu Partido, daqueles que o elegeram, pressionavam-no em uma votação histórica no Congresso Nacional em favor da remuneração dos trabalhadores. E, naquela oportunidade, ele se afirmou e disse: “Eu não sou Presidente do Congresso do PDS, eu sou Presidente do Congresso Nacional do Brasil”. Eu tenho o maior respeito pela figura de V. Ex<sup>a</sup>, pela sua trajetória como Deputado Federal, como Senador da República, por tudo que contribuiu para a vida democrática...

*(Interrupção no som.)*

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Democracia Participativa/PSB – PE) – ... brasileira. Mas, na noite de hoje, V. Ex<sup>a</sup> que deveria *(Fora do microfone.)* passar por cima dos procedimentos formais, pegar a força do seu cargo, a força da sua liderança, a força da sua trajetória e afirmar esta Casa, para que nós, com as votações consagradas que os Senadores recém-eleitos do PSB tiveram – Romário, no Rio de Janeiro; Roberto Rocha, no Maranhão; e eu, representando o povo de Pernambuco aqui, nesta Casa –, não tivéssemos que dar explicações sobre essa violência que está sendo perpetrada contra o nosso Partido...Portanto, Senador Antonio Carlos Valadares, eu queria me solidarizar com a sua palavra, solidarizar-me com o meu Partido e pedir, mais uma vez, como em tantos apelos que...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Democracia Participativa/PSB – PE) –... aqui foram feitos, que pudéssemos evitar este momento menor que o Senado Federal está prestes a confirmar. Muito obrigado.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Presidente, para terminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – Eu gostaria de dizer que, quando o Partido, na eventualidade de...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – ... o PMDB, que era e é o Partido majoritário nesta Casa, não ter lançado ainda o seu candidato a menos de uma semana das eleições... Eu fiz isso justamente para provocar o debate em torno de uma questão tão importante para a eleição de um Presidente não só do Senado, mas do Congresso Nacional. E esse debate estava amortecido, esse debate estava em *off*. Para toda a comunidade, parecia até que não havia um candidato ao Senado.

Quando nós nos apresentamos como candidatos nos nossos Estados para o Senado, nós apresentamos o nosso plano de trabalho...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – ... e nós discutimos com o eleitorado o que iríamos fazer se nos elegêssemos Senador. E a questão da Presidência estava praticamente desconhecida do povo brasileiro. Ninguém sabia quem era o candidato a Presidente. E aí eu aceitei a missão de ser candidato para provocar o debate. Logo que os candidatos apareceram, dentro da regra da proporcionalidade, já que o PSB não tinha esse direito de ser Presidente, a não ser que os partidos majoritários renunciassem a essa condição, eu retirei a minha candidatura pacificamente e passei a apoiar um candidato contra o qual ninguém pode apresentar defeito, um homem sério, amigo do Presidente.

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Democracia Participativa/PSB – SE) – E por essa razão, Sr. Presidente, é que o PSB está sendo punido. Louvores à democracia, porque, neste momento, essa punição me parece como um prêmio. Estou recebendo essa punição como um louvor ao que o PSB fez para provocar o debate e a existência de uma candidatura dentro do Senado.

Para a nossa alegria, não apareceu somente uma candidatura, apareceram duas candidaturas, ou seja, dando a opção, dando o princípio da alternativa aos Senadores e às Senadoras para que escolhessem o candidato de sua preferência, dentro da obediência às regras do Senado Federal.

Por isso, Sr. Presidente, eu não poderia coonestar com esse faz de conta. A minha vida política sempre foi uma vida limpa, decente. Nunca troquei minhas posições políticas por cargo ou por dinheiro, sempre votei de acordo com a minha consciência e as opções que considerei corretas.

Agora, quero agradecer a todos aqueles companheiros do PSB, aos que incentivaram o meu nome para a 3ª Secretaria. Eu poderia dar uma contribuição, sem dúvida alguma, com a minha experiência de Senador da República, ex-Governador do Estado, ex-Deputado Estadual e Federal, Secretário da Educação do meu Estado de Sergipe, de Prefeito Municipal e de Vice-Governador. Ocupei todos os cargos mais importantes e, humildemente, ocupei cargos importantes aqui no Senado, em comissões, como a CDR, o Conselho de Ética e a Comissão de Assuntos Sociais, como a Vice-Presidência do Senado. E eu me sentiria honrado, de forma humilde, se fosse eleito agora 3º Secretário, mas, desse jeito, eu estarei rasgando o meu passado, eu estarei coonestando com um movimento antidemocrático de desmoralização da vida partidária do nosso País.

Renuncio à indicação do nosso Partido, agradecendo a todos os senhores e senhoras que compõem esta Casa e que incentivaram meu nome.

Agradeço.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino. Em seguida, na forma do art. 60, nós vamos encaminhar o processo de votação. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava ouvindo o discurso do Senador Valadares e observando os semblantes dos colegas. É constrangimento só, só constrangimento. Eu

estava vendo alguns de cabeça baixa; outros com o telefone consultando a internet. Esta é uma sessão constrangimento. V. Ex<sup>a</sup> presidiu uma sessão vergonha, sessão vergonha! Estou aqui há quatro mandatos, esta é a sessão em que já vi a maior quantidade de semblantes de constrangimento, porque aqui a democracia faleceu. Os princípios do entendimento e do diálogo faleceram. Eu diria que esta é uma sessão coroada pelo constrangimento. E, se eu pudesse carimbá-la, eu diria: é a sessão vergonha da minha presença no Senado Federal.

Por essa razão, o meu Partido – eu combinei com o Senador Ronaldo – não vai participar do desfecho desta sessão vergonha. Eu vou pedir aos companheiros que aqui estão presentes que se retirem e que não coonestem aquilo que está prestes a ser votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – De acordo com o disposto no art. 60, §1º, inciso I, do Regimento Interno, a eleição far-se-á por escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da Casa.

A Presidência comunica que, sendo indicado apenas um candidato por cargo e não havendo evidentemente objeção do Plenário em função da retirada democrática, legítima e regimental das postulações, será procedida em chapa única pelo sistema eletrônico, que permite a preservação do sigilo do voto e agiliza o processo de votação.

A Presidência esclarece ainda que a votação é secreta, que não haverá nem declaração de voto, nem encaminhamento de votação.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, prepare o painel.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O voto “sim” significa a aprovação da chapa inscrita pelas Lideranças partidárias, 12 Lideranças partidárias. E o voto “não” significa a rejeição dos respectivos nomes e, conseqüentemente, da chapa.

Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Presidente, só para lembrar ao Presidente Collor que houve uma substituição pela desistência – acho que da Senadora Maria do Carmo. Então, há um espaço vago, e deve ser dito o nome de quem vai ocupar essa Secretaria.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Capiberibe, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP. Sem revisão do orador.) – A Bancada do PSB, diante da situação inusitada que nós estamos vivendo, decidiu não participar daquilo que nós estamos classificando como uma grande farsa. E a nossa Bancada está se retirando. Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que a nossa Bancada está se retirando do plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

Eu peço aos Srs. Senadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras que votem. *(Pausa.)*

Pergunto aos Srs. Senadores se já concluíram a votação, porque nós vamos...

Podem votar!

Os Srs. Senadores podem votar. Nós aguardaremos o tempo que for necessário.

Comunico que já há quórum: quarenta e seis Senadores já votaram.

Vamos encerrar a votação...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (PT – PE) – Peço a todos os Senadores e Senadoras do Partido dos Trabalhadores que venham ao plenário para participar da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós vamos aguardar a presença de um ou dois Senadores que estão se dirigindo ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração)*



Senado Federal  
55ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO SECRETA

1º E 2º VICE-PRESIDENTES, 1º, 2º 3º E 4º SECS, E SUPLENTES

JORGE VIANA-1º VICE, ROMERO JUCA-2º VICE; VICENTINHO, ZEZÉ FERRELLA, GLADSON CAMELI, ÂNGELA PORTELA-1º,2º,3º,4º SECS; SÉRGIO PETECÃO, JOÃO ALBERTO S. E DOUGLAS CINTRA-1º,2º,4º SUPLENTES

Num. Sessão: 2 Num. Votação: 2 Aertura: 04/02/15 20:44  
Data Sessão: 04/02/2015 Hora Sessão: 16:00 Encerramento: 04/02/15 20:51

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PR	MT	BLAIRO MAGGI	VOTO
PE	PI	CIRO NOGUEIRA	VOTO
PMDB	SC	DÁRIO BERGER	VOTO
PT	MS	DELCIDIO DO AMARAL	VOTO
PT	TO	DONIZETI NOGUEIRA	VOTC
PTB	PE	DOUGLAS CINTRA	VOTC
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	VOTO
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	VOTO
FTB	P	ELMANO FERRER	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PT	RN	FÁTIMA BEZERRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	VOTO
PP	AC	GLADSON CAMELI	VOTO
PT	PR	GLEIS HOFFMANN	VOTO
PSD	DF	HELIO JOSÉ	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PP	RO	IVO CASSOL	VOTO
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	VOTO
PT	AC	JORGE VIANA	VOTO
PMDB	PE	JOSÉ MARANHÃO	VOTO
PPS	MT	JOSÉ MEDEIROS	VOTC
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTC
PDT	RS	LASIER MARTINS	VOTO
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	VOTO
PR	ES	MAGNO MALTA	VOTO
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	VOTO
PT	SP	MARTA SUPLICY	VOTO
PSD	AM	OMAR AZIZ	VOTO
PSD	BA	ÓTTO ALENCAR	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PT	PA	PAULO ROCHA	VOTO
PMDB	PB	RAIMUNDO LIRA	VOTO
PT	PI	REGINA SOUSA	VOTO
PMDB	AL	RENAN GALHEIROS	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PMDB	RR	ROMERO JUCA	VOTO
PMDB	AM	SANDRA BRAGA	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	VOTO
PMDB	MS	SIMONE TEBET	VOTO
PDT	RR	TELMÁRIO MOTA	VOTO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	VOTO
PMDB	AM	VANESSA CRAZZIOTIN	VOTO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
JR	MT	WELLINGTON FAGUNDES	VOTO
PDT	MG	ZEZÉ FERRELLA	VOTO

Presidente: RENAN GALHEIROS



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 46 Srs. Senadores; NÃO, 2.

Houve uma abstenção.

Estão, portanto, eleitos, para 1º Vice-Presidente do Senado, o Senador Jorge Viana; para 2º Vice-Presidente do Senado, o Senador Romero Jucá;...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – ... para a 1ª Secretária, Senador Vicentinho Alves; para a 2ª Secretária, Senador Zezé Perrella; para a 3ª Secretária, Senador Gladson Cameli; para a 4ª Secretária, Senadora Angela Portela.

Para Suplentes: Senador Sérgio Petecão, Senador João Alberto e Senador Douglas Cintra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Lembro aos Srs. Senadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras que, em cumprimento ao art. 79 do Regimento Interno, às Lideranças partidárias, é importante prestar atenção: o que é que manda o Regimento que se faça com relação às comissões? As Lideranças partidárias indicam, na forma do cálculo que a Mesa Diretora fornecerá através da Secretaria-Geral, os membros dos partidos nas comissões técnicas. O mais idoso convoca a reunião da comissão técnica, na forma do Regimento, para eleger a direção da Comissão. Então, em outras palavras, os Líderes indicam, o mais idoso convoca e os Senadores e Senadoras elegem o Presidente e o Vice-Presidente de cada Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 20 horas e 54 minutos.)*

### Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

**04/02/2015**

**Quarta-feira**

<b>10h</b>	<b>Solenidade de posse do Senhor Vital do Rêgo Filho no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União</b> Sala de Sessões do Tribunal de Contas da União Edifício-Sede, Térreo – SAFS Qd 4, Lote 1
<b>16h</b>	<b>3ª Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura, destinada à eleição dos demais membros da Mesa para o Biênio 2015/2016</b> Plenário do Senado

Ofício nº 11/2015

Brasília, de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos Regimentais comunicamos a Vossa Excelência que, a partir desta data, o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e o Democratas – DEM, passam a integrar Bloco Parlamentar da Oposição nesta Casa.

Na oportunidade, renovamos protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

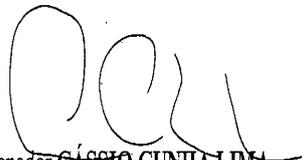
  
 Senador **CASSIO CUNHA LIMA**  
 Líder do PSDB

  
 Senador **RONALDO CAIADO**  
 Líder do DEM

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que os líderes relacionados a seguir indicam o Senador ALVARO DIAS para exercer o cargo de Líder da Oposição, até o dia 31-1-2016.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.



Senador **CASSIO CUNHA LIMA**  
Líder do PSDB



Senador **RONALDO CAIADO**  
Líder do DEM

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

PSB - Lídice da Mata\*  
PT - Walter Pinheiro\*  
PSD - Otto Alencar\*\*

### Rio de Janeiro

PT - Lindbergh Farias\*  
Bloco-PRB - Marcelo Crivella\*  
PSB - Romário\*\*

### Maranhão

PMDB - Edison Lobão\*  
PMDB - João Alberto Souza\*  
PSB - Roberto Rocha\*\*

### Pará

PMDB - Fernando Ribeiro\* (S)  
PSDB - Flexa Ribeiro\*  
PT - Paulo Rocha\*\*

### Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra\* (S)  
PT - Humberto Costa\*  
PSB - Fernando Bezerra Coelho\*\*

### São Paulo

PSDB - Aloysio Nunes Ferreira\*  
PT - Marta Suplicy\*  
PSDB - José Serra\*\*

### Minas Gerais

PSDB - Aécio Neves\*  
PDT - Zeze Perrella\* (S)  
PSDB - Antonio Anastasia\*\*

### Goiás

PSDB - Lúcia Vânia\*  
DEM - Wilder Moraes\* (S)  
DEM - Ronaldo Caiado\*\*

### Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi\*  
PPS - José Medeiros\* (S)  
Bloco-PR - Wellington Fagundes\*\*

### Rio Grande do Sul

PP - Ana Amélia\*  
PT - Paulo Paim\*  
PDT - Lasier Martins\*\*

### Ceará

PMDB - Eunício Oliveira\*  
PT - José Pimentel\*  
PSDB - Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

PSDB - Cássio Cunha Lima\*  
PMDB - Raimundo Lira\* (S)  
PMDB - José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta\*  
PMDB - Ricardo Ferraço\*  
PMDB - Rose de Freitas\*\*

### Piauí

PP - Ciro Nogueira\*  
PT - Regina Sousa\* (S)  
Bloco-PTB - Elmano Férrer\*\*

### Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho\*  
DEM - José Agripino\*  
PT - Fátima Bezerra\*\*

### Santa Catarina

PMDB - Luiz Henrique\*  
PSDB - Paulo Bauer\*  
PMDB - Dário Berger\*\*

### Alagoas

PP - Benedito de Lira\*  
PMDB - Renan Calheiros\*  
Bloco-PTB - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

PSB - Antonio Carlos Valadares\*  
Bloco-PSC - Eduardo Amorim\*  
DEM - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2011/2019 \*\*: Período 2015/2023

### Amazonas

PMDB - Sandra Braga\* (S)  
PCdoB - Vanessa Grazziotin\*  
PSD - Omar Aziz\*\*

### Paraná

PT - Gleisi Hoffmann\*  
PMDB - Roberto Requião\*  
PSDB - Alvaro Dias\*\*

### Acre

PT - Jorge Viana\*  
PSD - Sérgio Petecão\*  
PP - Gladson Cameli\*\*

### Mato Grosso do Sul

PT - Delcídio do Amaral\*  
PMDB - Waldemir Moka\*  
PMDB - Simone Tebet\*\*

### Distrito Federal

PDT - Cristovam Buarque\*  
PSD - Hélio José\* (S)  
PDT - Reguffe\*\*

### Rondônia

PP - Ivo Cassol\*  
PMDB - Valdir Raupp\*  
PDT - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

PSDB - Ataídes Oliveira\* (S)  
Bloco-PR - Vicentinho Alves\*  
PMDB - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

PSB - João Capiberibe\*  
PSOL - Randolfe Rodrigues\*  
DEM - Davi Alcolumbre\*\*

### Roraima

PT - Angela Portela\*  
PMDB - Romero Jucá\*  
PDT - Telmário Mota\*\*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

<b>PMDB - 19</b>		Vicentinho Alves. . . . .	PR / TO
Dário Berger. . . . .		Wellington Fagundes. . . . .	PR / MT
Edison Lobão. . . . .		<b>PDT - 6</b>	
Eunício Oliveira. . . . .		Acir Gurgacz. . . . .	
Fernando Ribeiro. . . . .		Cristovam Buarque. . . . .	
Garibaldi Alves Filho. . . . .		Lasier Martins. . . . .	
José Maranhão. . . . .		Reguffe. . . . .	
João Alberto Souza. . . . .		Telmário Mota. . . . .	
Kátia Abreu. . . . .		Zeze Perrella. . . . .	
Luiz Henrique. . . . .		<b>PSB - 6</b>	
Raimundo Lira. . . . .		Antonio Carlos Valadares. . . . .	
Renan Calheiros. . . . .		Fernando Bezerra Coelho. . . . .	
Ricardo Ferrazo. . . . .		João Capiberibe. . . . .	
Roberto Requião. . . . .		Lídice da Mata. . . . .	
Romero Jucá. . . . .		Roberto Rocha. . . . .	
Rose de Freitas. . . . .		Romário. . . . .	
Sandra Braga. . . . .		<b>PP - 5</b>	
Simone Tebet. . . . .		Ana Amélia. . . . .	
Valdir Raupp. . . . .		Benedito de Lira. . . . .	
Waldemir Moka. . . . .		Ciro Nogueira. . . . .	
<b>PT - 13</b>		Gladson Cameli. . . . .	
Angela Portela. . . . .		Ivo Cassol. . . . .	
Delcídio do Amaral. . . . .		<b>DEM - 5</b>	
Fátima Bezerra. . . . .		Davi Alcolumbre. . . . .	
Gleisi Hoffmann. . . . .		José Agripino. . . . .	
Humberto Costa. . . . .		Maria do Carmo Alves. . . . .	
Jorge Viana. . . . .		Ronaldo Caiado. . . . .	
José Pimentel. . . . .		Wilder Moraes. . . . .	
Lindbergh Farias. . . . .		<b>PSD - 4</b>	
Marta Suplicy. . . . .		Hélio José. . . . .	
Paulo Paim. . . . .		Omar Aziz. . . . .	
Paulo Rocha. . . . .		Otto Alencar. . . . .	
Regina Sousa. . . . .		Sérgio Petecão. . . . .	
Walter Pinheiro. . . . .		<b>PCdoB - 1</b>	
<b>PSDB - 11</b>		Vanessa Grazziotin. . . . .	
Aloysio Nunes Ferreira. . . . .		<b>PPS - 1</b>	
Alvaro Dias. . . . .		José Medeiros. . . . .	
Antonio Anastasia. . . . .		<b>PSOL - 1</b>	
Ataídes Oliveira. . . . .		Randolfe Rodrigues. . . . .	
Aécio Neves. . . . .		<b>TOTAL</b>	
Cássio Cunha Lima. . . . .		PMDB. . . . .	19
Flexa Ribeiro. . . . .		PT. . . . .	13
José Serra. . . . .		PSDB. . . . .	11
Lúcia Vânia. . . . .		Bloco Parlamentar União e Força. . . . .	9
Paulo Bauer. . . . .		PDT. . . . .	6
Tasso Jereissati. . . . .		PSB. . . . .	6
<b>Bloco Parlamentar União e Força - 9</b>		PP. . . . .	5
<b>PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1</b>		DEM. . . . .	5
Blairo Maggi. . . . .	PR / MT	PSD. . . . .	4
Douglas Cintra. . . . .	PTB / PE	PPS. . . . .	1
Eduardo Amorim. . . . .	PSC / SE	PSOL. . . . .	1
Elmano Férrer. . . . .	PTB / PI	PCdoB. . . . .	1
Fernando Collor. . . . .	PTB / AL	<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>81</b>
Magno Malta. . . . .	PR / ES		
Marcelo Crivella. . . . .	PRB / RJ		

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Paim* (PT-RS)
Aécio Neves* (PSDB-MG)	Gladson Cameli** (PP-AC)	Paulo Rocha** (PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (PSDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Alvaro Dias** (PSDB-PR)	Hélio José* (PSD-DF)	Randolfe Rodrigues* (PSOL-AP)
Ana Amélia* (PP-RS)	Humberto Costa* (PT-PE)	Regina Sousa* (PT-PI)
Angela Portela* (PT-RR)	Ivo Cassol* (PP-RO)	Reguffe** (PDT-DF)
Antonio Anastasia** (PSDB-MG)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (PSB-SE)	João Capiberibe* (PSB-AP)	Ricardo Ferraço* (PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (PSDB-TO)	Jorge Viana* (PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Benedito de Lira* (PP-AL)	José Agripino* (DEM-RN)	Roberto Rocha** (PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (PSDB-PB)	José Medeiros* (PPS-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	José Pimentel* (PT-CE)	Ronaldo Caiado** (DEM-GO)
Cristovam Buarque* (PDT-DF)	José Serra** (PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sandra Braga* (PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (DEM-AP)	Lasier Martins** (PDT-RS)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (PT-MS)	Lídice da Mata* (PSB-BA)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lindbergh Farias* (PT-RJ)	Tasso Jereissati** (PSDB-CE)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lúcia Vânia* (PSDB-GO)	Telmário Mota** (PDT-RR)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Luiz Henrique* (PMDB-SC)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (PT-RN)	Maria do Carmo Alves** (DEM-SE)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (PSB-PE)	Marta Suplicy* (PT-SP)	Walter Pinheiro* (PT-BA)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Omar Aziz** (PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Ribeiro* (PMDB-PA)	Otto Alencar** (PSD-BA)	Wilder Moraes* (DEM-GO)
Flexa Ribeiro* (PSDB-PA)	Paulo Bauer* (PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PDT-MG)

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL
--------------------------------------

## PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

## 1º VICE-PRESIDENTE

VAGO

## 2º VICE-PRESIDENTE

VAGO

## 1º SECRETÁRIO

VAGO

## 2º SECRETÁRIO

VAGO

## 3º SECRETÁRIO

VAGO

## 4º SECRETÁRIO

VAGO

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - VAGO

2º - VAGO

3º - VAGO

4º - VAGO

## LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Fernando Collor - PTB</b> <sup>(5,10)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi <sup>(3)</sup> Eduardo Amorim <sup>(2)</sup> Marcelo Crivella <sup>(1,4)</sup> .....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PTB - 3</b> <b>Fernando Collor</b> <sup>(6,10)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PR - 4</b> <b>Blairo Maggi</b> <sup>(3)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> <sup>(2)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> <sup>(1,4)</sup></p>	<p style="text-align: center;"><b>PSB - 6</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>João Capiberibe - PSB</b> <sup>(5)</sup></p>	<p style="text-align: center;"><b>PDT - 6</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Acir Gurgacz - PDT</b> <sup>(9)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <b>Telmário Mota</b> <sup>(8)</sup></p>
<p style="text-align: center;"><b>DEM - 5</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Ronaldo Caiado - DEM</b> <sup>(7)</sup></p>		

**Notas:**

1. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
2. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 1) T - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 04/02/2014

## 2) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros: 23**

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 19/12/2014

**Prazo final prorrogado:** 19/06/2015

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

**Notas:**

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\* . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

---

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 / 3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Instalação:** 09/07/2013

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 311-3516/4605

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** sscmcae@senado.gov.br

### 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 26/04/2011

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 / 3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 25/06/2013

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 / 3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

---

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

#### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

---

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLP5DB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

---

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Telefone(s):** 3311-3498  
**Fax:** 3311-3121  
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Telefone(s):** 311-3498/4604/2  
**Fax:** 311-3121/1319

#### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Telefone(s):** 311-3498/4604  
**Fax:** 311-3121/1319

#### 4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares  
**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA  
**Telefone(s):** 3303-4604  
**Fax:** 3303-3121  
**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

---

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 8:30 horas - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Instalação:** 15/03/2011

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE  
2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Instalação:** 15/03/2011

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Instalação:** 12/04/2011

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 01/10/2013

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

---

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 12/04/2011

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO  
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005  
**Fax:** 3303-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 29/03/2012

**Instalação:** 05/04/2013

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO  
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005  
**Fax:** 3303-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

**Finalidade:** Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 10, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 03/04/2013

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO  
**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005  
**Fax:** 3303-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

#### 6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 09/04/2013

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

#### 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

---

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

#### 7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 19/04/2011

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza  
**Telefone(s):** 3303-3496  
**Fax:** 3303-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 11/08/2011

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva  
**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa  
**Telefone(s):** 3303-3496  
**Fax:** 3303-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**Instalação:** 01/03/2011

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza  
**Telefone(s):** 3303-3496  
**Fax:** 3303-3546

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

---

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

**Instalação:** 16/05/2012

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

---

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 29/03/2011

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

### 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 12/04/2011

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

### 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br

**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA  
BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT  
**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

---

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA  
**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF  
**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

---

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda  
**Telefone(s):** 6133031095  
**E-mail:** csf@senado.leg.br

<b>COMPOSIÇÃO</b> <b>CONSELHOS e ÓRGÃOS</b>
--

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
<b>PT</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
<b>PSDB</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>PTB</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>PP</b>	
VAGO	1.
<b>PDT</b>	
VAGO	1.
<b>PSB</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>DEM</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>PR</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>PSD</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

**Notas:**

\*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ  
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 03/12/2001  
2ª Designação: 26/02/2003  
3ª Designação: 03/04/2007  
4ª Designação: 12/02/2009  
5ª Designação: 11/02/2011  
6ª Designação: 11/03/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO

Atualização: 31/01/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES  
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255  
**Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA  
 (Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:  
 VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010  
 2ª Designação: 14/03/2011  
 3ª Designação: 21/03/2012  
 4ª Designação: 11/03/2013  
 5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(3)</sup>
<b>PSC</b>
<b>PSOL</b>
VAGO <sup>(1)</sup>
<b>PROS</b>
<b>SD</b>
VAGO <sup>(2)</sup>

**Atualização:** 31/01/2015

**Notas:**

1. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVLV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. Em 17.11.2014, vago em virtude de o Senador Marcelo Crivella ter comunicado sua desistência de ocupar a vaga do Partido Republicano Brasileiro ? PRB, conforme Ofício nº 042d/2014 ? GSMC, datado de 11.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.11.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

**Número de membros:** 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011  
**2ª Designação:** 21/03/2012  
**3ª Designação:** 11/03/2013  
**4ª Designação:** 26/03/2014

<b>MEMBROS</b>	
<b>PMDB</b>	VAGO
<b>PT</b>	VAGO
<b>PSDB</b>	VAGO
<b>PTB</b>	VAGO
<b>PP</b>	VAGO
<b>PDT</b>	VAGO
<b>PSB</b>	VAGO
<b>DEM</b>	VAGO
<b>PR</b>	VAGO
<b>PSD</b>	VAGO
<b>PCdoB</b>	VAGO
<b>PV</b>	VAGO
<b>PRB</b>	VAGO
<b>PSC</b>	VAGO
<b>PSOL</b>	VAGO
<b>SD</b>	VAGO
<b>PROS</b>	

Atualização: 31/01/2015

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>Representante da sociedade civil organizada</b>
VAGO
<b>Pesquisador com produção científica relevante</b>
VAGO
<b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b>
VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL  
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 22/08/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PTB</b>
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 20/12/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PTB</b>
<b>PP</b>
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>SD</b>
VAGO

Atualização: 31/01/2015

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES MISTAS

#### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

**Finalidade:** Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados

**1º VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)<sup>(1)</sup>

**Relator do PLDO:** Deputado Vital do Rêgo (-)<sup>(33)</sup>

**Relator do PLOA:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)<sup>(32)</sup>

**Designação:** 19/03/2014

**Instalação:** 25/03/2014

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO <sup>(34)</sup>
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO <sup>(2)</sup>
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO

## Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
<b>PMDB</b>	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
<b>PSDB</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
<b>PSD</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
<b>PP</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
<b>PR</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
<b>PSB</b>	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
<b>DEM</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
<b>SD</b>	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
<b>PTB</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
<b>PROS</b>	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PDT</b>	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
<b>PCdoB</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
<b>PSC</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
<b>PSOL</b>	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
<b>PRB</b>	
VAGO (35)	

**Notas:**

\*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dornier, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

**Secretário:** Maria do Socorro de L. Dantas

**Telefone(s):** 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

**E-mail:** cmo@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**  
**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
<b>I - Infraestrutura</b>	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
<b>I - Infraestrutura</b>	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
<b>II - Saúde</b>	Senador Jorge Viana (PT-AC)
<b>III - Integração Nacional e Meio Ambiente</b>	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
<b>III - Integração Nacional e Meio Ambiente</b>	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
<b>IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte</b>	Deputado Cyro Miranda (-)
<b>V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano</b>	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
<b>VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo</b>	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
<b>VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo</b>	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
<b>VII - Justiça e Defesa</b>	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
<b>VIII - Poderes do Estado e Representação</b>	Deputado João Leão (PP-BA)
<b>IX - Agricultura e Desenvolvimetro Agrário</b>	Deputado Moreira Mendes (PSD-RO)
<b>X - Trabalho, Previdência e Assistência Social</b>	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)
<b>X - Trabalho, Previdência e Assistência Social</b>	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

**COORDENADOR:** Deputado Gastão Vieira (PMDB-MA)

**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
<b>PSB</b>	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
<b>PSDB</b>	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
<b>PR</b>	Senador Alfredo Nascimento (PR / AM)
<b>PR</b>	Senador Alfredo Nascimento (PR / AM)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
<b>PMDB</b>	Deputado Gastão Vieira (PMDB)
<b>PR</b>	Deputado João Maia (PR)
<b>PSD</b>	Deputado Eliene Lima (PSD)
<b>PTB</b>	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
<b>PTB</b>	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
<b>PSB</b>	Deputado Paulo Foletto (PSB)
<b>PSB</b>	Deputado Paulo Foletto (PSB)
<b>PP</b>	Deputado Sandes Júnior (PP)
<b>PT</b>	Deputado Ronaldo Zulke (PT)
<b>PSDB</b>	Deputado Cesar Colnago (PSDB)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

## I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha (PSD)
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães (PMDB)
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

## II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)<sup>(1)</sup>COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)<sup>(1)</sup>**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel (PMDB)
PSB	Deputado Alexandre Roso (PSB)
PSD	Deputado Roberto Dornier (PSD)
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado (PP)
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

Bloco / Partido	Membros
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

### CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

#### III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves - COI

**COORDENADOR:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

#### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto (PT)
PMDB	Deputado Alexandre Santos (PMDB)
PR	Deputado Luciano Castro (PR)
PSD	Deputado Moreira Mendes (PSD)
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

### Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**Instalação:** 27/02/2013

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3303-3122  
**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso  
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

**Finalidade:** A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência**

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

**Secretário:** Marcos Machado Melo

**Telefone(s):** 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos  
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

**Número de membros:** 4 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

**Finalidade:** Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

**Número de membros:** 12 Senadores e 31 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

<b>CONSELHOS e ÓRGÃOS</b>
---------------------------

**Conselho da Ordem do Congresso Nacional**

**(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)**

**COMPOSIÇÃO**

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
<b>Presidente</b> VAGO
<b>1º Vice-Presidente</b> VAGO
<b>2º Vice-Presidente</b> VAGO
<b>1º Secretário</b> VAGO
<b>2º Secretário</b> VAGO
<b>3º Secretário</b> VAGO
<b>4º Secretário</b> VAGO
<b>Líder da Maioria</b> VAGO
<b>Líder da Minoria</b> VAGO
<b>Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</b> VAGO
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> VAGO

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b>Presidente</b> VAGO
<b>1º Vice-Presidente</b> VAGO
<b>2º Vice-Presidente</b> VAGO
<b>1º Secretário</b> VAGO
<b>2º Secretário</b> VAGO
<b>3º Secretário</b> VAGO
<b>4º Secretário</b> VAGO
<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> VAGO
<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> VAGO
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> VAGO

Atualização: 31/01/2015

## Conselho de Comunicação Social

**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991**  
**Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

### COMPOSIÇÃO

**Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.**

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

**Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro****Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
<b>PMDB</b> VAGO
<b>PSDB</b> VAGO
<b>PT</b> VAGO

<b>SENADO FEDERAL</b>
<b>PDT</b> VAGO
<b>PMDB</b> VAGO
<b>PTB</b> VAGO
<b>Presidente do Congresso Nacional</b> VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento  
Telefone(s): 3303-5255  
Fax: 3303-5260  
scop@senado.leg.br

Edição de hoje: 140 páginas  
(O.S. 10146/2015)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

